

**UNIVERSIDADE E SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Valmir Aparecido Cunha

**A ESCOLA TÉCNICA RUBENS DE FARIA E SOUZA: UMA RECONSTRUÇÃO
HISTÓRICA (1960 A 1982).**

Sorocaba/SP

2017

Valmir Aparecido Cunha

**A ESCOLA TÉCNICA RUBENS DE FARIA E SOUZA: UMA RECONSTRUÇÃO
HISTÓRICA (1960 A 1982).**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vania Regina Boschetti.

Sorocaba/SP

2017

Ficha Catalográfica.

Cunha, Valmir Aparecido.

C98e A escola técnica Rubens de Faria e Souza: uma reconstrução histórica (1960 a 1982) / Valmir Aparecido Cunha. -- Sorocaba, 2017. 121p.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2017.

1. Escola técnica – Sorocaba (SP) – História. 2. Escola técnica Rubens de Faria e Souza – Sorocaba (SP) - História. 3. Ensino profissional – Sorocaba (SP) – História. I. Boschetti, Vania Regina, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Valmir Aparecido Cunha

**ESCOLA TÉCNICA RUBENS DE FARIA E SOUZA: UMA RECONSTRUÇÃO
HISTÓRICA (1960 A 1982).**

Tese aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Doutor no
programa de Doutorado no Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade de Sorocaba.

Aprovado em 23 \ 02 \ 2017.

BANCA EXAMINADORA

Ass. _____

Prof.^a Dr^a. Vania Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba
Orientadora

Ass. _____

Prof. Dr. Wilson Sandano.
Universidade de Sorocaba

Ass. _____

Prof. Dr. Waldemar Marques
Universidade de Sorocaba

Ass. _____

Prof. Dr. Lauro Carvalho de Oliveira
Faculdade de Tecnologia de Sorocaba

Ass. _____

Prof. Dr. Luiz Fernando Fonseca Silveira
Universidade Paulista

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar ao meu lado em cada momento da minha jornada. Abençoando-me e dando forças para jamais desistir.

Aos meus pais Osmar e Olga, e aos meus familiares pelo apoio e paciência nesta fase de doutorado

A amiga e orientadora Dra Vânia Regina Boschetti, pela dedicação, carinho e atenção dada na construção desta tese.

Ao professor Dr. Wilson Sandano pessoa muito especial, motivando e orientado para o ingresso ao programa de Doutorado em Educação.

Da mesma forma meus agradecimentos aos professores Dr. Lauro Carvalho de Oliveira, Dr. Luiz Fernando Fonseca e Dr. Waldemar Marques pela participação na banca de defesa, trazendo valiosas contribuições para a conclusão do trabalho.

A todos os amigos que estiveram ao meu lado, motivando-me e dando-me força. Em especial Adilson Aparecido Spim e Osmil Sampaio Leite que sempre se fizeram presentes, grandes parceiros de artigos e congressos.

Agradeço a minha querida amiga Tatiará Brasil dos Santos, que ajudou nas transcrições das entrevistas, auxiliando-me na construção de uma visão ampla das ciências sociais, seu campo de formação.

Agradeço aos professores Youzo Watanabe, José Eduardo de Carvalho Prestes e José Alberto Deluno pelas entrevistas concedidas, foram de grande importância para a elaboração do trabalho. Assim como agradeço ao pessoal do Colégio Técnico Professor Rubens de Faria e Souza: Armando José Raszl (diretor), Vera Lúcia Carmona Poles (professora); Sara Silva Lopes (orientadora educacional); Neusa de Fátima Miranda Martinês (diretora de serviços acadêmicos) e Márcia Moraes Manzoni Leme Vieira (agente técnico e administrativo), pela atenção e ajuda durante todo o tempo de pesquisa em campo.

Agradeço aos funcionários da Escola Coronel Fernando Prestes na pessoa da Prof^a. Dinamene Neve pelo apoio e disponibilidade de acesso para a realização da pesquisa no interior do espaço da escola.

E por fim, agradeço à Universidade de Sorocaba (UNISO), pela oportunidade e apoio dado com a bolsa de estudo para que eu pudesse concretizar o objetivo final de cursar o Doutorado.

EPÍGRAFE

“A teoria sem a prática é puro verbalismo inoperante,
a prática sem a teoria é um atavismo cego”.

Paulo Freire

RESUMO

Esta tese é um estudo sobre instituições escolares e aborda as transformações no campo da educação técnica no município de Sorocaba, por meio de uma reconstrução histórica da Escola Técnica “Professor Rubens de Faria e Souza” em um recorte de tempo de 1960 a 1982. Tomando como fontes de pesquisa bibliografias, dados de infraestrutura, documentos, legislação, matérias de jornais e entrevistas com ex-professores e ex-diretor. Com referenciais teóricos de autores como Justino P. Magalhães, Luiz A. Cunha, Ester Buffa e Paolo Nosella, o trabalho discorre em um retrospecto da legislação federal e estadual sobre o ensino profissional, trazendo acontecimentos importantes ocorridos no Brasil que influenciaram os rumos da educação profissional no estado de São Paulo e cidade de Sorocaba. Além de apresentar informações importantes como os relatos, tem por objetivo reconstruir a história da instituição escolar e trazer aspectos da relação da sociedade sorocabana com a “Escola Professor Rubens de Faria e Souza” e qual foi a importância da instituição para a formação profissional do município.

Palavras-chave: Educação Profissional. Historiografia. Colégio Técnico Industrial.

ABSTRACT

This thesis is a study on school institutions and addresses the transformations in the field of technical education in the municipality of Sorocaba, through a historical reconstruction of the Technical School "Professor Rubens de Faria e Souza" in a time cut from 1960 to 1982. Taking Such as research sources, bibliographies, infrastructure data, documents, legislation, newspaper articles and interviews with former teachers and former director. With the theoretical references of authors such as Justino P. Magalhães, Luiz A. Cunha, Ester Buffa and Paolo Nosella, the study draws on a retrospective of federal and state legislation on professional education, bringing important events in Brazil that influenced the direction of education In the state of São Paulo and the city of Sorocaba. In addition to presenting important information such as the reports, it aims to reconstruct the history of the school institution and to bring aspects of the relationship between Sorocaba society and the "Professor Rubens School of Faria e Souza" and what was the importance of the institution for the professional training of the municipality.

Keywords: Professional Education. Historiography. Industrial Technical College.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REPÚBLICA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E LEGISLAÇÃO	15
2.2 A República e a Educação	15
2.3 O Governo de Getúlio Vargas e a Educação (1930 a 1945)	17
2.3.1 A Educação Profissional assegurada pela Constituição de 1937	20
2.4 Anos Cinquenta do século XX: uma nova perspectiva	27
2.5 Anos Sessenta: tempos difíceis	31
2.5.1 O estado democrático destituído	32
2.5.2 A Educação no Regime Militar.....	36
2.6 A Lei 5.692/71: A Reforma do Ensino Básico	39
2.6.1 Um novo horizonte.....	43
3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SÃO PAULO	45
4 A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ESCOLA TÉCNICA RUBENS DE FARIA E SOUZA DO MUNICÍPIO DE SOROCABA	59
4.1 O Município de Sorocaba nos anos de 1960 a 1980	59
4.2 Sorocaba e a Educação Profissional	61
4.3 A Escola Técnica Rubens de Faria e Souza	64
4.3.1 A criação do Colégio Técnico Industrial de Sorocaba.....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A	99
APÊNDICE B	101
APÊNDICE C	102
ANEXO A	107
ANEXO B	110
ANEXO C	111
ANEXO D	113
ANEXO E	115
ANEXO F	116
ANEXO G	118
ANEXO H	120

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento da história é um importante arcabouço para intervenções nas diversas realidades. A História da Educação é parte da história mais ampla. Assim, em contextos sócio-históricos, econômicos e culturais variados surgem nuances caracterizando épocas e locais e desta maneira formam-se conjunturas que refletem a amplitude das relações sociais. Por meio desta compreensão, segue a temática abordada nesta tese relacionada à história das instituições escolares, qual tem como objeto de pesquisa a Escola Técnica Rubens de Faria e Souza do município de Sorocaba no estado de São Paulo.

O estudo sobre instituições escolares de acordo com Gatti Junior (2002, p.3), é “um novo campo temático da historiografia da educação brasileira”, que abrange uma série de novas fontes de pesquisas capazes de auxiliar na compreensão dos fatos históricos e educativos brasileiros. A gama de possibilidades interpretativas se justifica através da própria constituição da História da Educação através do domínio científico. Magalhães (2004, p.71) enfatiza-a como “[...] um campo em aberto, marcado pela construção de novos campos e objetos de investigação, por uma associação investigação-ação, por uma renovação conceitual e epistêmica de base interdisciplinar”. Para o autor “a história da educação é uma história social, cultural, pedagógica, antropológica” onde “os fenômenos educativos apresentam **materialidade, representação e apropriação**” (ibidem, p.98). (Grifo nosso).

Magalhães (2004, p. 97), define três aspectos que formam um esquema figurativo das instituições. No campo da **materialidade** (instituído) se abordam as “condições materiais – espaço (estrutura /arquitetura), o modo de produção - a realidade em processo/ desenvolvimento processual funcionamento/ organização/ regulamentos, objetivos/ funções, meios/suportes e historial.” Na **representação** (institucionalização) a abordagem se dará na “informação - memórias/ arquivos/ artefatos; agentes, fatores, móveis, condicionantes e percursos profissionais”, ou seja, o papel desempenhado pela instituição escolar, seus modelos pedagógicos, suas tradições, currículo e funcionamento institucional; e a **apropriação** (a instituição) pela “identidade e diferenciação, público, objetivos, avaliações, projeção” e histórias de vidas, desta forma, são as práticas pedagógicas propriamente ditas, os referenciais pedagógicos que norteiam as práticas da escola e de seus atores envolvidos.

De acordo com Magalhães (1999), é necessário compreender o contexto social envolvido no levantamento de dados empíricos. Para Cellard (2010), também é relevante compreender o cenário social, econômico, político e cultural no qual uma documentação foi produzida. Segundo o autor só desta forma, o pesquisador conseguirá “apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão [...]” (CELLARD, 2010, p.2009).

Magalhães (1999), acredita que uma cultura pedagógica de uma instituição escolar compreende um ideário e práticas de diversas naturezas, inseridas em um contexto histórico. Dados os fins, os atores e conteúdos, “desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos fins, aos condicionalismos e às circunstâncias”. Os projetos pedagógicos guardam “dimensões humanas, culturais e profissionais de diversas naturezas: pedagógicas, sociológicas, administrativas, relações de poder e de comunicação” (MAGALHÃES, 1999, p.68-69). As instituições escolares, poderes públicos, economia e poderosos, juntos participam da dinâmica que enseja ofertar um tipo de educação institucionalizada segundo seus interesses, valores ideológicos, que em situação de disputa vai prevalecer para quem detiver mais poder de decisão. Não necessariamente vai beneficiar a emancipação, a cidadania, a participação política, cultural e artística.

Na visão de Saviani (2008, p.25), a “ossatura triádica” apresentada por Magalhães (2004), tem a necessidade de “correlacionar à análise da instituição as condições sociais dentro do contexto histórico – geográfico do período estudado”. Isto demonstra a relevância das variáveis levantadas para a compreensão de um contexto circunscrito num período e espaço específicos. Pode-se assim encontrar as características particulares de fenômenos, seu comportamento e seus desdobramentos.

Gatti Junior (2002, p. 2), defende que as instituições escolares são “[...] arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira”, onde

[...] o próprio conceito de fonte que se alarga. Em se tratando de história da educação, memórias, histórias de vida, livros e cadernos dos alunos, discursos em solenidades, atas, jornais de época, almanaques, livros de ouro, relatórios, fotografias, [...] são fontes importantíssimas (NOSELLA; BUFFA, 2000, p.19).

Para Sanfelice (2006), ao se buscar uma inserção aprofundada no universo de uma Instituição Escolar se abre ao pesquisador novas possibilidades de descobertas sobre os atores/sujeitos envolvidos.

Mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é ir em busca das suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou, e que não são gratuitas; é ir em busca da identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, das práticas pedagógicas que ali se realizaram, do mobiliário escolar que se transformou e de muitas outras coisas. Mas o essencial é tentar responder à questão de fundo: o que esta instituição singular instituiu? O que ela instituiu para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? Mais radicalmente ainda: qual é o sentido do que foi instituído? (SANFELICE, 2006, p.24).

Para o autor, os historiadores da educação apontam que suas preocupações não são apenas registrar o passado e/ou presente, por meio de narrativa baseada em fontes, mas também compreender e interpretar a própria educação praticada em uma dada sociedade a partir de suas instituições educativas como espaço privilegiado para sua execução. No entanto, neste espaço privilegiado criam-se exclusões. A institucionalização da educação privilegia conteúdos, e se agregam a espaços, mas pratica poucos intercâmbios e vivências com a comunidade local. Agindo assim, desconhece e despreza a origem de seus educandos, praticando uma educação de cima para baixo.

Na pesquisa sobre instituição escolar é necessário atentar-se a fontes escritas, que são preciosas nas ciências sociais. Documentos escritos evidenciam notória relevância em qualquer reconstituição do passado, e muito frequente ele se torna o único testemunho de atividades particulares ocorridas em um passado recente (CELLARD, 2010, p. 40). No entanto, frente à escassez documental, ou conforme Le Goff (1990, p.540), “na falta do documento escrito cabe ao pesquisador fabricar o seu mel, na falta das flores habituais tendo em vista o pouco material documental escrito”, ou seja, utilizar-se de fontes orais com o intuito de levantar e documentar os fatos.

Através dos depoimentos de história de vida recolhem-se memórias que, mesmo entendidas como fenômenos individuais, pessoais, íntimos, podem também ser entendidas como acontecimento social, ou seja, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações” (POLLAK, 1992, p.208). O autor ainda enfatiza que “na maioria das memórias existem marcos ou pontos

relativamente invariantes, imutáveis” e, desta forma como a fonte oral é socialmente construída, também o é a fonte escrita, cabendo ao historiador aplicar a qualquer tipo de fonte a crítica, já que “nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta”. (idem, p. 209)

Antes de se iniciar um estudo sobre instituição de educação é necessário entender que todas as instituições são criadas para atender uma necessidade. Foi neste pensamento que nasceu a inquietação de se estudar a instituição escolar Escola Técnica Rubens de Faria e Souza, antigo Colégio Técnico Industrial. A escolha por esta instituição se deu pelo fato de poucos pesquisadores terem se interessado em registrar sua história, sendo poucos os relatos sobre o Colégio Técnico Industrial de Sorocaba. Desta forma, se torna importante a sua reconstrução histórica, tendo em vista que ele foi, e continua sendo de grande relevância para formação escolar e de mão de obra técnica no município de Sorocaba e região.

Esta tese tem por objetivo fazer uma reconstrução histórica do início do Colégio Técnico Industrial de Sorocaba, hoje denominada Escola Técnica Rubens de Faria e Souza. Tem como objetivos específicos estudar e aprofundar o conhecimento sobre a legislação nacional e estadual que tratou dos programas educacionais das escolas técnicas no Brasil; entender os fatos e acontecimentos políticos e sociais ocorridos entre 1960 e 1982 e, como eles influenciaram a educação profissional; investigar as relações da escola com a comunidade no início de suas atividades; entender como os professores reagiram às mudanças administrativas no momento em que o Colégio Técnico foi incorporado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, e, entender por que o Colégio Técnico ocupou o espaço físico do prédio do Ginásio Industrial.

Neste trabalho o procedimento de pesquisa adotado contou com levantamento bibliográfico, leitura de leis, decretos e súmulas, bem como jornais, documentos e registros escolares, além de fotos, obras e produções acadêmicas de autores que desenvolveram pesquisas e trabalhos científicos voltados à compreensão do tema aqui proposto. Também, foram realizadas entrevistas orais com Youzo Watanabe e José Eduardo de Carvalho Prestes componentes do corpo docente, e José Alberto Deluno ex-diretor.

A tese se desenvolveu em duas etapas. A primeira de pesquisa bibliográfica dos referenciais teóricos sobre o tema abordado, visitas nas escolas Professor Rubens de Faria e Souza e Escola Coronel Fernando Prestes (antigo Ginásio

Industrial), e à Secretaria da Educação, com o objetivo de resgatar documentos para análises. Na segunda etapa foram feitas entrevistas por meio de um roteiro de perguntas abertas. As entrevistas, em média, com 40 minutos de duração, ocorreram em locais diferentes e foram gravadas. Do professor Youzo na própria escola, professor José Eduardo na Secretaria de Educação e a do ex-diretor professor Deluno, na Faculdade de Engenharia de Sorocaba. Após os levantamentos dos dados e informações foram feitas as análises e considerações.

Na realização desta pesquisa surgiram algumas dificuldades, que por sua relevância aqui serão apresentadas. A primeira dificuldade pode ser creditada ao fato do pesquisador não possuir uma formação acadêmica na área da educação, o que levou a necessidade de dedicar um tempo maior para se apropriar dos termos técnicos da área. Houve dificuldades para a obtenção da autorização para entrar nas dependências da escola, fato agravado pela falta de documentos e registros de rotinas do cotidiano escolar na instituição. Segundo os funcionários e antigos professores, muitos destes documentos se perderam na transição administrativa da Escola Técnica Rubens de Faria para a autarquia o Centro Paula Souza. Este acontecimento foi pouco elucidado por carência de informações precisas.

Essa situação impôs uma demanda que evidenciou a fragilidade dos meios de conservação de dados/ informações fundamentais para reconstruir a história. Para que a insuficiência de documentação pudesse ser suprida foram realizadas entrevistas. Além da carência de documentação, a pouca quantidade de trabalhos de teor histórico deste período, o tempo transcorrido, a perda de recursos orais valiosos, pelo falecimento de atores importantes da história da instituição escolar e também pela recusa de outros em contribuir com a pesquisa por razões particulares. Vale destacar, entretanto que, a participação dos três entrevistados, quer pelo tempo de trabalho na escola, quer pelo envolvimento pessoal permitiu construir um panorama sócio institucional rico em detalhamento e particularidades que transcenderam o cotidiano escolar permitindo captar o momento da cidade, a população jovem em seu desenvolvimento formativo e questões mais ampliadas dos interesses econômicos.

O trabalho está estruturado da seguinte forma:

No capítulo “História da Educação Profissional na República com base na Legislação”, é realizada uma recomposição da história da educação profissional no período da República, pautando-se em informações obtidas na legislação. Este

capítulo apresenta fatos sociais históricos e políticos que influenciaram as decisões e ações na educação profissional.

O capítulo a seguir “A Educação Profissional em São Paulo”, destaca as leis, os decretos que abordam a educação técnica do segundo ciclo no estado de São Paulo.

O capítulo “A Reconstrução Histórica da Escola Técnica Rubens de Faria e Souza no Município de Sorocaba”, focaliza o período de 1968 a 1984 relata um breve momento histórico da sociedade sorocabana, considerando o desenvolvimento sócio econômico da cidade e região. Nas “Considerações Finais” realiza-se um diálogo entre os acontecimentos históricos apresentados e as ideias conceituais abordadas por meio dos autores ao longo do texto, apontando para a problemática da construção histórica da educação mediante o intrincamento entre aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos a formar um contexto, que teve sua dinâmica aqui abordada. Os anexos trazem imagens que agregam elementos físicos ao conjunto histórico do capítulo. As imagens e fotos selecionadas têm como objetivo resgatar a materialidade e a representação defendida por Magalhães (2004). Elas apresentam-se através da estrutura arquitetônica da escola, em artefatos, mobílias, memórias e registros da organização pedagógica desenvolvida na instituição escolar. É a escola instalada e manifestada no imediato do contexto social: suas edificações, equipamentos, sua dimensão física. O conjunto dos anexos incorpora elementos visuais e documentais da instituição como constitutivos do quarto capítulo.

Nas “Considerações Finais” realiza-se um diálogo entre os acontecimentos históricos apresentados e as ideias conceituais abordadas por meio dos autores ao longo do texto, apontando para a problemática da construção histórica da educação mediante o intrincamento entre aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos a formar um contexto, que teve sua dinâmica aqui abordada. Os anexos a partir de imagens (fotos) têm como objetivo resgatar a materialidade e a representação defendida por Magalhães (2004). Elas apresentam-se através da estrutura arquitetônica da escola, em artefatos, mobílias, e memórias. Você está repetindo o final do parágrafo anterior.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REPÚBLICA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E LEGISLAÇÃO

2.2 A República e a Educação

A República no Brasil foi implantada em 15 de novembro de 1889 a partir de “um golpe militar com apoio civil, *ipso facto*, extinguiu o Império e eliminou consigo a Constituição existente” (CURY, 2001, p. 69). Instaurou-se um Governo Provisório, elaborou-se uma constituinte e foi decretada, em caráter provisório, a República dos Estados Unidos do Brasil.

De acordo com Cury (2001) o Governo provisório tomou algumas medidas como o Decreto nº6 (19/11/1889), que “extinguiu o voto censitário e impôs o saber ler e escrever como condição do acesso à participação eleitoral” (ibid. p.72-73). Neste mesmo ano foi criada a Secretaria da Instrução Pública, Correios e Telégrafos e, no campo educacional criou-se uma expectativa para a união política do país pela educação por meio da “reforma da Instrução Pública Primária e Secundária através da existência de escolas livres” (ibid. p.72-73). Segundo o autor,

[...] o Governo Provisório avançou no terreno educacional a partir dos direitos civis e de uma proposta federativa, ele praticamente se omitiu em entender a educação primária, pelo menos como terreno explícito de um dever do Estado (CURY, 2001, p.73).

Segundo Cury (2001, p. 18), pela Constituição de 1891, artigo 72, § 6º, “o ensino ministrado em estabelecimentos públicos” seria leigo. Pelo mesmo artigo § 24: ficou “garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial” (ibid. p.77), o que garantiu uma rede privada de ensino sem regulamentação.

Para Queluz (2000, p.18), com a proclamação da República em 1889, o Brasil passou a ter novos empreendimentos, que levaram a “intensificação do processo de industrialização e ao significativo crescimento do operariado” no período de 1907 a 1920. De 149.809 operários em 1907, para 275 mil em 1920, assim como o aumento do número de oficinas e estabelecimentos industriais. Com a aceleração do desenvolvimento da industrialização, o crescimento da população ociosa e desempregada passou a ser constante nos centros urbanos, acarretando no

aumento de “indivíduos considerados potencialmente perigosos¹ pela sua condição de classe, tornando os menores em aprendizes, em trabalhadores produtivos” (QUELUZ, 2000, p. 80).

Para Queluz (2000), por meio do discurso social para livrar da marginalidade, é que os menores eram encaminhados às instituições que surgiram com o objetivo da “preservação e assistência à infância”. Também eram encaminhados para institutos profissionais do país, entre eles o Liceu de Artes e Ofício de São Paulo criado em 1873. Desta forma, o Estado identificou a mão de obra em potencial e procurou profissionalizá-la para que contribuísse com o processo produtivo do Brasil (ibid.).

Segundo Romanelli (1986), no Brasil em 1907 havia 9.779 alunos matriculados nas 42 escolas industriais existentes. A autora ressalta que neste período não havia por parte da sociedade uma boa aceitação do ensino profissionalizante, uma vez que o trabalho manual era vinculado às raízes antigas do trabalho escravo, o que gerava um grande preconceito ao modelo profissionalizante. Mas a industrialização do país estava começando a gerar necessidade de mão de obra técnica, que o Estado não oferecia pela falta de recursos e escassez de pessoas qualificadas. Para a autora o ensino profissionalizante, era um modelo, visto, como símbolo de dominação pela classe dominante.

Em 23 de setembro de 1909 foi assinado pelo presidente Nilo Peçanha o Decreto nº 7566, que criava as Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada capital de estado. Estas escolas possuíam prédios próprios e se distinguiam das escolas religiosas ou sociedades laicas. Tinham currículos e metodologias específicas e surgiram com o objetivo de contribuir com o

[...] projeto de construção de uma sociedade do trabalho através da disciplinarização dos filhos das classes proletárias, menores percebidos como potenciais elementos de desordem social; a percepção do binômio educação – trabalho como instrumento de construção da nacionalidade (QUELUZ, 2000, p.29).

De iniciativa privada confessional, encontravam-se as escolas salesianas, instaladas no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, que ofereciam o ensino secundário e comercial aos jovens de classe média, e também cursos

¹ Indivíduos potencialmente perigosos segundo Queluz (2000), tratava-se de crianças desvalidas, abandonadas e órfãs, as quais eram marginalizadas, sendo elas uma preocupação para o governo.

profissionalizantes, em especial aprendizagem industrial aos filhos dos trabalhadores (CUNHA, 2000).

A partir de 1910 com o Decreto nº 8.319 de 20 de outubro, instituíram-se os Aprendizados Agrícolas, qual, posteriormente, pelo Decreto nº 12.893/18 de 28 de fevereiro de 1918, tornaram-se os Patronatos Agrícolas, instituições que atrelavam assistência à infância, educação e trabalho agrícola. Os primeiros estabelecimentos deste tipo foram criados no Estado de Minas Gerais, sendo denominados “Patronatos Visconde de Mauá e Pereira Lima”; em São Paulo o “Patronato Monção” e, em Santa Catarina, o “Annitapolis”. O aprendizado tinha a função de formar filhos de pequenos proprietários de terras e de operários agrícolas. O modelo de internato era para as crianças desvalidas de oportunidades. Os Patronatos Agrícolas permaneceram até 1934 quando houve a reforma do ensino agrícola (NERY, 2009, p.42).

A política educacional republicana oscilou entre ideais liberais e a unidade política (CURY, 2001), e também, segundo Cunha C. (1981), o ideal autoritário, no qual o papel intervencionista do Estado centralizava a ação governamental política e administrativamente. Contudo, na prática estes ideais liberais não aconteceram e a Reforma Constitucional de 1926, aprovada pelo Senado deu por encerrada boa parte dos projetos liberais de 1891, com a intervenção do Estado em várias áreas, inclusive na educacional.

2.3 O Governo de Getúlio Vargas e a Educação (1930 a 1945)

No início do século XX o mundo enfrentou grandes turbulências. Entre as mais significativas pode-se citar a I Guerra Mundial (1914-1918) e a alta produção americana na década de 20, fator este que culminou em 1929 na queda da Bolsa de Valores de Nova York, o que refletiu na esfera econômica, política e social do mundo todo. A crise externa² atingiu o Brasil, que teve interrompido o financiamento

² A Crise Externa: foi provocada pela política restritiva norte americana, que tentando controlar a bolha que se formava em *Wall Street* após 1929, provocou interrupção dos significativos fluxos de capital iniciados em 1926. Em paralelo à crise no sistema político econômico monetário mundial que se baseava no padrão-ouro, para garantir suas moedas, levaram o mundo a um verdadeiro caos financeiro e de relações comerciais, provocando uma verdadeira guerra econômica, o que levou os Estados Unidos a abandonar esse modelo em 1934 em uma vã tentativa de sair da depressão que se instalara. No Brasil, as dificuldades de obter recursos para sustentar os preços do café, somados à queda do nível de atividades na economia mundial, levaram os preços do café para baixo. Com isto a queda das exportações no Brasil foi brutal e seu impacto na economia também, uma vez que o

externo, a diminuição significativa nas importações e queda nas exportações de café. Neste cenário de instabilidade econômica e política, ocorreu a Revolução de 1930 que levou

[...] Getúlio Vargas à chefia do governo provisório, determinou o início de uma nova era na história do Brasil, só terminada em 1945, quando ele foi deposto por um golpe militar. Durante esses 15 anos, Vargas foi presidente da República, primeiro garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército; depois, eleito pelo Congresso Nacional; e por último, sustentado pelo Exército, já com o monopólio do uso da força, representando os interesses das classes dominantes (CUNHA, 1980, p.225).

O país entrou na década de 30 sem uma Constituição por causa da revolução. A tomada do poder em desacordo com os princípios primordiais torna o dispositivo constitucional inoperante e prevalecem a vontade e as decisões do mandatário. Com a posse de Getúlio Vargas em 1930, o governo adotou uma política de centralização de órgãos públicos. O governo de Getúlio Vargas deu início a um projeto de industrialização e a crescente urbanização impulsionou a necessidade de trazer a escolarização para o rol das prioridades do modelo econômico que se instalou no país.

Assim como acontece com a cultura letrada e com a ordem econômica, a forma como se origina e evolui o poder político tem implicações para a evolução da educação escolar, uma vez que esta se organiza e se desenvolve, quer espontaneamente, quer deliberadamente, para atender aos interesses das camadas representadas na estrutura do poder (ROMANELLI, 1986, p.29).

A educação passou a ser um instrumento essencial na viabilização do projeto para consolidar o desenvolvimento econômico. Getúlio centralizou as políticas do setor educacional, criando o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Diversas reformas educacionais, tanto no âmbito da União quanto dos estados ocorreram na década de 1930. As ações do então recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública se fizeram perceber com a reforma Francisco Campos em 1931. A reforma estruturou e centralizou na administração federal os

produto representava, em 1930, setenta por cento das exportações brasileiras. “Em agosto de 1930 as reservas da Caixa de Estabilização do governo haviam desaparecido” após ações equivocadas do governo de Washington Luiz, e o governo tentando evitar uma mudança explícita para um regime cambial baseado em intervenção estatal, adotou expedientes protelatórios o que levaram a uma desvalorização cambial expressiva (ABREU, 1999, p. 06).

cursos superiores, adotando o regime universitário e organizando o ensino secundário.

O ministro da pasta da Educação e Saúde Francisco Campos, criou uma série de decretos³ redirecionando os rumos da educação no Brasil. Ele tinha como principal objetivo regulamentar o sistema educacional em seus diversos níveis e modalidades (SAVIANI, 2008), estruturar e centralizar na administração federal os cursos superiores, adotando o regime universitário; organizar o ensino secundário. A reforma Francisco Campos não fugiu da tendência socioeconômica que o país vivenciava.

O Movimento da Escola Nova⁴, formado por um grupo de educadores que defendiam ideais liberais em defesa de uma escola pública para todos, questionava o tradicionalismo pedagógico e se empenhava em dar novos rumos à educação, opondo-se ao pensamento e ensino da Igreja Católica. Os educadores que aderiram ao movimento escolanovista ficaram conhecidos como os renovadores. Em 1932 eles apresentaram um Plano de Reconstrução Nacional, que ficou conhecido como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e foi fruto dos debates que vinham ocorrendo desde os anos de 1920.

O Manifesto defendia a escola pública, gratuita, obrigatória e laica. Para Saviani (2008), foi um marco que inspirou as gerações seguintes. E, segundo Romanelli (1986), também foi o primeiro movimento de educação que sensibilizou a sociedade civil e de que se tem registro pela imprensa escrita. Educadores, artistas, profissionais de outros segmentos que defenderam a causa da educação foram signatários.

³ Decreto n. 19.890, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras; Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, que estruturou o ensino secundário; Decreto n. 20.158, de 30 de Junho de 1931, que organizou o ensino comercial; Decreto n. 21.241, de 14 de Abril de 1932, consolidando as disposições sobre a estruturação do ensino secundário. (REFORMA EDUCACIONAL FRANCISCO CAMPOS. In História, Sociedade e Educação no Brasil) Disponível em : http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/grossario/verb_c_reforma_francisco_campos_1931.htm Acesso em: 15 de Nov. 2016.

⁴ Este movimento se caracterizou por novas ideias pedagógicas que se pautavam na Europa e EUA, com o objetivo de adequação do ensino à fase de desenvolvimento capitalista industrial. Suas ideias envolviam a expansão das oportunidades escolares, como também novos métodos pedagógicos, em contraposição à escola tradicional.

[...] Ao proclamar a educação como um problema social, o Manifesto não só estava traçando diretrizes novas para o estudo da educação no Brasil, mas também estava representando uma tomada de consciência, por parte dos educadores, até então praticamente inexistente (ROMANELLI, 1986, p.150).

Para Saviani (2008, p. 253), o Manifesto representou mais “como documento de política educacional, [...] do que defesa da Escola Nova, está em causa no ‘Manifesto’ a defesa da escola pública”. O texto trouxe propostas para a “construção de um amplo e abrangente sistema educacional de educação pública abarcada desde a escola infantil até a formação dos grandes intelectuais pelo ensino universitário”.

Parte do ideário defendido pelo Manifesto foi legitimado pela Constituição de 1934. Reivindicações como gratuidade, direito de todos à educação, obrigatoriedade, coeducação, dentre outros aspectos, passaram a fazer parte da Constituição promulgada em 1934. Em seus artigos a Constituição remeteu “várias competências à União” entre elas “fixar o plano nacional de educação que deve compreender todos os graus de ensino, deve ainda coordenar a sua execução” (PALMA FILHO, 2015, p.9). Cabia aos estados federativos e Distrito Federal organizar e manter sistemas educacionais em seus respectivos territórios, assim como as questões de financiamento da educação. Definiu a obrigatoriedade do concurso público para a contratação de professores e criou o Conselho Nacional de Educação.

2.3.1 A Educação Profissional assegurada pela Constituição de 1937

Getúlio Vargas ficou 15 anos no poder, sendo que o primeiro período do seu governo ficou conhecido como Governo Provisório (1930 a 1934), seguido do Governo Constitucional (1934 a 1937) e, finalmente, o Governo Autoritário (1938 a 1945), provavelmente este último o mais traumático à sociedade. As definições cronológicas abordadas por historiadores são dados históricos que registram acontecimentos ou fatos importantes, mas é relevante ressaltar que a história é um processo, e estas datas são referências didáticas e nem sempre representam mudanças significativas no contexto histórico.

Em 10 de novembro de 1937 o presidente Getúlio Vargas, com o apoio dos militares, impingiu o golpe de Estado, historicamente conhecido como Estado Novo⁵. Justificado pela necessidade da manutenção da ordem institucional contra as divergências entre grupos dominantes dos setores agrários⁶ e burguesia industrial, também contra as manifestações das forças de oposição, como exemplo, a Intentona⁷ Comunista de 1935 (ANDREOTTI, 2006). Dentre as ações do presidente Vargas, em 1937 foi ortogada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

No âmbito da educação profissional a Constituição Federal de 1937 foi a primeira a tratar sobre o ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129 que:

A infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, do Estado e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937, p. 29).

Em 1937 houve uma reforma relacionada à organização da educação, com a Lei nº 378/37 que dava nova formatação ao Ministério da Educação e Saúde Pública. O artigo 1º o Ministério da Educação e Saúde Pública passou a ser

⁵ Estado Novo: é o nome que foi dado ao período governado por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945. Este período ficou marcado, no campo político, por um governo ditatorial. Vargas com o discurso da necessidade de se dar fins às agitações que estavam ocorrendo a partir de lideranças. Em 2 de dezembro de 1937 anunciou a nova Constituição, decretou o fechamento do Congresso e dissolveu os partidos. (www.suapesquisa.com/historiadobrasil/estado_novo.htm)

⁶ O setor agrário era constituído pelo segmento agroexportador vinculado ao café, que detinha a hegemonia e o grupo agrário voltado para a produção interna (IANNI, 1984, pp. 16-18 apud ANDREOTTI, 2006, p.104).

⁷ O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 1922. Nos anos de 1930, o partido sofreu perseguições em sua luta contra o Integralismo, movimento de cunho fascista, liderado por Plínio Salgado. O PCB promoveu, então, vários levantes em regiões do país em 1935, que foram rapidamente reprimidos (ANDREOTTI, 2006, p. 104).

denominado Ministério da Educação e Saúde, instituiu a divisão da administração dos serviços do Ministério da Educação e Saúde em oito regiões⁸. No artigo 37 e “as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em Liceus” destinados ao ensino profissional, em todos os ramos e graus, criou oito divisões⁹ no gabinete do diretor (BRASIL, LEI Nº 378, 1937).

Entretanto, só em 1942 é que houve uma estruturação objetiva dos cursos técnicos profissionalizantes destinados às camadas populares, resultado da reforma que foi empreendida pelo então ministro Gustavo Capanema. A partir da publicação da Lei Orgânica¹⁰ do Ensino Industrial, Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942 é que foram estabelecidas as bases organizacionais desta área de ensino. Esta Lei regulamentava e integrava as escolas de ensino industrial ao sistema nacional de ensino médio. O decreto, em seu capítulo II, Secção I no seu Artigo 6º, § 1º e § 2º, descreveu como o ensino industrial deveria ser ministrado. Disponha sobre a organização geral do ensino industrial a ser ministrado em dois ciclos, sendo que o

⁸ Art. 4º Fica o território do paiz, para effeito da administração dos serviços do Ministério da Educação e Saúde, dividido em oito regiões, a saber:

- a) 1ª Região constituída pelo Districto Federal e pelo Estado do Rio de Janeiro;
- b) 2ª Região, constituída pelo Território do Acre e pelos Estados do Amazonas e Pará;
- c) 3ª Região, constituída pelos Estados do Maranhão, Piauhy e Ceará;
- d) 4ª Região, constituída pelos Estados do Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco e Alagoas;
- e) 5ª Região, constituída pelos Estados de Sergipe, Bahia e Espírito Santo;
- f) 6ª Região, constituída pelos Estados de São Paulo e Matto Grosso;
- g) 7ª Região, constituída pelos Estados do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul;
- h) 8ª Região, constituída pelos Estados de Minas Geraes e Goyaz (BRASIL, LEI n. 378, 1937)

⁹ Art. 10. O Departamento Nacional de Educação compor-se-á do gabinete do director geral, de um serviço de expediente e das oito seguintes divisões, cada uma a cargo de um director de comprovada competência:

- a) Divisão de ensino Primário;
- b) Divisão de Ensino Industrial;
- c) Divisão de Ensino Commercial;
- d) Divisão de Ensino Domestico;
- e) Divisão de Ensino Secundário;
- f) Divisão de Ensino Superior;
- g) Divisão de Educação Extraescolar;
- h) Divisão de Educação Physica (BRASIL, LEI n. 378, 1937)

¹⁰ Lei Orgânica: “Conhece-se como lei orgânica qualquer lei de que se necessita de um ponto de vista constitucional para regular os aspectos da vida social. As leis orgânicas têm uma competência diferente das leis ordinárias e requerem alguns requisitos extraordinários, como a maioria absoluta na hora de serem aprovadas [...]. Apesar de dependerem de cada legislação nacional, as leis orgânicas costumam ser consideradas como um nexos ou uma etapa intermédia entre as leis ordinárias e a Constituição. As características particulares das leis orgânicas exigem a ampla maioria parlamentar (pelo facto de serem tratados temas bastante delicados para a sociedade) e uma grande rigidez na regulamentação (as leis orgânicas não podem ser facilmente alteradas nem mesmo sendo essa a vontade de um governante)” Disponível em: <http://conceito.de/lei-organica#ixzz3d3BSNSIb>. Acesso em: 06 Jun. 2015.

primeiro abrange: ensino industrial básico; ensino de mestria; ensino artesanal e aprendizagem. E o segundo ciclo deveria compreender o ensino técnico e pedagógico.

Os artigos 7º, 8º e 9º da lei orgânica descreviam as classificações permitidas sendo que os cursos de ensino industrial seriam cursos ordinários ou de formação profissional; extraordinários ou de qualificação, especialização ou aperfeiçoamento profissional e, os cursos avulsos ou de ilustração profissional. No primeiro ciclo do ensino industrial, as modalidades de cursos ordinários já mencionados. O artigo 10º descrevia o segundo ciclo, os cursos pedagógicos e os cursos técnicos “destinados ao ensino de técnicas, próprias ao exercício de funções de caráter específico na indústria” (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 4.073,1942).

No decreto nº 4.073/42, secção VI, artigo 14 “os tipos de estabelecimentos de ensino industrial” foram “determinados, segundo a modalidade dos cursos de formação profissional”, e o artigo 15 estabeleceu os tipos de ensino industrial: escolas artesanais se destinando a ministrar um ou mais cursos artesanais; escolas técnicas, destinadas a ministrar um ou mais cursos técnicos; “escolas industriais, se o seu objetivo for oferecer um ou mais cursos industriais” e escolas de aprendizagem, quando tiverem por finalidade dar um ou mais cursos de aprendizagem (BRASIL, 1942).

Em 25 de fevereiro de 1942 o Decreto nº 4.127 foi promulgado e transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices (os Liceus Profissionais) em Escolas Industriais e Técnicas, com a formação profissional equivalente ao nível secundário.

Mesmo após o fim do Estado Novo, a Lei Orgânica do Ensino¹¹ Secundário permaneceu em vigor até a aprovação da lei nº 4.024/61 de Diretrizes e Bases da

¹¹ As chamadas Leis Orgânicas do Ensino constituem-se em “conjunto de decretos-lei elaborados por uma comissão de ‘notáveis’ presidida por Gustavo Capanema e outorgados pelo presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo, e, José Linhares durante governo provisório”. As Leis Orgânicas ficaram conhecidas como Reforma de Capanema, e foram assim constituídas:

- Decreto- lei nº 4 22.048, de 22/01/1942 que criou o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial);
- Decreto- lei nº 4.073, de 30/01/1942 – “Lei” Orgânica do Ensino Industrial;
- Decreto- lei nº 4.244, de 09/04/1942 – “Lei” Orgânica do Ensino Secundário;
- Decreto- lei nº 6.141, de 28/12/1943 – “Lei” Orgânica do Ensino Comercial;
- Decreto- lei nº 8.529, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Primário;
- Decreto- lei nº 8.530, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Normal;
- Decretos- lei nº 8.621 e 8.622, de 10/01/1946 – Criam o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e;
- Decreto- lei nº 9.613, de 20/08/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Agrícola. (LEIS ORGÂNICAS DO ENSINO) Disponível em:

Educação Nacional (LDB), que proporcionava ao sistema educacional avanços significativos ao incorporar os cursos técnicos de nível médio, estabelecendo a equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para o ingresso ao ensino superior e a obrigatoriedade do cumprimento de horas de estágio supervisionado no ambiente de trabalho. Passaram a coexistir “dois ramos de ensino médio o propedêutico representado pelo científico e clássico e os outros profissionalizantes, como os cursos normais (magistério), curso industrial, comercial e agrícola” (KORITIAKE, 2011, p.11).

É importante frisar que de 1929 a meados da década de 1940, o mundo vivenciou um período de muita tensão econômica, acarretada pela depressão mundial, e pela crise norte-americana de 1937 associadas às dificuldades de um período entre guerras¹². Estas tensões levaram os países a reverem seus processos de desenvolvimento e expansão econômica

No final da década de 1930 o Estado produtor de bens e serviços começou a ganhar corpo, através de sociedades de economias mistas. A crise externa acarretou uma redução do nível de atividade e a desvalorização cambial, fazendo-se necessária uma intervenção estatal maior e alta proteção do Estado no mercado. Em 1937 Vargas defendeu a suspensão do pagamento da dívida externa, retomando a renegociação da mesma somente a partir de 1939.

Com a eclosão da II Guerra (1939-1945), a economia brasileira sofreu forte impacto, por causa da perda de diversos mercados e a mudança da estrutura em suas exportações. Este quadro econômico se manteve até 1942 quando o Brasil

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_do_ensino.htm>. Acesso em 01 de Dez de 2016.

¹² A queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 desencadeia uma **Grande Depressão** que durou onze anos e ficou marcada na história dos americanos por seu forte e contínuo desemprego. Levou a uma crise financeira em escala mundial, com índice de desemprego elevado e diminuição drástica da produção industrial em patamares de 35%, fazendo com que os governos de vários países adotassem tarifas alfandegárias e de cotas de importação para tentar se recuperar. Neste período muitos países não pagaram suas dívidas (MURRAY N. ROTHBARD. A Grande Depressão 1929). Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=SUG10oV4X_wC&pg=PA37&lpg=PA37&dq=a+grande+depress%C3%A3o+americana+1937&source=bl&ots=R4ifQRG8U5&sig=3zOBxPtRnahT11bkR-UkNP2hRug&hl=pt-R&sa=X&ved=0ahUKEwiMu5qT_NLOAhULipAKHYmUAWMQ6AEIQzAG#v=onepage&q=a%20grande%20depress%C3%A3o%20americana%201937&f=false. **Meados de 1937** a produção manufatureira despencou 37%, o que tornou a elevar o desemprego. A crise neste período se assemelhava a uma montanha-russa pontuada de altos e baixos que alternam confiança e desespero (RUBENS RICUPERO, 2011) disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/11703-de-volta-a-1937.shtml>. Acesso: 20 de ago. 2016. (grifo nosso)

retomou o crescimento econômico com o aumento das exportações para os EUA e Inglaterra (ABREU, 1999).

Nos últimos três anos da segunda guerra as exportações se ajustaram a partir de acordos com o EUA. Neste período, o país passou a comercializar itens anteriormente impensáveis, como o arroz e a borracha. A economia brasileira cresceu em uma taxa anual na ordem de 7% ao ano até 1962, porém juntamente com ela, a inflação se intensificou. O realinhamento da política externa em uma posição pró aliados (liderança do EUA) no período de 1938 a 1940 juntamente com as novas alternativas econômicas tiveram repercussões sobre a educação profissional que se reformava no Brasil (ABREU, 1999).

O processo de crescimento da industrialização no Brasil após a década de 1930 e as mudanças ocorridas na indústria principalmente após a guerra, concorreram para que se organizasse o ensino industrial. A implantação da indústria no Brasil suscitou novas aspirações nas pessoas, sobretudo aquelas que viviam nas grandes cidades e eram atingidas pela industrialização, provocando novas necessidades de formação profissional (KORITIAKE, 2011).

Muitos foram os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do ensino industrial. Entre eles a criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial através do Decreto nº. 4.048 de 22 de Janeiro de 1942, que assumiu o papel de preparação da mão de obra para atender à demanda latente do mercado de trabalho. Com a criação em 1941 da Companhia Siderúrgica Nacional–CSN e, em 1942 da Fábrica Nacional de Motores–FNM. As iniciativas para a criação destas empresas foram anteriores, podendo-se supor que a “preocupação com a preparação do pessoal necessário fosse anterior as sua criação” (CUNHA, 1977, p. 54-55).

Para Cunha (1977) a proposta do Estado para o ensino industrial, mostrava como a educação poderia contribuir para a reconstrução nacional e significava uma imposição do Estado Novo por meio de uma política centralizadora. Também “a pressão exercida pelos alunos e egressos, bem como pelos estabelecimentos para reconhecimento” (CUNHA, 1977, p. 57) foram fatores que conduziram à organização do ensino técnico industrial (CBAEI), culminando na LDB nº 4.024/61.

Em janeiro de 1946 foi criada a Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial (CBAEI), iniciativa do Ministro Gustavo Capanema que só se efetivou após o fim do Estado Novo em 1946 no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1951).

Nasceram vários acordos firmados entre Estados Unidos e Brasil para o aperfeiçoamento de professores. A Comissão promoveu visitas técnicas, cursos, e um amplo programa editorial que atingiram prioritariamente professores e diretores das escolas industriais federais, com o propósito do “intercâmbio de informações relativas à metodologia e orientação educacional” (GUERRA, 1996, p. 39 apud KORITIAKE, 2011, p. 10). A CBAEI foi extinta em 1962 e o governo brasileiro transferiu suas atribuições ao Grupo de Expansão do Ensino Industrial.

Falcão e Cunha (2009), defendiam que a CBAEI foi protagonista na constituição da rede federal de ensino industrial nos padrões educacionais escolanovistas, e, um difusor de métodos de treinamento segundo o taylorismo¹³, o TWI. (*training within industry* = treinamento em serviço). O intercâmbio entre Brasil e EUA trouxe a “concepção fordista¹⁴ de produção via educação, evidenciando a reprodução ideológica do capitalismo” (KORITIAKE, 2011).

Em 1945 com o fim do Estado Novo, o país elegeu Eurico Gaspar Dutra para Presidente da República, encerrando chamada “era Vargas”. Nas mesmas eleições, Getúlio Vargas disputou cargo eletivo para senador. Foi eleito com expressiva soma de votos exerceu o mandato completo. Concorreu à presidência da república nas eleições seguintes de 1951, saiu vitorioso e assumiu o cargo que exerceu até 1954, quando se suicidou.

Para Palma Filho (2005), a Constituição de Federal de 1946 com seu ideário liberal e democrático, em seu artigo 5º, inciso XV, resgatou o dispositivo constitucional de 1934 revogado pelo Estado Novo, afirmando a competência privativa da União em legislar sobre as diretrizes de base da educação nacional. Assim, em 1948 o então Ministro da Educação do Governo Dutra, Clemente Mariani Bittencourt submeteu ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes de Base, que somente em 1961 se transformaria na primeira LDB (PALMA FILHO, 2005).

¹³ O Taylorismo tem como ideia básica de modelo educacional uma prática profissional que consiste na solução instrumental de problemas, mediante à aplicação de um conhecimento técnico e teórico, previamente disponível, procedente de algumas matrizes teóricas produzidas em um contexto histórico favorável à sua organização na sociedade capitalista. É instrumental porque supõe que a aplicação de procedimentos e técnicas, por sua “capacidade própria” consegue os efeitos desejados (CAVALHEIRO NETO, 2006, p.14).

¹⁴ O Fordismo é modelo de produção em massa, onde há “meticulosa separação entre projeto e execução, iniciativa e atendimento a comandos, liberdade e obediência, invenção e determinação, com o estreito entrelaçamento dos opostos dentro de cada uma das oposições binárias e a suave transmissão de comando do primeiro elemento [...] ao segundo (BAUMAN, 2001, p. 68 apud CAVALHEIRO, 2006, p.14).

2.4 Anos Cinquenta do século XX: uma nova perspectiva

O Brasil a partir dos anos 1950 passou por grandes mudanças em sua estrutura produtiva. Houve uma maior diversificação da atividade industrial, impulsionada ao longo dos anos de conflitos mundiais, como o da II Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que o setor industrial se fortalecia impulsionado pela criação da necessidade de novos produtos importados, o estado passou a assumir um papel fundamental, através da implantação de políticas de desenvolvimento econômico (FERREIRA; MESQUITA, 2001).

Getúlio Vargas retornou ao poder em 1951, eleito presidente. Este novo período varguista segundo Bomeny (s/d) foi marcado pela criação de várias instituições de fomento e agências públicas, entre eles o Banco Nacional de Desenvolvimento (BND), a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ). Com essas estruturas públicas Vargas desejava retomar o projeto desenvolvimentista do primeiro governo. Outra medida importante referia-se ao ministério que cuidava simultaneamente da Educação e a Saúde que foi desmembrado em dois no ano de 1953: Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Saúde. No entanto para a educação este período de governo foi extremamente acanhado, contrariando a ênfase admitida no primeiro governo.

O início da década de 1950 atraiu muitas empresas estrangeiras por causa dos baixos salários aqui praticados. Era interessante esse fator, uma vez que os lucros poderiam aumentar em quantidade impensável. Como consequência houve maior acúmulo de renda por parte da elite, o que levou ao surgimento de

[...] vários sindicatos paralelos aos oficiais, numa tentativa de fuga ao controle exercido pelo Ministério do Trabalho, e ampliaram-se, com o agravamento da situação, os movimentos de associações de moradores nas áreas periféricas das cidades. Os conflitos agrários, que são antigos na história do Brasil, ganharam, no período, uma nova linguagem e passaram a ser articulados a partir de uma franca oposição, frontalmente formulada. Conflitos ocorridos simultaneamente em Goiás, no Rio Grande do Sul, no Paraná e na Região Nordeste expuseram o caráter nacional da questão agrária. Os vários movimentos sociais ocorridos nas áreas rurais no período de 1958 a 1964, associados às Ligas Camponesas surgidas em 1955 (CORREIA DE ANDRADE, 1986 apud BEM, 2006, p. 1149).

O processo de crescimento iniciado no segundo mandato de Vargas e acelerado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) levou ao surgimento de

novos grupos de influência sendo que muitos deles estavam engajados em um processo de reformulação das políticas de desenvolvimento. E Grupo eram constituídos por profissionais com conhecimento técnico - científico diferenciado da formação humanística predominante. Concomitantemente, intensificou-se o processo de formação de parte da sociedade que ansiava por bens culturais.

O espírito do novo, a vontade de mudança transcenderam as esferas econômica e política e contaminaram o domínio das artes e da cultura. Importantes movimentos no campo artístico nasceram e/ou tomaram novo impulso na segunda metade da década de 1950. Surgiram novas formas de conceber o cinema, o teatro, a música, a poesia e as artes plásticas, em decorrência de uma reflexão crítica acerca da produção existente e das linguagens vigentes em cada um desses domínios [...] (FERREIRA; MESQUITA, 2001, p. 329).

O processo de desnacionalização da economia a partir da entrada intensiva e extensiva de capital estrangeiro desarticulou os interesses da “política de massa com o nacionalismo” (BOSCHETTI, 1993). Este novo regime de acumulação intensivo-extensivo¹⁵ através da expansão transnacional levou o Estado a exercer uma postura integracionista (VIANA, 2005). As ações integracionistas do Estado estiveram presentes nas políticas de bem estar social, bem como na aceitação da burocracia sindical e o enfoque dos investimentos nos setores de consumo e serviço.

A internacionalização rápida levou à adoção de novas técnicas de produção, a manutenção da organização funcional mantendo um excedente de mão de obra com o objetivo de praticar baixos salários, e, a formação de um mercado interno constante capaz de consumir a produção de bens em maior nível de sofisticação, o que levou a uma insatisfação de vários setores da sociedade diante da contradição entre o modelo econômico que se apresentava e a ideologia nacionalista.

Esta insatisfação também se fez presente nos movimentos estudantis como os liderados pela UNE (União Nacional dos Estudantes), que lutavam contra qualquer proposta política educacional elitista e antidemocrática, reivindicando

¹⁵ Regime de acumulação intensivo-extensivo: está relacionado “a aumentar a extração de mais-valor relativo combinado com o aumento da exploração internacional, através da expansão transnacional. [...], desta forma “intensivo-extensivo (predominantemente intensivo nos países imperialistas e extensivo nos países de capitalismo subordinado)” (VIANA, 2005, p. 4). Para o autor este regime de acumulação e outros, determinava a organização do processo de trabalho assim como formas estatais e de relações internacionais. Este modelo está relacionado a uma “reestruturação produtiva, no neoliberalismo e no neo-imperialismo, no qual se busca aumentar a exploração tanto a nível nacional como internacional [...] (VIANA, 2005, p. 4).

aumento de escolas, melhoria de ensino, expansão das redes públicas de educação particularmente. Em 1960 com o “movimento pela Reforma do Ensino Superior” a participação da UNE foi mais efetiva com várias exigências como “abolição do sistema de cátedra vitalícia; ensino eficiente; conhecimento docente das técnicas, método e da área de especialização” (BOSCHETTI, 1993, p. 65).

Estas posições de caráter político-ideológico dos movimentos estudantis foram apresentadas à sociedade em dois documentos, “Declaração da Bahia (1960)¹⁶ e a Carta do Paraná (1962)¹⁷. A reforma universitária era o foco dado ao conjunto de mudanças pretendidas e empreendidas nas “discussões nacional-reformistas de tendência esquerdista” a qual poderia levar a uma aliança política entre estudantes, trabalhadores e camponeses (BOSCHETTI, 1993, p. 65).

Saviani (1987, p. 80 apud BOSCHETTI, 1993, p. 20) destaca com clareza os motivos de insatisfação e rompimento das junções das classes sociais.

[...] enquanto para a burguesia e as camadas médias a industrialização era um fim em si mesmo, para o operariado e as forças de esquerda ela era apenas uma etapa. Por isso, atingida a meta, enquanto a burguesia buscava consolidar seu poder, as forças de esquerda levantam a nova bandeira: trata-se da nacionalização das empresas estrangeiras, controle da remessa de lucros, de dividendos e reformas de base (reformas tributária, financeira, agrária, educacional, etc.). Tais metas, entretanto, decorrentes de ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista, entrando em conflito com modelos vigentes.

Assim os conflitos se delimitaram pela diversidade dos interesses de conservadores (latifundiários, banqueiros e empresários, ou seja, classe dominante); progressistas (defendendo a nacionalização das empresas e a reforma agrária) e burgueses (neste caso a burguesia internacional, atuante na política nacional).

¹⁶ A Declaração da Bahia foi o resultado do I Seminário Nacional da Reforma Universitária promovido pela UNE, em 1961, que elaborou conclusões do evento. Esse seminário discute três temas, sendo a Realidade Brasileira, a Universidade no Brasil e a Reforma Universitária, além de um adendo sobre o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (TITSKI C.C. E LIMA, M. F.S/D) disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/AYHnkF4c.pdf Acesso out. 2015.

¹⁷ Carta do Paraná foi o resultado do 2º Seminário Nacional da Reforma Universitária que ocorreu em Curitiba (PR). “Este Seminário tinha a mesma finalidade do Seminário da Bahia. A Carta do Paraná fundamenta-se em três partes: fundamentos teóricos da reforma universitária; análise crítica da Universidade brasileira; e a síntese final, a qual esboça a luta pela reforma universitária. (Crislaine de C. Titski e Michelle F. Lima, s/d) disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/AYHnkF4c.pdf. Acesso out. 2015.

Dentro deste cenário se instalou uma crise, que se estendeu durante todo o governo de Juscelino Kubitschek (JK).

O governo de JK foi marcado pelo aprofundamento da relação entre Estado e economia, sendo que o objetivo para a época estava pautado pela formação de profissionais para a meta de desenvolvimento do país. Em 1959 a Lei 3.552 de 16 de fevereiro, reformulava significativamente o ensino industrial. Concedia maior autonomia ao ensino industrial, “a descentralização da organização administrativa e a ampliação dos conteúdos de cultura geral. Estabelecia ainda que as escolas fossem dirigidas por um conselho com representantes das indústrias” (KORITIAKE, 2011, p.11). Desta forma, as instituições receberam autonomia didática e de gestão, contudo, com influência direta em seus órgãos, de conselhos de representantes de indústrias, compartilhando com eles a esfera decisória. Os estabelecimentos de ensino industrial mantidos pelo Ministério da Educação e Cultura passaram a ter personalidade própria, ou seja, foram transformados em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. Mas a Lei 3.552 teve curto período de duração sendo revogada pela Lei de Diretrizes de Base (LDB) nº 4.024/61.

O governo de JK praticou e ampliou uma administração de comissões, consultorias e órgãos de planejamento, implantando várias mudanças impulsionadas por subsídios para atrair o capital estrangeiro, motor do desenvolvimentismo de seu governo. Juscelino Kubitschek se manteve no governo até o final do mandato no final de 1960, deixando o país com problemas de alta dívida externa e a inflação crescente.

O sucessor de Juscelino Kubitschek foi Jânio da Silva Quadros (31 de janeiro 1961 a 25 de agosto de 1961), que assumiu a presidência com uma herança econômica cheia de problemas, como aceleração inflacionária, deterioração do Balanço de Pagamentos¹⁸, déficit público e indisciplina fiscal, o que levou o governo a implantar políticas econômicas extremamente conservadoras, austeras e impopulares, simultaneamente a uma política externa de aproximação com os países socialistas como a União Soviética e a China, resultando conseqüentemente a um distanciamento dos EUA.

¹⁸ Balanço de Pagamentos Segundo o Banco Central do Brasil “é o registro estatístico de todas as transações – fluxo de bens e direitos de valor econômico – entre os residentes de uma economia e o restante do mundo, ocorridos em determinado período de tempo.” Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg152p.htm>. Acesso em 20 ago. 2016.

As medidas impopulares realizadas por Jânio Quadros o levaram à pressões de vários aliados e críticos políticos, provocando a uma atmosfera de instabilidade política que culminaram em sua renúncia em 25 de agosto de 1961. Jânio Quadros deixou o comando do país e o Brasil enfrentou uma crise institucional de grandes proporções. Assumiu interinamente a direção do país o Presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazilli, uma vez que o vice-presidente João Belchior Marques Goulart estava em visita a China. Segundo a Constituição indicava em seu texto, em caso de renúncia do presidente o vice-presidente assumiria, ou seja, João Belchior Marques Goulart (Jango). No entanto, ele não tinha a aceitação dos ministros militares e das classes dominantes que vetaram sua posse. Entretanto, com o forte apelo popular e com o “Movimento da Legalidade” liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, João Goulart assumiu, mas sua posse se deu com poderes restritos. Em setembro de 1961 o Congresso Nacional instituiu o regime de governo Parlamentarista¹⁹ que durou dezessete meses e teve como chefes de governo Tancredo Neves (setembro/1961 a junho/1962), Brochado da Rocha (junho/1962 a setembro/1962) e Hermes Lima (setembro/1962 a janeiro/1963). O Parlamentarismo foi derrubado pelo plebiscito em 6 de janeiro 1963 e o país voltou ao Presidencialismo como forma de governo (ALMEIDA A., 2016).

2.5 Anos Sessenta: tempos difíceis

Com o agravamento da instabilidade política, o Brasil vivenciava uma economia em recessão, inflação em alta e a dívida externa volumosa que enfraqueceram o regime democrático. A ampla organização popular acrescida dos problemas de transição política, e, a insatisfação das várias classes sociais em um período altamente concentracionista, levou os militares a “calarem”, com o golpe de 1964, os canais de expressão popular (BEM, 2006).

João Belchior Marques Goulart assumiu a presidência em 1963, vindo a ser deposto em 31 de março de 1964 por um novo golpe de Estado.

¹⁹ Parlamentarismo: “é uma forma de regime representativo a comando do parlamento, do chefe do Estado através de um representante, estes subordinados a soberania popular” (PINTO, 2008). Segundo Dallari (1995 apud PINTO, 2008) “A Inglaterra pode ser considerada o berço do governo representativo”. Ela foi “a primeira a assistir à elaboração da Carta Magna, numa rebelião dos barões e do clero contra o monarca, que ganhou forma de parlamento. Em 1265 um nobre francês, Simon de Montfort, neto de inglesa e grande amigo de barões e eclesiásticos ingleses, chefou uma revolta contra o rei da Inglaterra, Henrique III, promovendo uma reunião que muitos apontam como a verdadeira criação do parlamento”.

As Forças Armadas tomam e controlam o poder em nome da salvação da democracia, da ordem, do fim da baderna, do combate à subversão e à corrupção. Praticamente sem tiros e sem resistência. Em todo o país, muita expectativa, perplexidade, tensão e medo (COUTO, 1998, p. 176).

2.5.1 O estado democrático destituído

Na verdade, o estado democrático foi destituído em 9 de abril de 1964, após o primeiro Ato Institucional do novo governo (AI-1) que iniciou um processo de organização da nova ordem jurídica. Com centralização do executivo, foram convocadas eleições indiretas para presidência em abril de 1964. O AI-1 abriu a possibilidade de candidatura de oficiais das Forças Armadas da ativa, autorizou a cassação de mandatos parlamentares e suspensão dos direitos políticos, além de definir outras providências que desfiguravam a Constituição Federal de 1946. Iniciou-se assim, como descreve Couto (1998, p. 177), a “longa e sofrida agonia do poder civil” saindo a democracia e “entrando o regime militar e autoritário”.

A implantação do Estado Militar no país estabeleceu profundas mudanças na vida política, social e econômica da sociedade brasileira, estabelecendo novas funções ao Estado como “a centralização do processo de decisão no poder executivo; modernização da administração pública; e criação de mecanismos que garantissem a estabilidade social” (ROMANELLI, 1986, p.194).

O governo militar implantou uma política econômica, integrando cada vez mais, o Brasil ao capitalismo mundial. Estas políticas de aceleração da industrialização no país geraram empregos em diversas áreas, exigindo cada vez mais mão de obra qualificada e, conseqüentemente, a educação se tornou opção para suprir essa demanda.

O aludido milagre econômico ²⁰ (FURTADO, 1972), fomentado por um modelo econômico tinha como ingredientes: concentração de riqueza, arrojo salarial, correção monetária como mecanismo de controle inflacionário, financiamento do capital por meio de subsídios, adoção “de uma política governamental muito bem

²⁰ O milagre econômico “[...] foi um período de intenso crescimento do PIB e da produção industrial entre 1968 e 1973” (REGO e MARQUES, 2003, p. 115). O PIB brasileiro cresceu em média 11,2% neste período, motivado pelo setor industrial que obteve um crescimento médio de 13,13% ao ano. Pode-se dizer que a expansão da economia brasileira foi beneficiada [...] pela conjuntura econômica mundial, francamente favorável. O mundo capitalista vivia uma situação de ampla disponibilidade de capital, e o Brasil, como outros países em desenvolvimento, buscou créditos externos em escala crescente (BRUM, 2002, p. 324), alinhado ao aumento do controle sobre a arrecadação interna de tributos.

sucedida, que visava atrair as grandes empresas transnacionais e fomentar a expansão das subsidiárias destas já instaladas no país” (FURTADO, 1974, p. 103).

O crescimento econômico baseado no fortalecimento do capitalismo, e as várias políticas econômicas implantadas para que o desenvolvimento ocorresse, fez com que o governo programasse suas reformas educacionais. Segundo Ferreira Jr. e Bittar (2008, p. 340), “as relações capitalistas de produção repercutiram [...] em demandas científicas e tecnológicas” que a sociedade urbano-industrial exigia. Tanto a reforma universitária pela Lei nº 5.540/68, quanto a reforma da educação básica de 1º e 2º graus instituída pela Lei nº 5.692/71, contemplaram em seus dispositivos aspectos da educação.

O governo militar iniciado em 1964 se caracterizou por um modelo de administração autoritário-tecnocrata. Desta forma, a iniciativa no âmbito educacional se transferiu dos educadores para os tecnocratas²¹, o que, na visão de Saviani (2011), expressava a subordinação do Ministério da Educação ao Ministério do Planejamento, cujos dirigentes eram das áreas econômicas.

Neste período de desenvolvimento do capitalismo no país, o capital financeiro passou a ser cada vez mais administrado pelo Estado, o que garantiu a rentabilidade do capital financeiro privado no mercado de capitais. Os militares não estavam dispostos a dividir o núcleo central das decisões com os políticos da sociedade civil, nem mesmo com os lhes haviam dado apoio como os governadores Carlos Lacerda (RJ), Ademar de Barros (SP) e Magalhães Pinto (MG). Dentro de tal conjuntura, foi promulgado o Ato Institucional número 3 (AI-3) que estabeleceu diretrizes para eleições federais, estaduais e municipais. O Ato Institucional número 4 (AI-4) definiu como deveria ser a votação no Congresso Nacional, do projeto de constituição elaborado pelo Executivo. (LIRA, 2010)

Para os intelectuais do período da ditadura, no âmbito do estado brasileiro o papel dos tecnocratas estava relacionado à supressão das liberdades democráticas e à aceleração da modernização das relações capitalistas. Para estes, sem a

²¹ Os tecnocratas são os *experts* responsáveis pela aplicação das novas tecnologias na administração do poder de Estado, ou seja, das técnicas empregadas no âmbito das ações governamentais com o objetivo de se alcançar a eficiência na racionalização dos recursos financeiros aplicados nos vários setores das políticas estatais. “O governo dos tecnocratas” é denominado pela ciência política de “tecnocracia”. A expressão tecnocracia foi “lançada nos Estados Unidos quando da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) para designar governo dos técnicos, difundindo-se na época do *New Deal*”. Em síntese: os tecnocratas são os “*managers* ou técnicos de categoria superior, colocados à frente de grandes empresas ou de departamentos oficiais do Estado” (SOUZA et al., 1998, p. 515-516).

democracia era impossível fiscalizar, controlar e criticar as decisões sociais e econômicas adotadas pelos tecnocratas, em relação às políticas adotadas pelo regime de governo entre 1964 e 1968 (LIRA, 2010).

Roberto Campos, Ministro do Planejamento do governo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), era radical defensor da tecnocracia, barrava qualquer crítica aos tecnocratas, defendia que eles eram rápidos, práticos e eficientes nas tomadas de decisão. A consequência derivada das críticas dos intelectuais orgânicos²² foi a institucionalização ideológica do tecnicismo. Mas a difusão das ideias, valores, opiniões e crenças que materializavam como melhor meio de governar o Brasil, tomou impulso após a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Ato este que impôs a censura aos meios de comunicação de massa, a supressão dos direitos e garantias individuais e o fechamento do Congresso Nacional. Iniciou-se nesta data um regime de medo, pois com o

AI-5, o presidente da República pode tudo: estipular unilateralmente medidas repressivas específicas; decretar o recesso do Congresso; assembleias estaduais e câmaras municipais; intervir nos estados e municípios. Pode censurar a imprensa, suspender direitos de magistrados, cancelar habeas-corpus, cassar mandatos e direitos políticos, limitar garantias individuais, dispensar e aposentar servidores públicos (COUTO, 1998, p. 98).

Com o AI-5, que tinha tempo indeterminado de vigência, o governo substituiu definitivamente o poder civil e as maiores arbitrariedades de repressão se espalharam inclusive pelo sistema educacional. Foram cassados direitos políticos por tempo indeterminado, prisões de opositores do sistema, exclusões de funcionários públicos, demissões sumárias, aposentadorias compulsórias de professores universitários que tiveram de migrar para o exterior, afim do direito de habeas-corpus, entre outros direitos de expressão. O povo sem consciência política, desinformado e desorganizado não tinha noção precisa dos acontecimentos. Esta

²² Intelectuais orgânicos - Para Gramsci (1982, p. 3-4), "cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura [...] Deve-se notar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica [...]" Desta forma, os atores sociais envolvidos, atuantes agem na criação de uma hegemonia ou a manutenção da existente. Neste caso o fortalecimento de uma linha tendencial de políticas públicas.

situação fez com que a maioria do povo não percebesse muitas atrocidades contra as liberdades civis e políticas, e mantivesse a aprovação ao governo, motivado pela aceleração do crescimento econômico. Sendo assim, os mais pobres não filtravam os acontecimentos, não tinham preferências ideológicas (LIRA, 2010).

O Brasil ficou sob o AI-5 até dezembro 1978, no final do governo Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979), quando foi revogado. Neste mesmo mês o presidente revogou também os atos de banimento de vários prisioneiros políticos, em um gesto de conciliação que veio, segundo ele, como parte de uma progressão rumo à democracia que só iria se consolidar em meados dos anos 80 (COUTO, 1998).

O Estado que surgiu após o golpe de 64 foi uma redefinição política do Brasil, resultado da aliança entre os militares, os tecnocratas e os empresários apoiados diretamente pela classe de latifundiários. Neste período a política buscou a institucionalização do padrão de concentração de riqueza e capital. Segundo Freitag (1978, p.66), uma “reorganização da estrutura de consumo interno e o aproveitamento das possibilidades do mercado externo” implicava em uma aristocratização do consumo e expansões das negociações internacionais, o que levou a uma grande concentração de renda, e à formação de uma classe de consumo elitizada com grande poder de aquisição, com condições ampliadas para obter os produtos de bens de consumo. Alinhado a políticas de arrocho salarial, com controles rigorosos sobre o salário mínimo com o objetivo de conter a inflação, esta política provocou maior distanciamento entre as classes, deixando à margem os desfavorecidos (camponeses e operários).

O Estado atuou como subsidiário do capital privado, estabelecendo uma política baseada na interdependência, onde o empresariado se sentia seguro, uma vez que contava com apoio financeiro do mesmo, recorrendo ao Banco Central para suprir suas necessidades, o que favoreceu, principalmente, as grandes empresas multinacionais que tinham suas filiais aqui instaladas. O Estado, em nome do desenvolvimento e da manutenção desta política, continuou a buscar cada vez mais recursos internacionais com a intenção de manter o crescimento da produção industrial aumentando desta forma a dívida externa do país.

A nova forma de pensar a produção e a expansão das importações levaram o Brasil a seguir a tendência do capitalismo internacional, mantendo assim a interdependência do capital estrangeiro, trazida pelas grandes empresas

transacionais, iniciada no governo de Juscelino Kubitschek, consolidando-se definitivamente o capitalismo no país.

2.5.2 A Educação no Regime Militar

No período de 1964 a 1968, não ocorreram reformas profundas na educação profissional no Brasil. A expansão da demanda social da educação e suas bases econômicas sociais, e a expansão do ensino, fizeram com que o período fosse marcado por vários acordos com agências internacionais, entre elas a *Agency for International Development* conhecida como USAID, para assistência técnica e cooperação financeira. A assistência técnica no que diz respeito à educação profissional, foi “no sentido de moldá-la à ideologia dos países que mantinham a supremacia na economia mundial e que “investiam” no Brasil” (LIRA, 2010, p.64).

Os militares, logo após o golpe, procuraram redimensionar o Estado no controle da juventude. Com isto, o governo extinguiu o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criando em seu lugar a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor), órgão vinculado diretamente à Presidência da República, criado com o objetivo atender o menor carente.

Com o objetivo de levantar recursos para atender a expansão do ensino, o governo sancionou em outubro de 64, a Lei nº 4.440/64, que instituiu o salário-educação, proveniente de recursos das empresas. Este salário foi a contribuição das empresas para a escolarização de seus colaboradores. A lei regulamentava o dispositivo da Constituição de 1946 que previa que as empresas agrícolas e industriais com mais de 100 funcionários mantivessem o ensino primário para seus colaboradores e filhos. A lei do salário-educação fixou “a arrecadação de dois por cento do salário mínimo da região, a ser pago pelas empresas à Previdência Social em relação a todos os empregados” (FREITAG, 1978, p. 80).

A Lei nº 4.440/64 também previa isenção do salário-educação para as empresas que instituíssem convênio com as escolas particulares através do sistema bolsas de estudo. “Foi justamente nesta época que as Secretarias e os Conselhos Estaduais de Educação passaram a ser ostensivamente ocupados pelos donos e prepostos de colégios particulares” (LIRA, 2010, p.65). Estes empresários se beneficiavam com aprovações de contratos que favoreciam suas empresas ou aquelas a que estavam a serviço. Em 1965 o governo através do Decreto nº

55.551/65 regulamentou a Lei 4.440/64, assim consolidando os interesses empresariais.

Em 1967 o Decreto-Lei nº 194, beneficiou diretamente as instituições privadas com isenção tributária, dispensando as entidades sociais do depósito bancário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, complementando as ações adotadas em 1965 quando, através da promulgação da Lei nº 4.917/65, isentou as escolas particulares de impostos sobre importação de bens de consumo, e de outras contribuições fiscais que incidiam sobre alimentos e outras utilidades, reforçando as tendências de predomínio privatistas na educação.

A Constituição de 1967 proibiu a criação de impostos e cobranças de encargos sobre renda, serviços e patrimônio das instituições privadas de educação. Com isto, as instituições privadas de educação continuaram tendo isenção fiscal aumentando sua margem de lucro.

As iniciativas governamentais no âmbito da legislação com maior destaque na área educacional do período de 1964 a 1975 foram:

- (a) Constituição de 1967 promulgada no Governo Castello Branco;
- (b) Lei 5.540 de reforma do ensino superior em 1968;
- (c) Institucionalização do MOBREAL com os Decretos-Lei 5.379 (de 1967), 62.484 e, finalmente, a legislação do financiamento do Movimento em 1970;
- (d) Lei 5.692 de reforma do ensino de 1º. e 2º. graus de 1971;
- (e) Decreto-Lei 71.737 que institucionaliza o “ensino supletivo” previsto na Lei 5.692 nos parágrafos 81, 91,99 (FREITAG, 1978, p.72).

Os acordos dos anos 60 “entre Brasil (MEC) e Estados Unidos (USAID)²³ visando melhorar a qualidade do ensino e a formação de profissionais da educação levou o governo a criar, em 1963, o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial, com o objetivo de suprir as necessidades de pessoal do setor secundário e promover a expansão das escolas existentes” (KORITIAKE, 2011, p.11). Também influenciou a maior parte das estratégias adotadas pela ditadura militar na reforma educacional.

²³ Série de acordos produzidos nos anos 1960, entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) até ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976 (<http://www.histedbr.fe.unicamp.br>).

Em 1965 criou-se uma comissão constituída nos termos dos convênios MEC e USAID com o objetivo de elaborar um estudo detalhado das universidades brasileiras. O resultado destes estudos não foi conhecido. No entanto, o que se sabe é que levou o presidente Arthur Costa e Silva a apresentar a Câmara e ao Senado um projeto de lei que foi aprovado imediatamente pelas duas casas legislativas (FREITAG, 1978).

A lei 5.540/68 “elaborada pelo grupo de trabalho refletia no essencial as recomendações da comissão”, e ela tinha como objetivo propor medidas para contornar os problemas universitários que apontavam o descontentamento dos alunos quanto aos “mecanismos altamente seletivos do vestibular uma forma de atuação dos grupos no poder com vistas a perpetuar a estrutura de desigualdade na sociedade brasileira” (ibid. p.76)

O texto da 5.540/68 propunha a “racionalização das estruturas e dos recursos e a democratização do ensino” para ampliar o número de vagas nas universidades. As “aspirações educacionais” despertadas pela “ideologia democratizante” e levaram o número de alunos aprovados em vestibulares muito acima das inúmeras vagas oferecidas, ampliando muito as pressões sobre as universidades. Nos anos de 64 a 68, estas pressões se acentuaram e se verificou uma forte tendência no acúmulo radical de capital, renda, propriedade e mercado. No primeiro semestre de 68 houve um grande número de falências das pequenas empresas provenientes de recessão, o que, levou a procura maior da classe média pela universidade, pelo fato dos jovens verem suas possibilidades de ascensão diminuir (FREITAG, 1978, p.78).

Neste contexto o governo, em 28 de novembro de 1968, promulgou a Lei nº 5.540 “que estabelece a reforma universitária, instituindo os princípios para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média” (KORITIAKE, 2011, p.12).

Segundo Lira (2010), em 1969 o Conselho Federal de Educação (CFE), regulamentou o ensino de pós-graduação com o parecer nº977/65. Neste mesmo ano o governo promulgou o Decreto-Lei nº 574 proibindo as instituições de ensino a reduzirem suas vagas iniciais. Com a crescente necessidade de profissionais preparados para o mercado de trabalho, e tendo realizado a reforma universitária, foi nomeado um grupo de estudo pelo governo, o qual apresentou um texto, o da Lei nº 5.692/71, que, com algumas alterações, se constituiu na nova legislação para o

ensino de 1º e 2º graus adequando novamente o ensino às necessidades do capital (LIRA, 2010).

2.6 A Lei 5.692/71: A Reforma do Ensino Básico

A Lei 5.692/71 fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, rompeu com a dualidade do ensino propedêutico e o profissionalizante. O objetivo foi a iniciação profissional no 1º grau e a profissionalização no 2º grau para todos os alunos, que “predominaria sobre a educação geral e caracterizava-se como habilitação para o trabalho” (KORITAKE, 2011, p.13). Para Freitag (1978) esta lei teve a função de reter o aluno antes de chegar à universidade encaminhando-o logo para o mercado de trabalho contendo assim a demanda pelo ensino superior. O governo ao conferir uma habilitação profissional²⁴ como técnico ou auxiliar técnico, “[...] objetivava diminuir a demanda e a pressão que se fazia sobre o ensino superior. No entanto, esta pressão não diminuiu” (XAVIER, 1994, p. 252).

A Lei nº 5.692/71 manteve o foco no controle disciplinar dos alunos, que por meio do artigo 7º regulamentou a obrigatoriedade das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Educação Física nos 1º e 2º graus (BRASIL, 1971). Em seu capítulo 1, art. 5º, § 2º discorre sobre uma formação especial com a “sondagem de aptidões para a iniciação para o trabalho no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau” (BRASIL, LEI Nº 5.692, 1971).

A lei 5.692/71²⁵ mudou as diretrizes, bases e o currículo dos cursos, alterando a Lei 4.024/61. A nova Lei foi aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional sendo promulgada em 11 de agosto de 1971, “ressaltando-se a ausência de vetos por parte do Presidente da República, fato raro na legislação educacional de nosso país” (SAVIANI, 1987 p.122 apud GERMANO, 1994, p.160). A legislação do ensino de 1º grau se apresentou com dois pontos fundamentais: a junção do primário com o ginásio constituindo uma educação básica obrigatória de 8 anos

²⁴ Habilitação profissional: “é o resultado de um processo por meio do qual uma pessoa se capacita para o exercício de uma profissão ou para o desempenho das tarefas típicas de uma ocupação” (PARECER 45/72; RESOLUÇÃO Nº 2. 1972).

²⁵ Sobre a Lei 5.692/71 há muita divergência quanto à aceitação dela como Lei de Diretrizes de Base (LDB), mesmo fixando novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dar outras providências. Não é considerada para muitos como LDB, em decorrência de sua promulgação vir acompanhada com o clichê “e dá outras providências” o que leva à argumentação de se tratar de uma emenda. Além disso não ser contemplado a reforma no ensino superior. Fato é que, por ter sido aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional é considerada uma Lei e não uma emenda.

identificada como de primeiro grau; e a generalização do ensino médio ou 2º grau (GERMANO, 1994).

A Lei 5.692/71 instituiu o prolongamento da escolaridade obrigatória de 4 para 8 anos, estabelecendo o “1º grau com oito anos, com a sondagem de aptidão e iniciação para o trabalho nas últimas séries (7ª e 8ª)” (KORITAKE, 2011, p.13), atingindo a faixa etária dos 7 aos 14 anos de idade. A lei também representou a ampliação das oportunidades de acesso à escola, e propôs dispositivo como o da eliminação dos exames de admissão ao ginásio, com o objetivo de reduzir a evasão e repetência (GERMANO, 1994).

A obrigatoriedade profissional estabelecida para o 2º grau pela Lei 5692/71 não se efetivou plenamente em função da necessidade de recursos para o aparelhamento das instituições como máquinas, equipamentos e recursos humanos para desenvolver a proposta conforme se estabelecia. Apresentando-se como imposição e com pouca ou nenhuma verba investida, as escolas foram levadas a simularem, aparentemente e formalmente o cumprimento à lei (KORITIAKE, 2011, p.12). Como afirma Silva. M. et al (1980), a situação levou muitas escolas a darem ênfase a cursos de baixo custo.

As diversas modalidades de técnicos e de auxiliares técnicos foram regulamentadas por resoluções e pareceres do Conselho Federal de Educação que estabeleceu critérios delineando a formação profissional. Sendo assim, a Resolução nº 2/72, anexa ao Parecer nº 45/72, em seu art.1º fixou o que deveria, no mínimo, ser exigido em cada habilitação profissional no ensino de 2º grau.

Destaques do parecer:

Artigo 5.º - [...] se renovem periodicamente levantamentos sobre a necessidade de mercado de trabalho dos vários locais e regiões a fim de que se fixem as habilitações profissionais em consonância com os dados assim obtidos.

Artigo 7.º - As escolas de 2º grau devem sempre oferecer variedade de habilitações e modalidades diferentes de estudos integrados por uma base comum.

Parágrafo único - Para o cumprimento do disposto neste artigo recomenda-se, quando necessário, a entrosagem e a intercomplementariedade dos estabelecimentos, entre si ou com outras instituições, notadamente as organizações ou programas como as Escolas Técnicas Federais, o SENAI, o SENAC, o DNMO, o PIPMO e outros.

Artigo 10 - Na fase inicial de implantação da Lei, previstas nos vários Planos Estaduais de Implantação, o aluno que alcance o término da 3.^a série do 2º grau (2.200 horas); ou o correspondente no regime de matrícula por disciplina, tendo pelo menos 1/3 da parte de formação especial, pode candidatar-se a prosseguimento de estudos em grau superior; uma vez que a habilitação já obtida lhe assegure ocupação definida no mercado de trabalho.

Artigo 13 - Poderão os Conselhos de Educação dos Estados e do Distrito Federal fixar os currículos e a duração de outras habilitações profissionais diversas das contempladas nos parágrafos 3º e 4º do art. 4º da Lei n.º 5.692, [...] (BRASIL, PARECER n.º 45, 1972 p. 152).

A Resolução n.º 2/72 deu condições para as escolas criarem cursos que atendessem às demandas do mercado de cada região e promovessem a articulação entre estabelecimentos e instituições de ensino, assim como deixava a cargo dos estados e Distrito Federal a gestão das modalidades de habilitações profissionais diversas, seus currículos e o tempo de duração.

O Parecer 45/72 também estabeleceu que:

Para a habilitação de Técnicos do Setor Primário – Mínimo 2.900 horas, nas quais se incluíam pelo menos 1.200 horas de conteúdo profissionalizante [...]

Para habilitação de Técnico do Setor Secundário – Mínimo de 2.900 horas, nas quais se incluíam pelo menos 1.200 horas de conteúdo profissionalizante;

Para habilitação de Técnico do Setor Terciário – Mínimo de 2.900 horas, nas quais se incluíam pelo menos 900 horas de conteúdo profissionalizante;

Para habilitações profissionais em nível de 2º grau (auxiliares) – Mínimo de 2.200 horas, nas quais se incluíam pelo menos 300 horas de conteúdo profissionalizante (BRASIL, 1972, p. 151).

A Resolução, em seu art. n.º 8, sobre os estágios supervisionados em regime de cooperação com as empresas, estabeleceu que “de acordo com as exigências da habilitação pretendida”, as horas do estágio teriam variação, e mesmo que remunerado, não acarretaria vínculo empregatício.

O Parecer n.º 45 estabeleceu ainda categorias específicas em relação à qualificação para o trabalho:

Iniciação para o Trabalho - Atividades desenvolvidas pelos educandos no ensino de 1º grau, na escola e na comunidade, com o fim de orientá-los no sentido de conhecerem os diversos campos de trabalho existentes na localidade, na região e no país, os diversos sistemas de produção e prestação de serviços, a aplicação de materiais e instrumentos e a prática

inicial na execução de tarefas que envolvam os aspectos de criatividade, utilidade, organização, experimentação de técnicas básicas e avaliação da qualidade.

Aprendizagem - Processo pelo qual os jovens, com idade entre 14 e 18 anos, em complementação da escolaridade regular, adquirem, em centros de formação profissional ou numa combinação de atividades na empresa e na escola, a prática metódica de execução das tarefas típicas de determinada ocupação e os conhecimentos necessários para desempenhá-las com eficiência.

Qualificação Profissional - Condição resultante da aprendizagem ou de cursos adequados à formação profissional de adultos caracterizada pela comprovação efetiva de que o trabalhador está realmente capacitado para o exercício completo de uma ocupação bem definida na força de trabalho. Desta forma, a aprendizagem e os cursos de formação profissional de adultos constituem o processo e o método; a qualificação profissional é a resultante.

Habilitação Profissional - Condição resultante de um processo por meio do qual uma pessoa se capacita para o exercício de uma profissão ou de uma ocupação técnica, cujo desempenho exija, além de outros requisitos, escolaridade completa de 2º grau ou superior.

Habilitações Profissionais Afins - Conjunto de habilitações que se relacionam no campo da aplicação e, conseqüentemente, na área de formação (BRASIL, 1972, p. 160).

Para Souza (1993, p. 62), a estratégia adotada pelo governo “de proporcionar a difusão em todas as escolas de 2º grau, do modelo de profissionalização até então utilizado pelas escolas técnicas do antigo regime educacional”, reduziu “[...] a educação a mero fator de produção, [...] a reforma implicou na descaracterização e maior desqualificação do ensino médio” (MORAES, 1969, p. 126).

A profissionalização não foi implantada na maioria das escolas de rede pública, principalmente nas estaduais e municipais por falta de recursos e, descartada pela maioria das particulares por motivo de altos custos na implantação, o que levou o MEC a redefinir a questão da profissionalização:

Assim, de obrigatória – conforme a Lei 5.692/71 e o famoso Parecer do CFE 45/72 -, foi suavizada com a introdução das chamadas “habilitações básicas” (de acordo com outro parecer do CFE, o de N° 76/75, [...] que previam uma formação genérica a ser completada nas empresas) (GERMANO, 1994, p.187).

A Lei 5.692/71, através da escola tentou resolver “o problema da dualidade estrutural de ensino e da divisão de classes” imposta pelas sociedades capitalistas, uma vez que o sistema capitalista gerava apropriação de riquezas para uma classe

pelos meios de produção em detrimento de outra classe (KUENZER, 1988 apud ALVES, 2010).

Entre 1974 e 1976 com a criação do Sistema Nacional de Formação de Mão de Obra (SNFMO), “é transferido do âmbito do MEC para o Ministério do Trabalho o SENAI; o SENAC; o PIPMO (Programa de Incentivo de Preparação de Mão de Obra)” (GERMANO, 1994, p. 187). Em 1982, foi promulgada a Lei nº 7.044, que alterou os dispositivos referentes à profissionalização do 2º grau, e revogou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante.

2.6.1 Um novo horizonte

Em 1974, com a posse do General Ernesto Geisel na presidência (eleito indiretamente pelo Congresso Nacional), foi iniciado o processo de transição para o regime democrático. Com o proeminente esgotamento do então chamado “milagre econômico”²⁶ o governo decidiu colocar em andamento o projeto de abertura lenta e gradual em uma transição controlada, com um processo paulatino de liberação suprindo, de forma progressiva, os instrumentos de exceção (REIS, 2015). Esta transição teve muita resistência por parte de militares opositores ao presidente e de setores da sociedade simpatizantes da chamada ala dos militares da “linha dura”, o que levou a vários embates²⁷ que resultaram nesta transição.

²⁶ Fim do Milagre Econômico: A crise do petróleo em 1973, onde o preço internacional do barril subiu mais de 400%, provocou um aumento da taxa de inflação no mundo todo e principalmente no Brasil, que passou de 15,5% em 1973 para 34,5% em 1974. O corte nas importações foi uma das medidas adotadas para a diminuição do gasto. Isso prejudicou o Brasil na perda de mercado externo e em não poder restringir suas próprias importações. O aumento do consumo teria que ser sacrificado para se manter o investimento nos níveis anteriores, o investimento teria que se elevar para que o nível de crescimento econômico fosse mantido (não havia capacidade ociosa na indústria). “Diante desse quadro, impunha-se uma política econômica que levasse à estabilização ou mesmo a um ajuste estrutural. Nos dois casos, uma recessão seria inevitável” (REZENDE FILHO, 1999, p. 148). Após 1974 o Brasil viu uma queda constante em seu crescimento alinhado a uma inflação crescente e desestabilizadora.

²⁷ Embates como os episódios de assassinato, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog (outubro de 1975) e do metalúrgico Manuel Fiel Filho (janeiro de 1976) nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. Provocaram protestos e grande indignação na opinião pública nacional, resultando na substituição do comandante do II Exército, General Ednardo D’Ávila Melo, identificado com a linha dura do regime, que justificara ambas as mortes com a versão escandalosa de suicídio. Tais disputas se manifestaram também na demissão do Ministro do Exército Sílvio Frota, que se apresentou como candidato dos “duros” à sucessão presidencial de Geisel e questionou abertamente a autoridade do presidente e, em grande medida a própria continuidade do processo de abertura política do país” (REIS, 2015, p. 222). Tais fatos levaram a uma sucessão de protestos nas ruas do país, organizados por grupos e movimentos sociais como o Movimento do Custo de Vida – MCV. Em 1977 os estudantes voltaram às praças em vários estados pedindo a volta da democracia, o que levou os militares, em agosto do mesmo ano, a invadir o campus da USP de forma extremamente violenta

Segundo Reis (2015), em 1979, com o presidente João Batista Figueiredo o governo começou a dar sinais da volta ao estado de direito com a Lei da Anistia e o restabelecimento do pluripartidarismo no país, o que levou em 1982 à realização de eleições para os municípios dentro de um sistema pluripartidário.

Em 1982 o governo enfrentou o movimento dos metalúrgicos de São Paulo com uma greve que durou 41 dias. As ações da ala mais dura do regime não foram suficientes para parar o processo de redemocratização que culminou no movimento 'Diretas Já'. No entanto, o que restou ao Brasil foi a eleição indireta que, em 1985, elegeu a chapa do Senador Tancredo Neves para presidência e José Sarney para vice-presidência. Porém, Tancredo Neves não assumiu o cargo, pois veio a falecer. Assumiu o seu vice José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney.

O presidente José Sarney em junho de 1985 encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem 330/85 propondo a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e encaminhou a proposta de emenda nº43/85 à Constituição, o que levou à promulgação da nova Constituição do Brasil em 05 de outubro de 1988.

No final dos anos de 1970 e início dos anos 1980 a educação pública foi perdendo a qualidade do ensino de 1º e 2º graus, reflexo da política privatizante do Estado que se afastou da educação, e investiu poucos recursos na área profissionalizante ou em alguns projetos de cunho assistencialista com o objetivo de diminuir as distorções sociais causadas pela concentração de renda.

A política educacional retomou uma perspectiva *taylorista* de ensino do saber e, traçou a educação de forma linear nos vários estados da União. São Paulo se diferenciou apresentando-se como polo econômico e industrial em ascensão, fez com que a educação profissionalizante tivesse características próprias. Não diferentes da realidade nacional, as escolas estaduais não tinham investimentos em infraestrutura e recursos humanos, o que impossibilitou colocar em prática os objetivos de ensino profissional propostos pelo governo federal.

para conter as manifestações. Tal ação dos militares levou a um apoio da sociedade às causas dos estudantes e aos ideais de democratização (REIS, 2015).

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SÃO PAULO

As escolas profissionais públicas de São Paulo constituídas a partir de 1910, longe de serem obras de assistência ou de controle social, objetivavam a formação de mão de obra qualificada para a indústria da capital, em especial a formação de mecânicos e marceneiros. Foram fundados o Liceu de Artes e Ofícios dos Padres Salesianos e o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, que promoveram um processo de articulação entre as esferas públicas e privadas, caracterizadas pela presença dos empresários como atores políticos (GONÇALVES, 2006).

No governo de Manuel Joaquim Albuquerque Lins, as escolas profissionais da capital paulista passaram a ser organizadas pelo Decreto Estadual 2.118-B. O decreto organizou as escolas de acordo com a Lei nº 1.214, de 24 de outubro de 1910. Foram criados dois institutos de educação: a Escola Profissional Feminina, destinada ao ensino doméstico e prendas manuais e, as Escolas Profissionais Masculinas, destinadas ao ensino de arte e ofícios (GONÇALVES, 2006). Estes institutos foram instalados no Bairro do Brás, que era habitado predominantemente por operários, que em grande maioria eram imigrantes que trabalhavam nas fábricas lá estabelecidas.

No interior de São Paulo foi criado em 1910, pelo Decreto Estadual nº 2.118-A o instituto Liceu de Artes e Ofício de Amparo, que começou a funcionar em 1913. “Esta instituição de ensino tornou-se, [...] um importante centro formador de profissionais para a área da construção civil” (MORAES; ALVES, 2002. p. 58) e também Liceu de Artes e Ofício de Jacareí²⁸, dando início à implantação de tantos outros como o de Franca, Campinas e Sorocaba. Estas escolas necessitavam de oficinas para o aprendizado das práticas dos ofícios. Para Laurindo (1962), as escolas oficiais apresentavam um caráter prático, oferecendo oficinas diversificadas aos seus alunos,

[...] desse modo, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo estruturava-se segundo os moldes de seus congêneres europeus, formando artífices pela aprendizagem, durante exercício do trabalho produtivo, nas oficinas escolares completadas pelo ensino de ciências e letras, atuando ‘como uma verdadeira corporação de Artes e Ofícios, mantida por uma tradição de espírito patriarcal’ diferenciando-se destas pela inexistência do ‘juramento

²⁸ A escola de Jacareí funcionou por seis meses, após sua inauguração, sendo fechada por falta de professores, materiais e alunos (LAURINDO, 1962).

confessional' que obrigava a manutenção dos segredos do ofício (BRYAN, SD. Apud GONÇALVES, 2006, p. 5508).

Em 1918, como a Escola Profissional de Amparo encontrava-se em dificuldades, então foi designado o Prof. Horácio Augusto da Silveira para assumir como Diretor, com a função de administrá-la visando a objetivos esperados pelo governo da capital do Estado. Em 1930 o Prof. Horácio foi transferido para capital, onde passou a dirigir a Escola Profissional Feminina. Ele apresentou no 2º Congresso Feminista o trabalho intitulado “Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios (São Paulo): Histórico e organização *actual*”. Neste texto ele destacou as práticas escolares no campo da educação e saúde, que culminaram nos chamado Dispensários de Puericultura²⁹ nas escolas (CARVALHO, 2006). O professor propôs “a criação dos cursos de aperfeiçoamento” para os ofícios: “confeções, roupas brancas, rendas e bordados, chapéus, flores e artes aplicadas, desenho técnico e prática de ensino” (CARVALHO, 2006, p.49). O Prof. Horácio Silveira um importante colaborador para a educação de ofícios no estado paulista

No período entre 1920 e 1931 foram criadas várias escolas profissionais no estado, tanto estaduais e municipais quanto particulares. As estaduais foram: à Escola Profissional Masculina de Rio Claro (1920); de Franca (1924); Instituto “Bento Quirino de Campinas” (1928), Escola Profissional Mista de Ribeirão Preto (1929). Escola Profissional Mista de Sorocaba (1929), São Carlos e Mooca (1930) e Instituto de Santos (1931) (LAURINDO, 1962).

Em 1930 foram criados os Ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), órgão que regulamentou as escolas de aprendizes artífices. E o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 (MESP). Getúlio Vargas subordinou ao MESP, a Inspeção do Ensino Profissional por meio do Decreto Federal nº 19.560/30, o qual implantou as funções de Inspetor geral e inspetores encarregados de fiscalizar as escolas profissionais.

²⁹ O termo Puericultura “foi proposto pelo Dr. Caron, em 1866, e designava uma nova subdivisão na medicina. O Prof. Pinard a definiu, como: “*A ciência que tem por fim a pesquisa, o estímulo e aplicação de todos os conhecimentos relativos à conservação e melhoria da espécie humana*” O Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Feminina, em São Paulo, foi criado após a extinção da Inspeção de Educação Sanitária e Centros de Saúde, em fins de 1930, instituição que desenvolvia um notável trabalho em torno da higiene pré-natal e infantil nos Centros Modelo, Brás e Bom Retiro, com as educadoras sanitárias especializadas pelo Instituto de Higiene” (CARVALHO, 2006, p. 1606, **GRIFO NOSSO**).

No estado de São Paulo a educação profissional se desenvolveu através de um acordo selado após 1932 entre Getúlio Vargas e a elite paulista, conferindo mais condições para liberdade de iniciativa por parte deste estado. Este acordo que foi assegurado na Constituição Federal de 1934, destinando aos estados a responsabilidade de executar seus próprios programas. No ímpeto de modernizar a nação Vargas criou universidades públicas gratuitas, porém poucos jovens não pertencentes à elite e não originários das escolas secundárias particulares podiam ter a esperança de ingressar (LEVINE, 2001).

O Código de Educação do Estado São Paulo instituído pelo Decreto Estadual nº 5.884, de 21 de abril de 1933, configurou e estabeleceu em seu artigo 41, as competências do Serviço de Ensino Secundário Geral e Profissional:

- a) estudar a possibilidade de unificação da escola secundária, que se bifurcará, depois, do curso geral comum, em ramos diferenciados, para preparação às profissões de preferência de base intelectual ou manual e mecânica;
- b) estudar a situação do ensino nos cursos secundários, ginásios e escolas profissionais, tendo em vista a melhor articulação das matérias;
- c) melhorar o ensino dos trabalhos manuais no curso primário, por meio de propaganda persuasiva no sentido de que esses, trabalhos se ajustem nos últimos anos a um plano de pré-aprendizagem profissional;
- d) estudar a atual organização profissional, e propôr e executar medidas no sentido de estabelecer tipos bem definidos de escolas profissionais, desde primárias até as secundárias;
- e) melhorar o ensino dos trabalhos manuais no curso primário, por meio de propaganda persuasiva no sentido de que esses trabalhos se ajustem, nos últimos anos a um plano de pró-aprendizagem profissional;
- f) organizar, em cada escola profissional, um escritório de informações e colocações e, anexo ao serviço, um escriturário central;
- g) estudar a possibilidade de instalação imediata de escolas de pesca, agrícolas e de comércio;
- h) Instituir nas escolas profissionais a prática, por parte dos alunos, de direção dos trabalhos manuais nas escolas primárias e nas de curso ginásial;
- i) estudar a situação das escolas profissionais existentes e propor inéditas que as tornem perfeitamente adaptadas às necessidades regionais, bem como às profissões e indústrias preponderantes nos diversos meios;
- j) promover, no interior e na capital, exposição de trabalhos das escolas profissionais, como meio de propaganda do ensino profissional;
- k) estudar e propor medidas para a verdadeira industrialização profissional;
- l) estudar o problema da vocação, orientação e seleção profissional, em colaboração com o Serviço de Psicotécnica e com o Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto de Educação (SÃO PAULO, DECRETO Nº 5.884,1933).

O Decreto 5.884/33 também caracterizou as escolas profissionais mantidas pelo estado de São Paulo como instituições de ensino secundário sem serem

equivalentes às escolas secundárias de ensino regular. Esta característica, segundo Gonçalves (2006, p. 5507), “afasta o ensino profissional público do estado de São Paulo do sistema de ensino profissional implantado, no Distrito Federal”, no início de 1930, onde o ensino profissional equivalia à escola secundária.

No Decreto 5.884/33 em seu artigo 44, estabelecia que as instalações das escolas deveriam ocorrer através do “entendimento com municipalidade e particulares”. Os artigos 411, 471 e 479 apresentaram diretrizes que classificaram as escolas em três níveis, sendo:

- Escola profissional primária que tinha por objetivo preparar o aluno para o “exercício de profissões de base manual e mecânica”, e, permitia a continuação em cursos nas escolas secundárias profissionais (SÃO PAULO, DECRETO Nº 5884, art.471, 1933); Os cursos profissionais primário tinham a duração de dois anos (idem, art. 479).
- Escolas profissionais secundárias, cursos este que se destinaram

[...] à formação de artífice e obreiros, mediante a aquisição de técnicas profissionais baseadas na cultura propedêutica necessária à exata compreensão social das profissões, na sua natureza, no seu valor e no seu significado (SÃO PAULO, DECRETO Nº 5884, Art. 411, 1933).

Na escola profissional secundária funcionou o curso vocacional com duração de um ano, que tinha como objetivo selecionar os alunos ingressantes das escolas profissionais e, o curso profissional (continuidade do curso vocacional ou do curso profissional primário) com objetivo de formar artífices, ou seja, profissionais que dominavam vários saberes para transformar determinados materiais (GONÇALVES2006, p. 5508)

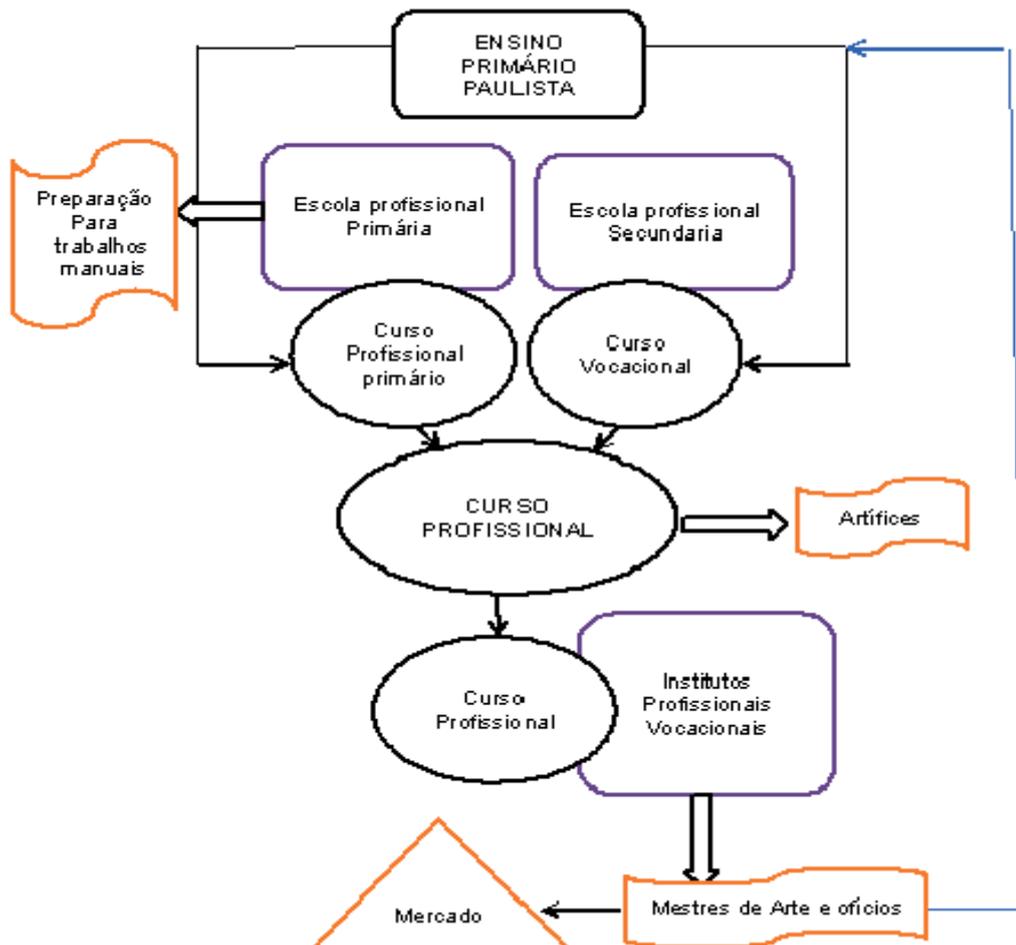
- Os Institutos Profissionais instalados na capital do estado ofereciam o curso profissional, vocacional e de aperfeiçoamento. O curso de aperfeiçoamento tinha duração de dois anos, acrescidos de seis meses de estágio na empresa. Estes cursos eram destinados aos egressos dos cursos profissionais das escolas secundárias e tinham como objetivo:

- a) preparar extensivamente e intensivamente profissionais para as atividades industriais;
- b) elevar a cultura geral e técnica dos profissionais de ambos os sexos;
- c) formar mestres para o magistério profissional;
- d) proporcionar à mulher acurada educação doméstica para o desempenho de sua missão social no lar, na sociedade e na escola (SÃO PAULO, DECRETO Nº 5.884, Art. 370, 1933).

A principal preocupação do estado estava na falta de professores qualificados para trabalhar nas escolas profissionais primárias e secundárias. Desta forma, os cursos de aperfeiçoamentos que formavam mestres de artes e ofícios preparavam os mesmos para assumirem estas cadeiras de ensino suprindo a recém criada demanda pela mão de obra.

A configuração do ensino profissional paulista após aprovação e promulgação do Código de Educação do Estado de São Paulo, a partir do Decreto Estadual 5.884/33, é apresentada na figura 1 “Mapa Conceitual”.

Figura 1: Mapa Conceitual a partir do Decreto 5.884/33.



Fonte: Adaptado de (GONÇALVES, 2006, p. 5512).

Segundo Gonçalves (2006, p. 5.510), no estado de São Paulo

[...] quando começaram a funcionar, até 1933, as escolas profissionais, apesar de terem as suas atividades consideradas como ensino regular, constituíam-se em ramo isolado dentro do sistema de ensino. Essas escolas não tinham articulação nem com o ensino primário nem com o secundário. Os cursos, masculinos ou femininos, com duração de três anos, eram abertos a todos aqueles que tivessem a idade mínima de 12 anos e fossem alfabetizados – dando preferência aos que tivessem concluído o curso primário -, muito embora pudessem ser admitidos até mesmo aqueles que não tivessem qualquer escolaridade.

Em 1934, o Interventor Federal no Estado de São Paulo, Dr. Arnando de Salles Oliveira, através do Decreto Estadual nº 6.604/34 criou a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. Ele acreditava que o ensino profissional de economia doméstica e industrial necessitava de um órgão técnico-administrativo central, subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública. Ficaram a cargo desta superintendência as orientações e fiscalizações dos estabelecimentos, assim como propor as práticas pedagógicas para as escolas profissionais.

Em 1945 as escolas primárias e secundárias, femininas, masculinas ou mistas do estado de São Paulo, tiveram suas denominações alteradas pelo Decreto-lei 15.040/45. Elas passaram a ser chamadas de Escola Industrial. A organização e regime ficaram adaptadas aos preceitos da Lei orgânica do ensino industrial, consubstanciados no decreto-lei federal n. 4.073/42.

As escolas que tiveram suas denominações alteradas pelo Decreto 15.040/45 foram a Escola Industrial Fernando Prestes (Sorocaba), Escola Industrial Bento Quirino (Campinas), Escola Industrial Júlio Cardoso (Franca), Escola Industrial Sales Gomes (Tatuí), Escola Industrial Fernando Costa (Lins), Escola Industrial Escolástica Rosa (Santos), Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral (Jaú), Escola Industrial Francisco Garcia (Mococa), Escola Industrial João Belarmino (Amparo) e a Escola Industrial Carlos de Campos (capital).

Com o aumento da produção de manufaturas, as instalações de hidrelétricas e mais tarde na década de 1950 as empresas automobilísticas, a mão de obra especializada tornou-se mais urgente. Para atender a demanda da mão de obra foram criados os cursos práticos de ensino profissional.

Os Cursos Práticos de Ensino Profissional tinham como finalidade, ensinar a menores e adultos uma habilidade profissional. Eram instalados em função da conveniência e interesse do poder governamental e mediante doação de terreno

pela municipalidade para construção de prédio. Com duração de um ou dois anos, os cursos eram destinados a alunos de 12 anos, com aptidão mental, que não tivessem nenhum tipo de problema de saúde para realizarem os trabalhos do respectivo curso, com diploma de curso primário ou ensino primário em grau considerado suficiente, a ser verificado em exame de admissão (LAURINDO, 1962).

Em 1947 foi promulgada a Constituição Estadual. Em meio à expansão da produção, o governo paulista criou mais de 79 cursos práticos por meio do Decreto-Lei nº 16.108/46, espalhado-os pelo interior do estado. Os cursos práticos tinham conteúdos teóricos pedagógicos reduzidos, constituídos de português, aritmética, e também conteúdos práticos de tecnologia e desenho técnico. Em 24 de março de 1954 estes cursos passaram a serem denominado Escolas Artesanais pelo Decreto nº 23.227, possibilitando aos egressos o direito de acesso aos cursos básicos industriais.

As escolas industriais de 1942 a 1961 foram perdendo seu prestígio em razão de fatores como grande número de evasão, reprovações, estruturas insuficientes às necessidades de ensino, corpo docente improvisado, carência de metodologias apropriadas, insuficiência de recursos, entre outros. No final dos anos 50, pensaram-se em soluções para melhoria do modelo de curso industrial, tais como descentralização da administração escolar, definição de novas normas para cursos de formação de professores, simplificação de currículos, entre outras.

O panorama brasileiro nos anos 50, requeria um novo perfil profissional que os cursos básicos de aprendizagem das escolas industriais não mais supriam, sendo estes substituídos pelos cursos técnicos de segundo ciclo, nível médio ou segundo grau (MACHADO, 2014).

Estas mudanças foram implantadas pela Lei nº 3.552/59 que denominou as escolas estaduais e as escolas federais, como escolas técnicas e escolas agrotécnicas por terem em sua principal atividade os cursos de nível médio técnicos. Assinada por Juscelino Kubitschek foi regulamentada pelo Decreto nº 47.038/59.

Com a autonomia dada aos estados para a organização do ensino, o governador de São Paulo Carvalho Pinto assinou a Lei nº 6.052/61 que legislava sobre o sistema estadual do ensino industrial, do ensino de economia doméstica e de artes aplicadas. A reorganização também promoveu a construção de novas escolas industriais no estado de São Paulo com recursos oriundos do Fundo Estadual de Construções Escolares da Secretaria da Educação (FECE),

prossequindo com o projeto de ampliação de equipamentos e prédios destinados às instituições estaduais de ensino.

O ensino industrial, economia doméstica, e o de artes aplicadas pertencentes à Secretária dos Negócios da Educação, eram ministrados pelas escolas do tipo:

- instituto pedagógico do ensino industrial: nível superior (formação de docentes, orientadores e administradores escolares);
- escola técnica industrial (cursos técnicos industriais);
- escola técnica de economia doméstica e de artes aplicadas (cursos técnicos e cursos de aprendizagem profissional); escola industrial (cursos de aprendizagem industrial e de economia doméstica e de artes aplicadas);
- escola de economia doméstica e de artes aplicadas (cursos de aprendizagem de economia doméstica e de artes aplicadas);
- centro de aprendizagem profissional (cursos especiais de aprendiz profissional, agroindustrial ou de economia doméstica e de artes aplicadas para a zona rural e zona litorânea);
- núcleo de aprendiz profissional, com cursos especiais em institutos de assistência ou de reabilitação, sanatórios ou hospitais. (LAURINDO, 1962, p. 395)

As escolas estaduais que pertenciam ao Departamento do Ensino Profissional eram:

- escola de ensino pedagógico industrial: Instituto Pedagógico do Ensino Industrial – capital;
- escolas técnicas (cursos de 1º e 2º ciclos de grau médio): Carlos de Campos(Capital), Seminário das Educandas (Capital), João Belarmino (Amparo), Profa. Anna de Oliveira Ferraz (Araraquara), Dr. Armando de Sales Oliveira (Botucatu), Bento Quirino (Campinas), Dr. Francisco Nogueira de Lima (Casa Branca), Dr. Júlio Cardoso (Franca), Prof. Basilides de Godoy (Jaboticabal), Joaquim Ferreira do Amaral (Jaú), Dr. Antenor Soares Gandra (Jundiaí), Trajano Camargo (Limeira), Fernando Costa (Lins), Francisco Garcia (Mococa), Presidente Vargas (Mogi das Cruzes), Cel. Fernando Febeliano da Costa (Piracicaba), José Martiminiano da Silva (Ribeirão Preto), Prof. Aprígio Gonzaga (Rio Claro), Júlio de Mesquita (Santo André), Escolástica Rosa (Santos), Paulino Botelho (São Carlos), Fernando Prestes (Sorocaba) e Sales Gomes (Tatuí), em um total de 23 escolas;
- escolas artesanais (cursos a nível da 2ª Série do 1º Ciclo de grau médio): da Lapa, Albert Einstein na Mooca, da Penha e da Vila Maria, na Capital. No interior, em Adamantina, Aguaí, Americana, Araçatuba, Araras, Assis, Avaré, Cel. Raphael Brandão em Barretos, Batatais, Prof. Stello Machado Loureiro em Bebedouro, Birigui, Cel. Ladislau Leme em Bragança Paulista, Caçapava, Garça, Guaratinguetá, Ibitinga, Igarapava, Iguape, Ipauçu, Darcy Vieira em Itapetininga, Rosa Perrone Scavone em Itatiba, Marília, Mirassol, Orlandia, Oswaldo Cruz, Josefa Navarro Leme em Ourinhos, Pirajuí, Porto Ferreira, Presidente Prudente, Promissão, Salto, Pedro Bradran em São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Taquaritinga e Tupã, em um total de 44 escolas artesanais;

- cursos ferroviários (em cooperação com as Diretorias das Estradas de Ferro do estado): Estrada de Ferro Sorocabana, com cursos em Assis, Botucatu, Itaíci, Itapetininga, Presidente Prudente, Santos, Sorocaba e São Paulo (Barra Funda), com a Estrada de Ferro Araraquara, na cidade do mesmo nome, com a Estrada de Ferro São Paulo - Minas, em Bento Quirino, com a Estrada de Ferro Campos do Jordão, em Pindamonhangaba (MACHADO, 2014, p. 88).

Sob a gestão do Departamento do Ensino Profissional estavam também as escolas particulares que eram reconhecidas ou equiparadas pelo governo como cursos com ensino profissional.

Para Machado (2014) em 1960 a educação profissional do estado deixou de ter uma concepção assistencialista. Para defender este pensamento o autor apresenta os números de alunos matriculados neste ano, que totalizavam 90.859 matrículas na capital e 46.994 no interior.

A Lei Federal 4.024/61 com as novas diretrizes “previu que o ensino médio constituir-se-ia de 2 ciclos, sendo o 1º ciclo chamado de Ginásio, totalizando 4 séries; o 2º ciclo, chamado Colégio e de 3 séries, garantindo ao concluinte o prosseguimento em nível superior”. As instituições de ensino industrial poderiam manter os “cursos de aprendizagem com durações de 1 a 3 anos”, pelos quais os concluintes portadores de “Carta de Ofício ou Certificado de Aprendizagem” podiam se “matricular no curso Ginásial em série adequada conforme exame de habilitação” (KORITIAKE, 2011, p. 64).

Para atender a Lei Federal nº 4.024/61, o Departamento de Ensino Profissional do estado de São Paulo, através de uma nova regulamentação, estabeleceu que o curso Industrial Básico chamar-se-ia Ginásio Industrial. Esta situação durou até 1967, quando o Departamento de Ensino Profissional do Estado tornou público o objetivo de transformar os Ginásios Industriais em Colégios Técnicos, com o discurso de melhorar a qualificação profissional (KORITIAKE, 2011).

Através da Lei Estadual nº 10.125/68, instituiu-se

[...] novo Código de Educação regulamentando o ensino dos níveis primários, médio e superior. O ensino médio, de 2 ciclos, manteria no 1º ciclo o curso Ginásial com a finalidade de conduzir os estudos para a exploração das tendências do adolescente. No 2º ciclo, implantar-se-ia uma rede de Colégios Técnicos para atendimento da mão-de-obra especializada. No caso dos cursos de Aprendizagem, estes poderiam oferecer preparação profissional, desde que não interferissem na formação integral do educando. Em sequência foi editado o Decreto Estadual numero 50133, determinando que os Ginásios Industriais denominar-se-iam apenas Ginásio, com ensino

ginasial (de 1º ciclo de grau médio, de 4 séries anuais), de caráter preponderantemente formativo [...] (KORITIAKE, 2011, p.67).

São Paulo, nos anos 60, se tornou um grande polo econômico em torno do qual se organizou a nova indústria. Cidades pertencentes à região metropolitana como Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, conhecidas com “grande ABCD”, assim como outras entraram para o mapa econômico brasileiro. Várias indústrias como a automobilística se instalaram na região, promovendo um significativo aumento da produção de bens duráveis.

Para atender às exigências do desenvolvimento socioeconômico e modernização do Estado nacional, que pretendia acelerar o processo de modernização do capitalismo brasileiro defendido pelo governo militar, o governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971) implantou uma reforma descentralizadora, que ficou conhecida como “reforma Ulhôa Cintra³⁰”. Foram criadas na Secretaria Estadual de Educação três coordenadorias (ensino básico e normal, ensino técnico e ensino superior), dez divisões regionais de ensino, às quais se subordinavam as Delegacias de Ensino (ENGE, 2007). Esta descentralização da estrutura da secretaria, revogou vários atos que compunham uma legislação acumulada há décadas desde 1930.

Percebem-se através da reprodução do discurso proferido pelo Governador Roberto Costa de Abreu Sodré no jornal *Cruzeiro do Sul*, em 24 de janeiro de 1968, os rumos da educação técnica no estado de São Paulo.

Governo quer implantar cursos de Tecnologia. Ao dar posse em solenidade realizada em seu gabinete ao Grupo de Trabalho da Tecnologia, que funcionará junto ao gabinete da Secretaria da Educação, o governador Abreu Sodré disse que o Grupo estudará primordialmente “a viabilidade de implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia do Estado”. O grupo de Trabalho é coordenado pelo próprio Secretário da Educação, prof. Ulhôa Cintra, o qual, ao falar durante a solenidade, ressaltou “o extraordinário passo do governo Sodré em valorizar o ensino neste Estado, através da cooperação da inteligência criadora e da tecnologia mais avançada.” O GT que tomou posse é constituído pelos Srs. Paulo Ernesto Tolle, presidente do Conselho Estadual de Educação, Antônio de Carvalho Aguiar, Dimer Arcorsi, Edmur Monteiro, José Bonifácio de Andrade e Silva Jardim, Otávio Gaspar de Souza Ricardo, Urbano Stumpf e Walter Casta.

Trabalho técnico – “Toda vez que posso, e assim tenho procedido desde o início de minha atividade política, enfatizo a necessidade de se eliminar o mito da inferioridade do trabalho técnico, e a importância, numa terra que

³⁰ Ulhôa Cintra, nome do Secretário de Estado de Educação de 1967 a maio de 1970.

deseja ordem e progresso, do estímulo ao desenvolvimento do ensino da tecnologia, em suas variadas manifestações — disse o governador Sodré, em seu discurso. Nunca aceitei, ao contrário, sempre combati. o exclusivo encaminhamento da juventude para cursos do tipo acadêmico tradicional ou de mero prestígio; sempre entendi que a escola, selecionada e instruindo os moços segundo a sua capacidade e a sua dedicação, sem considerar origem social ou nível financeiro, deve enaltecer a excelência e ensinar os estudantes a amá-la e a alcançá-la em todo e qualquer tipo de trabalho útil à sociedade.”

Liderança Educacional – “A importância que atribuo à educação — disse a seguir o Sr. Abreu Sodré - como processo de aperfeiçoamento das instituições, e a escola como canal de mobilidade social, tem-se levado a repetidas invocações ao mundo acadêmico, e a continuadas convocações de elementos representativos da inteligência universitária.” Não creio possa o governante exercer adequada direção executiva, resolver com acerto problemas de todo um povo, sem ter a seu lado a liderança educacional, disposta a ajudá-lo e a criticá-lo nessa continuada aprendizagem da nobre e difícil arte da política”.

Nova Escola Superior – Porque assim penso, assim ajo. E assim uma vez o comprovo, no ato de instalação deste Grupo de Trabalho. Ele irá verificar se estamos em condições de instituir uma nova escola superior neste Estado, em que as comunidades seriamente interessadas no curso, que melhor sirva ao povo - e não em um instituto de mera fachada, distribuidor de canudos em branco; em que os jovens sinceramente dispostos a se armar, pela competência, para a independência - assegurar ao ensino superior paulista, uma- expansão ordenada e frutífera” - disse Sodré. Espírito Investigador - A seguir disse o governador: - “Escolhi, por isso, para esse grupo de trabalho, homens que sei incapazes de uma adesão irrefletida à novidade importada, mas capazes de comparar e adaptar, seja a xenofobia dos insensatos, com o conhecimento da cultura brasileira, inovando, criando processos brasileiros; homens que sei indiferentes ao incenso dos aduladores, mas sensíveis ao que há de justo e de sábio no clamor popular; homens experimentados nos vários campos do ensino e da administração escolar, e que tem a mente ágil e o espírito aberto à investigação”. Eliminar a estratificação. - Ao concluir seu discurso, o governador Sodré afirmou: - Educadores, esses, que tão bem representam o alto nível do professorado paulista examinarão sem injunções de qualquer natureza, as considerações por mim expressas tantas vezes e resumidas, no ato com constitui o Grupo de Trabalho. Este produzirá certo, muito que solução de emergência instrumentos de que possamos valer para eliminar a estratificação, a oportunidade apagar a imagem da escola educadora de uma clientela privilegiada, abolir o culto ao diploma “pelo diploma” cultivar a probidade e a competência: enfim um movimento amplo de educação (CRUZEIRO DO SUL, 1968, n. 18136, p. 1).

O governador deixou claro que era de suma importância quebrar os preconceitos existentes em relação ao ensino técnico da época. O seu discurso mostrava que o estado paulista começava a traçar novos rumos para valorizar o ensino profissional, com o propósito de elevar o curso técnico a nível superior, o que levou a criação da Faculdade de Tecnologia do estado de São Paulo.

O governador Roberto Costa de Abreu Sodré baixou em 6 de outubro de 1969, o decreto lei que criou o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São

Paulo. Autarquia de regime especial O decreto- lei de 6/10/69 em seu artigo 2º e nos § 1.º - § 3.º delegou ao Centro Estadual de Educação a responsabilidade de articular, realizar e desenvolver a educação tecnológica nos graus de ensino médio e superior, devendo para isso:

I - incentivar ou ministrar cursos de especialidades correspondentes às necessidades e características dos mercados de trabalho nacional do governo do Estado, filiada à Secretária de Ciência e Tecnologia. Em 1973 por deliberação do Conselho Estadual de Educação o Centro passou a ser denominado Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza vinculado a administração da Secretaria de Estado e Negócios da Educação e Financeira da Fazenda.

e regional, promovendo experiências e novas modalidades educacionais, pedagógicas e didáticas, bem assim o seu entrosamento com o trabalho;

II - formar pessoal docente destinado ao ensino técnico, em seus vários ramos e graus, em cooperações com as Universidades e Institutos Isolados de Ensino Superior que mantenham cursos correspondentes de graduação de professores; e

III - desenvolver outras atividades que possam contribuir para a consecução de seus objetivos.

§ 1.º - entre outras medidas que visem à articulação, à integração e ao desenvolvimento ao ensino técnico, o Centro promoverá ou realizará cursos, proporcionará estágios, e executará programas que, nos variados setores das atividades produtivas, possibilitem aos trabalhadores, de qualquer idade ensejo para o seu contínuo aperfeiçoamento profissional e o aprimoramento de sua formação cultural, moral e cívica.

§ 2.º - o Centro poderá celebrar convênios com as instituições de que trata o inciso II deste artigo, visando à utilização comum de recursos humanos e materiais, destinados à educação tecnológica, bem assim com entidades privadas, naquilo que se referir aos interesses recíprocos nesse mesmo setor.

§ 3.º - as atividades do Centro poderão incluir cursos experimentais, intermediários e outros permitidos pela legislação em vigor, de acordo com as da evolução da tecnologia (SÃO PAULO, DECRETO DE 6 DE OUTUBRO DE 1969).

Em seu artigo 4º o decreto delegou ao Conselho a prerrogativa de “propor a estruturação dos cursos a serem ministrados levando em conta sua adequação às necessidades do mercado de trabalho”; tendo que este, segundo o artigo 5º, submeter “os planos relativos ao funcionamento de cursos experimentais de grau superior, ao Conselho Federal de Educação”, assim como os “projetos relativos aos cursos experimentais de grau médio e de cursos superiores correspondentes às profissões reguladas em lei, ao Conselho Estadual de Educação”. O artigo 5.º determinou:

§ 1.º - os programas relativos a cursos comuns de grau médio serão submetidos pelo Conselho Deliberativo à aprovação do Secretário da Educação.

§ 2.º - os cursos não correspondentes a profissões reguladas por lei poderão ser ministrados pelo Centro, na forma do artigo 18 da Lei federal n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, mediante proposta do Conselho Deliberativo e aprovação do Secretário da Educação (SÃO PAULO DECRETO DE 6 DE OUTUTUBRO DE 1969).

O decreto estadual de 06/10/69 foi proveniente do trabalho do grupo constituído pela Resolução 2.001/68 que abordou “[...] a necessidade de diversificação do ensino superior para atender a demanda de uma sociedade em continuado desenvolvimento tecnológico; de preparo, em nível superior [...]” (CEETEPS, 1980, p.1 apud KORITIAKE, 2011, p.31).

No âmbito pedagógico, reformulou os programas do ensino primário adotados em caráter experimental em 1949, dando maior autonomia ao professor e a implantação de ciclos na seriação escolar. Na área do ensino secundário, retomou os cursos de títulos e provas para ingresso. Foram unificadas as séries iniciais dos cursos científico e normal, sendo criadas na 3ª série áreas propedêuticas e pré-profissionalizantes.

Em 1970, foi instituída a escolaridade de oito anos no ensino público estadual, abrangendo desde o ensino primário ao ginásial, que levou a uma “política de expansão do ensino ginásial e unificação e reorganização dos exames de admissão”, o que deixou de ser uma barreira de exclusão para matrícula na 1ª série ginásial. A reforma Ulhôa Cintra de certa forma democratizou o ingresso na escola pública em São Paulo que, de excelente qualidade, era reservada para poucos. A reforma Ulhôa antecipou a experiência do ensino fundamental, instituído em âmbito nacional pela Lei nº 5.692/71.

Assim, a reforma constituiu um período de grandes mudanças e adequações nos espaços físicos dos prédios escolares. Os grupos escolares e os ginásios se tornaram escolas de 1º grau, com séries de 1ª a 8ª e os edifícios denominados colégios com cursos secundários conhecidos como curso colegial, se tornaram de 2º grau, com séries da 1º a 3º, e, caso o curso contasse com modalidades profissionalizantes o 4º série era oferecido (MACHADO, 2014, p. 87-89).

Através do Decreto nº 52.499/70, foram criados em várias cidades do interior e bairros da capital do Estado de São Paulo quinze colégios técnicos industriais (CTI), incluindo Sorocaba.

Em 10 de abril de 1973 por intermédio do Decreto 1.418/73, artigo 2º “O Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, autarquia educacional criada pelo Decreto-lei de 6 de outubro de 1969”, passou a ser denominada “Centro Estadual de Educação Tecnológica ‘Paula Souza’ (ibidem), assumindo a responsabilidade da gestão das escolas técnicas a partir dos anos de 1980. A autarquia assumiu em 1982 a administração da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus “ Professor Rubens de Faria e Souza” e a Escola Estadual de Segundo Grau “Fernando Prestes”.

O Colégio Técnico Industrial de Sorocaba agora denominado EEPSTG Professor Rubens de Faria e Souza, passou a ser um centro de referência de formação profissional para o desenvolvimento do município de Sorocaba pelo viés da formação de jovens pelo trabalho.

4 A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ESCOLA TÉCNICA RUBENS DE FARIA E SOUZA DO MUNICÍPIO DE SOROCABA

4.1 O Município de Sorocaba nos anos de 1960 a 1980

Sorocaba sempre foi uma região com concepções voltadas para o crescimento econômico. A cidade nasceu como vila no Peabiru que, para Almeida (1964), é traduzido como um caminho ou trilha, por onde passavam os silvícolas (índios), e depois, bandeirantes e missionários. A cidade foi sede da feira de muares, que atraía um grande fluxo de pessoas e de dinheiro, o que segundo o autor foi um dos principais fatores para o desenvolvimento comercial e industrial da cidade. Com a feira de muares foram criadas muitas oficinas caseiras de artefatos e utensílios usados pelos vaqueiros, bandeirantes e comerciantes, o que levou ao crescimento da mão de obra especializada na Vila.

Para Almeida (1981), Sorocaba é conhecida pelo pioneirismo metalúrgico em toda a América Latina, em razão da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema. A fundição teve o início de suas atividades por volta de 1809 alcançando sua capacidade total em 1818. Para o autor a região de Sorocaba passou por três ciclos que marcaram seu desenvolvimento desde Baltazar Fernandes, sendo que o primeiro ciclo se deu com os bandeirantes, o segundo com os tropeiros e as feiras de muares e, o terceiro ciclo, com as indústrias, destaques na economia sorocabana, o que justifica o cognome de 'Manchester Paulista'.

O período de 1930 até meados de 1960 foi marcado por grandes transformações econômicas no Estado de São Paulo. A crise mundial de 1929 alinhada à crise da economia cafeeira abriu oportunidades para a indústria como um novo meio de acumulação de capital, mas, a fragilidade inicial das bases financeiras e tecnológicas do setor não permitiu a implantação de uma só vez de um setor de bens de produção capaz de assegurar o processo de acumulação, levando ao atrelamento da dinâmica industrial ao capital cafeeiro. Iniciou-se, neste momento, o período conhecido como 'a industrialização restringida', cujos limites consistiam, em uma pequena capacidade de importação (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988).

A força produtiva do estado estava localizada além da capital, nas regiões de Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba e Ribeirão Preto. Estas absorviam 26,7% dos operários de todo o estado, o que correspondia a 91,6% do total do interior. Só na

região do município de Sorocaba que era considerado centro tradicional da indústria têxtil encontravam-se 17.494 operários, sendo que só a indústria têxtil empregava 14.319 operários em 19 fábricas. Isso significava 21,7% dos operários no setor têxtil estadual (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988).

Sorocaba, apesar de estar entre as principais cidades de pólo industrial têxtil, diferentemente de outras cidades não teve o mesmo desempenho de crescimento industrial como as cidades de Campinas e São José dos Campos. Esta situação fez com que em meados dos anos de 1960 a gestão municipal, no mandato do prefeito Artidoro Mascarenhas (1960-1963), iniciasse a discussão de modernizar a estrutura produtiva do município: “a administração municipal, dispondo de arrecadações irrisórias de impostos, sentia dificuldades em dar encaminhamento aos serviços básicos de atendimento à população” (OLIVEIRA, 2014, p.197). Com esta realidade foi instalada “Comissão de Desenvolvimento Municipal Industrial – CDMI (1966), composta por um grupo de pesquisadores, com o intuito de preparar a cidade para o recebimento das indústrias siderúrgicas” (SILVA. M. et al, 2011).

A cidade de Sorocaba em 1960 tinha uma população aproximada de 120.000 habitantes, e se deparava com grandes deficiências nos serviços, de captação e tratamento de esgoto, iluminação pública e telefonia. Entre 1964 e 1969 na administração de Armando Pannunzio, foi criado através da CDMI, um projeto de desenvolvimento urbano que estabelecia uma nova zona industrial para atrair novos empreendimentos para a cidade (MATEUS, 2007). “Mas somente depois da vinda da Companhia Nacional de Aviação–CONAL” em 1965, que fabricava e realizava manutenção de aeronaves (OLIVEIRA, 2014, p. 197), é que realmente foi tomada a decisão da criação e instalação do distrito industrial de Sorocaba no Distrito do Éden (região territorial as margens da recém-construída Rodovia Castelo Branco), em 1966.

O poder público implantou um plano de incentivos fiscais para atrair grandes empresas. Em 1969 se instalou a primeira delas: a Fábrica de Aços Paulista S.A - (Faço) de um grande grupo sueco, fabricante de equipamentos pesados para indústria de extração mineral e britadores.

A partir de 1970 houve um estímulo dos governos federal e estadual para descentralização industrial de São Paulo. Sorocaba não recebeu nenhum grande investimento federal, mas apesar disto a cidade teve, neste período, um excelente desempenho com a diversificação e modernização do seu parque industrial. Mesmo

assim houve alternativas industriais, com empresas mais dinâmicas e com alta tecnologia. Com esta expansão, a secular indústria têxtil foi superada, dando lugar ao segmento das indústrias mecânicas e metalúrgicas de bens de produção.

Com as concessões de incentivos fiscais e doações de terrenos, Sorocaba recebeu um aporte de novos investimentos na administração do prefeito José Crespo Gonzáles (1969 – 1973). Assim, na década de 1970 iniciou-se um forte processo de desenvolvimento industrial e de serviços na cidade e região. Segundo Oliveira (2014), a CDMI no ano de 1973 examinou 67 processos de instalação industrial, em 1974 mais 37 e, durante o corrente ano de 1975, foram emitidos 10 pareceres pelo órgão.

Junto com o processo de desenvolvimento de Sorocaba, no início dos anos de 1970, houve uma expansão da população, que era de 169.599 habitantes e passou para 265.956 habitantes em 1980. Este crescimento se deu por causa da migração de pessoas de várias regiões (cidades e estados), para Sorocaba em busca de oportunidades de trabalho. Toda esta conjuntura levou a implantação de instituições educacionais especializadas no ensino técnico profissionalizante e de educação especial, impulsionada pela necessidade de mão de obra escolarizada (MATEUS, 2007).

4.2 Sorocaba e a Educação Profissional

Em meados do século XX Sorocaba começou a tomar impulso chegando ao início do século XXI com um grande desenvolvimento urbano e econômico. Sorocaba conta com escolas de todos os níveis, em número avultado, proporcionando atualmente um segundo codinome que Job (2012), descreve como a Cidade das Escolas e das Indústrias.

Todavia, Sorocaba sempre teve vínculos com o ensino de ofícios. A instalação das oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana em 1875, somando-se às fábricas têxteis de fiação, as oficinas de produção de facas, artefatos, arreios e artigos de couro para montarias, junto às contradições de um processo econômico e cultural de vida da sociedade da época justificaram a abertura de várias escolas de ensino livre, assim como os grupos escolares ainda no século XIX.

Um dos principais acontecimentos para a cidade de Sorocaba no âmbito da educação profissional ocorreu entre 1929 e 1931, com o curso ginasial e o ensino

profissional oficial, este através da Escola Profissional Mista de Sorocaba, sendo “deflagrado o início do ensino profissional oficial de Sorocaba, através da Escola Profissional” (SILVA M. et al, 2011, p. 43).

Em 1930, a escola passou a se chamar Escola Profissional Coronel Fernando Prestes e foi desmembrada, sendo a seção feminina transferida para outro endereço e a seção masculina permanecendo no prédio localizado entre a esquina das ruas Barão do Rio Branco e Dr. Álvaro Soares. No mesmo ano, a escola em parceria com a Companhia da Estrada de Ferro Sorocabana passou a oferecer o Curso Ferroviário. As aulas teóricas eram disponibilizadas na escola e as aulas práticas nas oficinas da companhia ferroviária.

Nos anos de 1940 com o aumento da procura pela instrução profissional e a falta de espaço, a escola se transferiu para um prédio próprio, situado na Avenida Comendador Pereira Inácio. Durante sua história, a instituição sofreu profundas mudanças nos seus cursos em decorrência das reformas efetuadas na organização do ensino profissional, e, o que a princípio eram, “ferroviários, vocacionais e profissionais passaram a ser Industriais” (MORAES; ALVES, 2002, p.144).

Segundo Mateus (2006), nos anos de 1970 com a expansão da instalação de novas indústrias exigiu-se, de forma mais imperativa uma educação escolarizada com o objetivo de atender às expectativas das empresas quanto a mão de obra, inicialmente contraditória, uma vez que ao empresariado fabril do período têxtil não interessava a escolarização de seu operariado. Na fase de desenvolvimento econômico industrial entre 1969 e 1973 foram instaladas na cidade de Sorocaba oito novas escolas estaduais, quatro novas escolas municipais, de ensino além das reformas e ampliação de diversos prédios escolares municipais, com a parcerias entre os governos estadual, municipal e o setor industrial.

Em 1965, a Escola Profissional Mista de Sorocaba se transformou no Ginásio Industrial Coronel Fernando Prestes, e em “1968, passou a ser denominado o Ginásio Industrial Estadual ‘Fernando Prestes’ que abrigou o curso técnico de Mecânica, de 3 séries, em nível de 2º ciclo do ensino médio (colegial técnico)” (KORITIAE, 2111, p. 67- 68).

Em 1968 o jornal Cruzeiro do Sul noticiou a criação do Colégio Técnico

Colégio que vai formar técnicos e terá oito horas de aulas diárias. - Formar técnicos industriais de nível médio é o objetivo do curso técnico industrial que começa a funcionar este ano em Sorocaba, mantido pelo governo do

Estado e que terá vagas para 70 estudantes. A nova escola encara o ensino com grande seriedade, seus alunos terão oito horas diárias de aulas. O governo vai até fornecer café, almoço e jantar gratuitamente aos estudantes, nas dependências da própria escola. E ela terá sete laboratórios só para o curso de mecânica que funcionará este ano. Para o de eletrotécnica, que abrirá suas portas o ano que vem, haverá um prédio especial que em breve será iniciado. Funcionará este ano no Ginásio Industrial Cel. Fernando Prestes, um curso Técnico Industrial, que tem como diretor o prof. Lázaro Prestes Miramontes. Tal curso tem por finalidade dar formação aos alunos em nível de Curso Colegial. É a primeira escola técnica deste ramo, que é ao mesmo tempo um meio e um fim. É um meio, porque permitirá ao formando à continuação dos seus estudos, equivalentes ao científico e clássico e é um fim porque permitirá através de seu diploma, um meio de vida relativamente bom, através de sua técnica e orientação que o curso forma na personalidade do formando garantindo um futuro promissor caso ele não possa continuar seus estudos universitários” [...] O curso técnico industrial, contará com as seguintes matérias: Português, Matemática, Ciências Sociais, Física, Química, Biologia, Inglês, Desenho, disciplinas Científicas; Técnica de planejamento (incluindo Organização do Trabalho, Elemento de custo Industrial, Higiene e Segurança do Trabalho, Elementos de Legislação Aplicada e Elementos de Estatísticas); Desenho Técnico, Eletrotécnica, Mecânica Técnica (incluindo Mecânica Aplicada, Resistência dos Materiais, Ensaio Tecnológicos, Tecnologia dos Materiais, das Ferramentas e das Máquinas Operativas). Prática Profissional (incluindo Órgãos de Máquinas e Máquinas de Transportes), [...] A escola terá Laboratório de Metrologia (que já está pronto), Laboratório de Ensaio Físicos, Laboratório de Fundação, Laboratório de Metalografia, Laboratório de Física, Laboratório de Biologia e Laboratório de Química. Sorocaba contará com mais uma escola Técnica, num ramo, que é a primeira do Estado, formando Técnicos de Mecânica e, futuramente, Técnicos de Eletrotécnica [...] (CRUZEIRO DO SUL, 1968, n. 18136, p. 4).

A reportagem do jornal Cruzeiro do Sul estava equivocada, pois não se tratava da instalação do Colégio Técnico Industrial (CTI), mas apenas de um curso técnico industrial em nível de 2º Ciclo. Segundo o autor Koritiaké com o curso de técnica de mecânica houve um aumento expressivo de alunos e conseqüentemente uma lotação do prédio, fazendo com que em 1969, parte das atividades do “Ginásio Técnico fosse transferida para o prédio do Seminário Diocesano da cidade” (KORITIAKÉ, 2011, p. 67-68).

O Colégio Técnico Industrial (CTI) foi criado oficialmente em 1970 passando a ocupar o espaço com o Ginásio Industrial até 1972, quando foi transferido para o prédio do Seminário Diocesano, em outro ponto da cidade, ficando o prédio da Avenida Comendador Inácio para as atividades educacionais do Colégio Técnico Industrial.

Em janeiro de 1971 o prédio do CTI na Avenida Comendador Inácio, compartilhou o espaço com a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba (FATES)³¹ inaugurada pelo governador Abreu Sodré, dando início aos cursos de formação tecnológica em nível superior no estado de São Paulo. A FATES ficou até o final 1973, a qual se mudou para o Alto da Boa Vista no espaço onde havia funcionado o Hospital Leonor Mendes de Barros. Inicialmente os espaços foram direcionados as aulas teóricas e áreas administrativas, permanecendo as aulas práticas no espaço do CTI pela disponibilidade dos laboratórios e oficinas (OLIVEIRA, 2014). Ao final do ano de 1973 o Colégio Técnico de Sorocaba passou a ocupar integralmente o prédio.

4.3 A Escola Técnica Rubens de Faria e Souza

A Escola Técnica Rubens de Faria e Souza fica locada em uma região privilegiada, na Vila Boa Vista, com sede na Avenida Comendador Pereira Inácio, 190 em Sorocaba, próxima a área central do município e aos terminais de ônibus municipal e intermunicipal. Sua estrutura chama a atenção pela grandiosidade arquitetônica de dois andares com subsolo, edificada nos anos de 1940, ocupando uma quadra inteira com amplo pátio no centro do terreno, ponto de convergência das oficinas e salas de aula (Anexo A).

As salas de aula ficam no segundo andar, térreo e subsolo. No subsolo também ficavam a cozinha e refeitório (Anexo B), onde os alunos faziam suas refeições. O prédio tinha o acabamento com piso em mármore importado (Apêndice B). Uma escadaria centralizada a fachada de frente para a avenida, com uma grande porta dando acesso ao saguão de entrada atestando a grandiosidade das construções escolares (Anexo C). Nos fundos, um pátio com cobertura (Anexo D), além de um prédio amplo, utilizado para os trabalhos de oficina (Anexo E), que continham máquinas e bancadas (Anexo F), e uma pequena fundição para o tratamento dos materiais (Apêndice A).

No segundo andar um grandioso anfiteatro com um palco feito com madeira nobre, os forros feitos do mesmo material (Anexo G), as cortinas de pano grosso na

³¹ Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, conhecida como FATES no período estudado, atualmente chamada de FATEC.

cor azul, aveludado. Ao centro do anfiteatro, em seu teto, um lustre de madeira, talhado a mão.

4.3.1 A criação do Colégio Técnico Industrial de Sorocaba

Em 23 de Julho de 1970 foi assinado pelo Governador Abreu Sodré o Decreto Lei nº 52.499 que dispunha sobre a criação de novos Colégios Técnicos no estado de São Paulo. Este decreto criou quinze novos colégios, sendo estes instalados nas cidades de Sorocaba, Araçatuba, Botucatu França, Jaú, Lins, Santos, Piracicaba, São Carlos e Ourinhos. Também na Cidade de São Paulo nos bairros Vila Prudente, Vila Leopoldina, Casa verde, Pinheiros e Taubaté. As localidades foram escolhidas por abrigarem em sua região “escolas técnicas de primeiro ciclo em funcionamento, mantidas pelo Estado e situadas em áreas de forte demanda de técnicos Industriais”, as quais poderiam servir de pólo à implantação dos Colégios Técnicos (SÃO PAULO, DECRETO Nº 52.499, 1970).

Os registros documentais mostraram que a iniciativa para a criação dos colégios técnicos ocorreu a partir da análise do governo estadual, que identificou o aumento substancial das matrículas de primeiro ciclo, que conseqüentemente resultaria no aumento da demanda por vagas nos colégios de segundo ciclo. Esta análise constatou também que a rede de Ginásios Técnico Industrial era insuficiente para o atendimento de necessidade tão importante para o desenvolvimento sócio econômico do estado de São Paulo. Em tal contexto nascia o Colégio Técnico Industrial de Sorocaba (CTI) pelo Decreto 52.449/70, que passou a ser denominado EESG. Professor Rubens de Faria e Souza, com a promulgação da lei nº. 464, de 14 de outubro de 1974, em homenagem ao professor e jornalista. Esta homenagem segundo o professor José Eduardo de Carvalho Prestes, foi uma solicitação dos familiares (esposa e filhos) do professor Rubens de Faria e Souza (Anexo H) junto aos deputados estaduais, por ocasião de sua morte. Atualmente a escola é denominada ETEC “Rubens de Faria e Souza”.

Segundo o professor José Eduardo de Carvalho Prestes³² o trabalho para formar as turmas iniciais, ocorreu em 1967 realizado pelo prof. Lázaro do Carmo

³² José Eduardo de Carvalho Prestes: Professor do Colégio Técnico Industrial de Sorocaba de 1969 a 1998, onde exerceu cargo de vice-diretor. Foi professor da Escola Estadual Prof. Júlio Prestes de

Prestes Miramontes³³ que ocupou o cargo de diretor da escola, juntamente com o professor Cícero Seiffert (Inspetor da 7ª Inspeção Regional de Ensino Profissional – IREP) e demais professores. O Prof. Miramontes com muito entusiasmo percorreu todas as cidades que tinham ginásios Industriais, buscando estimular e convencer os melhores alunos destes ginásios a fazerem os cursos do segundo grau técnico, sendo que este chegou a ir até o norte do Estado no município de Ituverava. Como resultado deste esforço, em 1968, conseguiu-se criar duas turmas com trinta e cinco alunos, que iniciaram suas atividades no mesmo ano. “[...] *Foram aproveitados os professores que eram do ginásio industrial [...] nesse curso [...]*”. Segundo o Prof. José Eduardo, o Colégio Técnico Industrial de Sorocaba foi o primeiro do interior do estado de São Paulo.

A fala do professor reforça a colocação da autora Silva Maria et al (2011) que houve um consenso por parte da população, quando em 1968 foi implantado o curso técnico em mecânica, alinhada à mudança de denominação de Escola Profissional Mista de Sorocaba para Ginásio Industrial Estadual ‘Fernando Prestes’ de que se tratava do Colégio Técnico Industrial, consenso este que ainda perdura na mente das pessoas que viveram este período.

O Professor Youzo Watanabe,³⁴ relatou que o vestibulinho para as primeiras turmas do Colégio Técnico Industrial de Sorocaba (CTI), ocorreu em 1969 e realizou-se fora da cidade de Sorocaba. Para ele “[...] *Sorocaba não acreditava, não tinha confiança em cursos deste tipo. Eles conheciam o ginásio industrial, mas o ensino técnico médio de segundo grau eles não conheciam, não tinha muito crédito neste tipo de ensino*”. Quanto ao vestibulinho o prof. José Alberto Deluno³⁵ afirma

Albuquerque, na qual também exerceu o cargo de diretor, e atualmente é membro do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba.

³³ Lazaro do Carmo Prestes Miramontes: Professor efetivo de ciências exercia o cargo de diretor do Ginásio Industrial Fernando Prestes em 1969.

³⁴ Youzo Watanabe em entrevista com o autor. (set. 2016).: Natural de Braúna-SP, físico formado pela Universidade Mackenzie, especialização em Matemática pela Unicamp e Pedagogia - Administração escolar. Foi professor de Matemática na Escola Técnica Rubens de Faria e Souza de 1970 a 1997, ocupou o cargo de orientador e diretor de 1992-2009 da mesma escola. Também foi professor de Cálculo Diferencial e Integral da Faculdade de Engenharia de Sorocaba (FACENS) de 1978- 2009.

³⁵ José Alberto Deluno: Natural de Mococa-SP, formado na Escola Industrial de Mococa, Curso de Desenho Técnico e Máquinas pela Getúlio Vargas em São Paulo. Foi professor de Desenho Técnico no Ginásio Industrial de Sorocaba (1952-1970), ocupou o posto de Vice-diretor do Ginásio Industrial Professor Fernando Prestes (1968-1970). Professor da Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, foi um dos fundadores da Faculdade de Engenharia de Sorocaba (FACENS) em 1974 onde implantou o curso de Engenharia Civil e Elétrica em 75/76, em 1974 fundou o Centro Regional de Tecnologia

“fiz o primeiro inclusive sob a minha batuta”, e que “os alunos formados no ginásio industriais tinham preferências nas vagas do ‘Colégio Técnico’, mas parece que foi dois ou três anos só, depois o vestibular foi unificado por força da legislação”.

O prof. José Eduardo em sua entrevista confirmou a realização do vestibulinho, porém afirmou que, em 1969 o mesmo ocorreu em Sorocaba. Comentou que *“tinha cinco turmas em tempo integral (dois segundos colegiais e três primeiros colegiais), o que despertou um entusiasmo muito grande na cidade [...]”*. A partir de 1970 foram criadas três salas por ano, sendo a procura

[...] pelo alunato muito intensa [...]. “Não só de Sorocaba, mas da região,” [...] aliado a isso houve no caso uma cisão, no caso, quer dizer o prédio onde estava o chamado no caso, “Ginásio Industrial Fernando Prestes” ficou destinado ao colégio técnico, o ginásio industrial, quer dizer, deslocou-se e foi no caso ocupado junto com a sétima IREP [...] instalações, [...] do seminário diocesano e lá ficou por muito tempo até que foi construído depois o prédio que é hoje [...]. (informação verbal).

Segundo o professor José A. Deluno

[...] o Ginásio Industrial tinha internato sendo que o departamento de ensino profissional pressionou o professor Miramontes para que acabasse com o internato. [...] e quando começou o colégio, alguns alunos de outras cidades usaram o Internato, mas o departamento profissional, a Secretaria da Educação extinguiu cortou a verba do internato; não tinha como sustentar. Ai o prof. Miramontes conseguiu uma verba para alugar uma casa para os alunos, e eles se revezavam para fazer as despesas e ficaram alguns anos nessa casa, mas não foi além de 3 ou 4 anos.

A fala do prof. Deluno vai ao encontro com a do prof. José Eduardo, sobre o fato de muitos alunos serem de fora da cidade e a necessidade de acompanhamento e aconselhamento levou a escola, com apoio da Associação de Pais e Mestres (APM) do então Ginásio Industrial, a manter as repúblicas. Segundo José Eduardo em 1970 o CTI funcionava em regime de república, *“o diretor montou três repúblicas de alunos de fora”,* e elas eram localizadas nas proximidades da escola, *“uma hoje no caso inclusive é um hotel, mas na época era uma casa que foi comprada pela APM”*.

O Prof. José Eduardo relata que com a separação do CTI e Ginásio Industrial em definitivo, a APM solicitou a casa e, como o CTI estava começando e com poucos alunos, e não contando com nenhuma ajuda da Secretária da Educação, não

tinha recursos para adquirir uma casa e manter a república. Assim segundo José Eduardo

um dos professores [...] de português, [...] Oswaldo Descasado tinha uma propriedade próxima ali, uma chácara no [...] Jardim Emília um lugar [...] lindíssimo, [...] que estava crescendo sob o ponto de vista imobiliário, então, [...] ele ofereceu [...] para que fosse usada no caso pelos alunos. (informação verbal).

Segundo o Prof. Youzo os professores se dispuseram a dar o suporte necessário ao acompanhamento dos alunos, evitando que houvesse desordem na chácara. Com o tempo os alunos de fora da cidade foram diminuindo e com isto a república fechou. *“Estes alunos tinham todas as refeições na escola café da manhã, almoço, café da tarde, jantar e alguns alunos tinham até ceia”* (informação verbal). O Prof. José Eduardo relatou que o cardápio das refeições era preparado por *“dona Virginia Morotti, [...] uma pessoa muito assim dedicada, sabe aquele pessoa que você olhava para ela e é uma suavidade, parece uma mãe. [...] ela era a nutricionista”*, e o preparo ficava por conta das auxiliares de cozinha.

Os professores não souberam precisar por quanto tempo está chácara foi usada como república, e não foi encontrado nenhum registro ou documento escrito sobre a mesma.

Quanto à questão das verbas, o professor Deluno relatou que em sua direção

[...] a escola recebia as verbas já programadas, verba para material didático; verba para alimentação que a escola fornecia alimentação aos alunos; verbas de manutenção, e assim quando eu assumi inclusive não tinha prática administrativa [...] reuni os professores coloquei as verbas no quadro de giz e [...] vocês definem como vamos definir essas verbas. Então, a secretaria da educação determinava as verbas e a escola simplesmente administrava essas verbas. Eu como diretor enfrentei alguma dificuldade de aplicação, enfim. Cheguei numa empresa em Sorocaba para comprar material, material didático para as oficinas operarem. Disseram “dá a verba e vai tirando o material assim que você precisar.” Eu já falei não, não é assim que a legislação pede, [...] eu estou fazendo uma cotação o senhor tem que botar os preços aí para eu definir quem vai fornecer [...] e era assim todas as aplicações de verba com tomada de preço e fornecimento do material. (idem).

O CTI de Sorocaba segundo o Prof. Youzo iniciou-se *“[...] com o curso de Mecânica diurno, sem curso noturno”*. Segundo ele *“[...] depois foi criado um curso para quem tinha o ensino médio e o ensino de segundo grau completo, estes podiam vir aqui e fazer a parte profissionalizante, aí só à noite.”* Os alunos iam até a escola e faziam *“só aulas práticas e técnicas, era um curso intensivo de dois anos e meio para conclusão.”*

Em 1974 foi criado o “curso de Eletrotécnica, depois criado o curso noturno, tanto o de eletrotécnica como o de mecânica”, também foram posteriormente criados cursos técnico de Eletromecânica e técnico de Alimento.

Segundo os Prof. Deluno e José Eduardo, as primeiras turmas do colégio técnico implantado foram compostas por meninos, não houve procura de meninas para o curso de Mecânica.

Posteriormente é que [...] uma das primeiras alunas [...] entrou lá, olha como a situação é diferente, foi no curso de mecânica. Foi no caso brilhante aluna e posteriormente quando terminou o colegial ela [...] entrou na faculdade de medicina, hoje ela é professora na Faculdade de Medicina [...]. (idem)

O professor não mencionou o nome da referida aluna. Segundo ele as mulheres alcançaram um número expressivo quando foi criado o curso para técnicos em alimentos.

Segundo o Prof. Youzo *“entre 1971 e 1972, os alunos carentes receberam meio salário mínimo como bolsa de estudo para manutenção deles, porque muitos tinham apenas condição de pagar o transporte e outros nem isto”*. Ele relatou que a bolsa era paga através da Coordenadoria de Ensino Técnica de São Paulo e foi disponibilizada por um pequeno período. Mas Ressalta-se que apenas o professor Youzo levantou esta questão da contribuição de ajuda de custo, nenhum dos outros entrevistados a citou, e na pesquisa realizada em documentos, não se encontrou registro da mesma.

Os cursos ministrados nas oficinas preparavam os alunos para prática profissional nas empresas que estavam se instalando em Sorocaba (muitas delas do setor metal-mecânico) com os cursos Técnico em Mecânica e Técnico em Eletrotécnica. Segundo o professor Youzo no início do CTI os componentes curricular dos cursos eram definidas pelos professores tanto dos conteúdos práticos de oficina, quanto os e formação regular. O professor relatou o exemplo matéria de Desenho Mecânico, os alunos adquiriam conhecimento, desenhavam e iam para as oficinas construírem aquilo que tinha desenhado. É importante ressaltar que os Planos de Ensino (APENDICE C) consultados não apresentam esta flexibilidade, ela seguia as bases da Secretaria da Educação.

Para o Prof. Youzo o nível de instrução era tão elevado, que alunos construíam toda parte estrutural da furadeira de bancada, exceto o motor, que era

adquirido fora. A oficina era equipada com máquinas e bancadas novas e ainda contava com a estrutura de uma pequena fundição para a transformação da matéria prima. Segundo os professores Youzo e José Eduardo o grupo de professores das oficinas era muito técnico e de excelente nível. Relataram que os professores da oficina chegaram a montar na escola um carro completo. No entanto não foi encontrado documentos escritos, fotos ou qualquer outro meio, nenhum registro de tais afirmações.

4.3.1.1 A resistência do Ginásio Industrial à mudança de prédio

Relata o Prof. Youzo que o processo de mudança de prédio do Ginásio Industrial Estadual para a efetivação do Colégio Técnico Industrial ocorreu com certa resistência,

[...] meio quanto conturbado [...] porque o prédio era do Ginásio Industrial e o Diretor montou, implantou o ensino técnico na escola alegando que mais tarde ia [...] desativar o Ginásio Industrial. Aí o que aconteceu? a força atuante da cidade e os professores muito dinâmicos na época foram pedir ajuda a políticos, e recorreram ao prefeito da cidade José Crespo Gonzalez na época, que intermediou a mudança do Ginásio Industrial para o antigo Seminário Diocesano na Av. Eugenio Salermo, onde ficou até inauguração do novo prédio no Mangal (informação verbal).

O Prof. José Eduardo destacou a separação que havia entre as pessoas as desejavam a escola e outros que não a desejavam. Existiram

[...] certos interesses de pessoas, interesses políticos e assim por diante, que houve no caso essa ruptura no ginásio industrial, o diretor que foi designado Prof. Flavio de Souza Nogueira que na oportunidade era orientador educacional, [...] uma pessoa de vamos dizer deixa uma imorredoura saudade pela sua competência, pela sua simpatia, pelo seu humano de primeiríssima qualidade [...] o Colégio Técnico como nós chamamos o Ginásio Industrial, não havia, inclusive, intercâmbio praticamente, quer dizer era assim [...] eles e nós, mas nós professores que havíamos chegado e iniciado com o colégio não participamos dessa cisão, para nós o que interessava era o colégio técnico[...] (idem).

Para o Prof. Youzo na implantação do colégio técnico, a maior resistência se deu porque as pessoas não queriam desativar o Ginásio Industrial, o que foi reforçado pela fala do Prof. José Eduardo. Este pensamento e a preocupação causaram alguns desentendimentos; no entanto, segundo o Prof. Youzo, a separação “*foi bastante benéfica porque ficou com duas escolas técnicas.*”

Sobre o assunto o Prof. José Eduardo afirmou que o fato do CTI permanecer no prédio, “*foi uma destinação*”, porque era “*ali que estava concentrado o ensino de*

segundo grau” e “*a tendência que se esperava era que aos poucos*” o Ginásio Industrial fosse extinto. “*Mas [...] não foi o que aconteceu [...]. os de lá batalharam, se interessaram, foram atrás e conseguiram [...], que não ficasse só ginásio, [...] eles passassem a ter o colégio técnico*”. Percebe-se tanto na fala do Prof. José Eduardo quanto na fala do Prof. Youzo, que Sorocaba teve duas escolas técnicas simultâneas, o que de fato não ocorreu neste período.

Esta confusão se deu, pois o Ginásio Industrial ao ser transferido para outro prédio continuou a funcionar com os cursos de “Aprendizagem Industrial”. Assim, Sorocaba segundo a autora Silva M. et al (2011, p. 69), passou a ter duas escolas com habilitação profissional de 2º grau em 1975, quando o Ginásio Industrial passou a ter cursos de habilitações profissionais parciais de 2º grau, como os cursos de Desenhista Mecânico, Auxiliar Técnico de Mecânica e com a transferência para outro prédio, “Habilitação Plena, de 2º grau de Técnico em Alimentos” do CTI para o Ginásio.

Segundo Prof. Youzo, o diretor Prof. Miramontes sabia que “*estava determinado que o ensino profissional, o ensino médio e o ginásio industrial de primeiro grau seriam extintos, prevendo a implantação da 5.692*” e, tendo este muita atuação junto à Coordenadoria de Ensino Técnico de São Paulo que supervisionava todo o ensino técnico, levou a decisão da permanência do CTI no prédio em que estava.

O Prof. Deluno disse que tentou várias vezes conversar com a Secretaria quanto à decisão. “*Veio de cima para baixo. Eu tentei inclusive falar com alguém da secretaria da educação lá em São Paulo; disseram não, já está definido, não tem como voltar atrás, vai ser dessa forma! Teve de fazer!*”.

4.3.1.2 Quanto aos professores

Para o Prof. Youzo no início dos anos de 1970 o ambiente entre os professores “*era o melhor possível, mas houve muito descontentamento porque para o ensino médio tinha de ter professores com qualificação e professores que não a tinham. O que dificultava muito para os professores atuarem em vários graus*”. O professor que ministrava determinada matéria como “*ciência no primeiro grau não tinha qualificação para dar química, física ou biologia no segundo grau, mesmo*

matemática, teve muita resistência neste sentido”. Além do que muitos eram efetivos da rede de coordenação do ensino técnico.

Esta percepção de harmonia também é expressa na fala do Prof. José Eduardo, que relata:

[...] nós, professores do Colégio, [...] nos relacionávamos e queríamos bem aos professores do Ginásio, e os professores do ginásio por sua vez também nos queríamos bem, nos respeitávamos e assim por diante, mas vamos dizer assim a parte administrativa ficava separada [...](informação verbal).

Segundo o Prof. José Eduardo, entre os professores havia alguns que

trabalhavam nas duas unidades, principalmente na área que a gente falava área técnica, [...] então eles desenvolviam aulas nas oficinas, no caso do Fernando Prestes, e no caso no Rubens de Farias [...], então, quer dizer, nunca houve uma coisa assim, [...] você é de lá eu sou daqui [...], havia pois, vamos dizer as oportunidades [...], por exemplo reunião e tudo mais, havia intercâmbio, inter-relação, e tudo mais [...](idem).

Para o Prof. José Eduardo a cisão das escolas veio de cima para baixo. Apesar disto havia professores trabalhando nas duas unidades, principalmente em áreas técnicas; a relação dos professores entre as escolas era de harmonia, mesmo com as tensões das mudanças. O problema estava na parte administrativa que ficava separada. Na administração do CTI estava o Prof. Lázaro do Carmo Miramontes e, na administração do Ginásio Industrial o Prof. Flavio de Souza Nogueira, que acompanhou o Ginásio posteriormente para outro prédio, sendo nomeado oficialmente diretor em 1971.

O Prof. Deluno relatou que houve *“algumas dificuldades por parte dos professores do Ginásio Industrial, porque os professores da parte profissional eram professores práticos e os salários deles eram menores do que dos professores de formação acadêmica.”* O professor Deluno relatou que os colegas enxergavam o novo professor tomando seus lugares.

Os professores Youzo e José Eduardo explicaram que os professores contratados para o CTI eram de caráter temporário, *“mas existia muito comprometimento com o ensino técnico”*; eram pessoas experientes profissionalmente, oriundas das grandes indústrias, como por exemplo, a empresa Metalac e indústrias pesadas de São Paulo. Também profissionais como o Eng^o Carazeque era Diretor da empresa Faço em Sorocaba e o técnico Thiago Colombarte um profissional de alto nível.

Todos os professores tinham envolvimento com a escola, *“eram de vestir a camisa, quando chegavam máquinas para descarregar, ou alguma outra coisa, eram os professores que iam lá descarregar. Era com muita dedicação e muito amor, acreditando naquela ideia nova de tipo de estudo.”*

O Prof. Deluno lembrou que a maioria dos professores não se transferiu para a autarquia, e isto ocorreu *“não por causa de salário, porque já estavam equiparados”,* foi por causa de *“[...] plano de carreira mesmo.”* No entanto, é importante registrar que no período de transferência para o Centro Paula Souza o professor Deluno não fazia parte do quadro de professores do Rubens de Faria e Souza, mas sim do ‘Fernando Prestes’.

4.3.1.3 A Comunidade e o acolhimento do Colégio Técnico Industrial

O Colégio Técnico teve uma boa receptividade por parte da cidade de Sorocaba, nas palavras do Prof. Deluno:

“[...] comunidade sorocabana recebeu com entusiasmo a formação do colégio técnico e os alunos formados pelo “Colégio Técnico” não tinham problema para colocação de emprego nas empresas; as empresas procuravam. Eu mesmo fui procurado muitas vezes para indicar alunos para trabalhar nas empresas. Eu cito aí as empresas: a fábrica de Cimento Votoran, a fabricar de papel Votocel. Na ocasião ainda tinha a indústria metalúrgica nossa Senhora Aparecida, que estava se instalando em Sorocaba; Aço Paulista. Todos procuravam alunos formados no colégio técnico, e principalmente o curso de Mecânica era muito procurado (informação verbal).”

A aceitação da escola se deu primeiramente por causa do exaustivo trabalho dos professores Miramontes e Deluno junto às empresas da região e pela qualidade do ensino, como afirmou o Prof. José Eduardo: *“[...] como era ensino integral havia no caso interesse dos professores, que se encantavam em trabalhar com aqueles alunos que de certo modo eram selecionados [...]”* de *“[...] certa forma até perverteu a finalidade que [...] seria formar, quer dizer uma mão de obra, [...] Que fosse trabalhar na indústria e não foi o que aconteceu [...]”* os alunos eram tão bem preparados, que quando eles terminavam o terceiro colegial *“eles não iam ser técnicos, eles entravam em faculdade de Engenharia ou na Faculdade de Tecnologia”.*

As indústrias instaladas no município receberam com muita alegria e expectativa o colégio técnico

[...] inclusive favoreceram muito as instalações. Antes ainda da passagem para o “Centro Paula Souza”, o “Colégio Técnico” recebeu máquinas novas para as oficinas da secretaria da educação, e nós implantamos... Eu tive a oportunidade de acompanhar a instalação dessas máquinas nova, [...]. E, vieram às máquinas, e não vieram às ferramentas para operar as máquinas. Eu procurei as empresas na ocasião, eu estava na direção, e as empresas forneceram as ferramentas para operação das máquinas. E os profissionais, os professores para operara essas máquinas. Também nós fomos procurar nas empresas novos professores. Os professores do colégio Técnico eram todos novos. E acompanhamos, então, a adaptação dos professores com as novas máquinas e foi uma recepção calorosa pelas empresas produtivas de Sorocaba (informação verbal).

Não houve, segundo a fala do Prof. Deluno uma preocupação por parte da Secretaria da Educação do estado em criar a real necessidade de estrutura para que os cursos ocorressem de forma eficiente. Isto fica claro quando o professor apontou a falta de ferramentas para que as máquinas pudessem funcionar o que é reforçado pelos outros entrevistados.

Quanto à questão de ações junto à escola na comunidade, o Prof. José Eduardo lembrou que a escola não praticava nenhuma ação externa envolvendo a comunidade de modo a aproximá-la. Segundo ele as ações

[...] ficava dentro no caso das paredes [...], como eu falei de informação, de orientação e assim por diante, mas sempre, vamos dizer intramuros, entende? Quer dizer não havia essa abertura com a comunidade. [...] o que havia foi só como eu falei: os professores se empenhavam, então, era um professor que elevava algum conhecimento, trazia alguma coisa para dentro o das escolas, mas eram experiências assim pessoais, certo que cada um no caso fazia uma contribuição, mas dizer a escola em si propriamente, não!(informação verbal).

O Prof. Youzo fez as mesma afirmação de que não houve ação por parte da escola com o objetivo de aproximação com a comunidade. Ou seja, todas as atividades estudantis ocorriam dentro dos muros da escola com aulas de atividades físicas, apresentações teatrais, entre outras. Mas os relatos dos entrevistados demonstram claramente que a direção do CTI em seu início buscou realizar uma aproximação com a comunidade empresarial (industrial), através de visitas, e convites aos empresários para palestrarem na escola, apresentando às empresas os cursos e os trabalhos de aprendizagem que eram ali realizados.

4.3.1.4 A transição para a Autarquia Centro Paula Souza.

Decreto Estadual nº 16.309/80 determinou que os Colégios Técnicos fossem integrados à autarquia Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Assim, em janeiro de 1981, seis escolas técnicas foram integradas a este Centro e

“em fevereiro de 1982, mais seis unidades entre elas a EESG. Professor Rubens de Faria e Souza. (antigo Colégio Técnico de Sorocaba – CTI). A administração passou então a ser de responsabilidade da autarquia.

Na visão dos professores José Eduardo e Youzo a integração do Colégio Técnico Rubens de Faria e Souza ao Centro Paula Souza trouxe um forte impacto cultural em relação aos seus professores. *“O pessoal tava acostumado com aquele regime; para mudar, teve aquela resistência, aquela preocupação e tudo mais”*. O Prof. Youzo explicou que a escola estadual de segundo grau tinha seu quadro de professores efetivos da rede estadual comum; *“então os professores [...] ficaram preocupados [...], mudar regime! Porque o Centro "Paula Souza" era ligado à Secretaria do Desenvolvimento e não a Secretaria da Educação; na época era Secretaria de Ciências e Tecnologia [...]"*.

Pelo relato do Prof. José Eduardo houve uma diferença de administração; para ele *“[...] a secretaria de educação [...] era uma mega instituição, uma mega organização e quando passou no caso a fazer parte do Centro Paula Souza, era no caso pequeno, [...] era muito mais fácil, [...] o intercâmbio”*. Segundo ele, se o professor tinha alguma situação para resolver era direto. Já na Secretaria da Educação ao contrário, *“tinha mil vamos dizer degraus para se chegar; então facilitou muito [...] a inter-relação e tudo mais com a criação do centro Paula Souza”*.

Para o Prof. Youzo a maior preocupação dos colegas era que iria *“mudar o professor efetivo”* e ele, assim como o professor José Eduardo, pertenciam a este *“regime efetivo do Rubens de Faria”*. Ambos disseram que os funcionários perderam sua *“efetividade”*, sendo que muitos se remanejaram, conforme explicado abaixo:

[...] eu mesmo era efetivo [...] e tive que me remanejar para o "Padilha"³⁶, no caso a maioria foi para o "Padilha", porque a escola ofereceu lá essa possibilidade e o Centro Paula Souza através de seu superintendente assegurou para a gente a continuidade do vínculo com as aulas [...] só que o cargo, tinha que ser em outra escola, [...]. Todos os efetivos tiveram que se remanejar para rede estadual, escola da rede estadual. Então; o que acontecia? A maioria que queria continuar remanejou, mas pediu afastamento de dois anos, [...] mas sem receber vencimentos (informação verbal).

O Prof. José Eduardo fortaleceu a declaração do Prof. Youzo declarando que muitos dos seus colegas se transferiram para a EEPS. Prof. Antônio Padilha, mas

³⁶ EEPSPG. Prof. Antonio Padilha: criada em 1896 foi o primeiro grupo escolar de Sorocaba e está localizado na rua professor Toledo no Centro de Sorocaba.

que ele se transferiu para a escola *Júlio Prestes de Albuquerque*³⁷. O Centro Paula Souza deu “*uma abertura muito grande, [...] nós no caso, por exemplo, pudemos escolher certo, quer dizer cargos na escola que fosse do nosso desejo, independentemente de ter ou não o cargo, [...] você iria para lá [...].*” Segundo ele, muitos de seus colegas eram de outras cidades, ou tinham familiares e viram a oportunidade de se transferirem para outros municípios. E foi o que aconteceu

[...] imediatamente falou: eu quero aquela escola de Bauru, e eles removeram, [...] Tinha uma outra colega que escolheu Itu, [...] a família também era de itu, ela viajava diariamente, ela era professora de História, uma professora brilhante [...] escolheu itu (informação verbal).

Prof. José Eduardo lembrou ainda que alguns professores não quiseram perder o vínculo efetivo com a rede de ensino estadual, e, passaram definitivamente para outras unidades da rede e não ficaram no Colégio Técnico, optando por uma carreira no estado. Não somente os professores, mas também os funcionários que “*eram da Secretaria da Educação foram alocados onde [...] fosse de interesse de cada um, [...] e o Centro Paula Souza [...] deu aquela abertura, quer dizer, você quer continuar eu contrato, mas via CLT.*” Youzo relatou que muitos de seus colegas professores tinham vínculos de trabalho com empresa privadas e estes, não optaram em ser remanejados para outras escolas da rede de ensino, ficando apenas ministrando no Colégio Técnico.

O Prof. Youzo esperou dois anos e se exonerou do cargo efetivo de professor da rede estadual e continuou no Centro Paula Souza como celetista, porque se considerava especialista em ensino profissionalizante. Assim como ele muitos dos seus colegas optaram pelo mesmo caminho. Diferente do professor José Eduardo que ficou trabalhando tanto na Escola Rubens de Farias e Souza, quanto na Prof. Júlio Prestes da rede pública estadual onde seguiu carreira. Para os entrevistados a condição de ter de decidir entre um cargo efetivo ou um regime celetista foi muito traumatizante, porque se perdia todo o direito.

Outro aspecto abordado pelos professores Youzo e José Eduardo foi a questão pedagógica: antes da integração ao Centro Paula Souza a programação partia da necessidade local. Com o Centro as diretrizes já viam prontas e engessadas.

³⁷ EEPSPG. Prof. Júlio Prestes de Albuquerque: criada em 1928, e foi o primeiro Ginásio Estadual público, é chamado de “Estadão” e está localizado à Av. Dr. Eugênio Salermo.

Como os professores relataram muitos colegas permaneceram no Colégio Técnico Rubens de Faria e Souza até suas aposentadorias. Segundo eles no ambiente após o primeiro ano de adaptação ao novo sistema, as relações foram harmoniosas, havendo apenas conflitos de rotinas cotidianas.

Para os professores entrevistados, o Colégio Técnico Industrial foi de suma importância para a cidade de Sorocaba. Para o Prof. Deluno a implantação do CTI somada à implantação da Faculdade de Tecnologia de Sorocaba estimulou muito as empresas a se instalarem em Sorocaba.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi iniciada com objetivo de contribuir para a reconstrução da história da escola conhecida hoje como ETEC – Escola Técnica Estadual Professor Rubens de Faria e Souza, através de reflexões com base em autores que discorreram sobre as instituições escolares e autores que pesquisam a formação profissional. Não se trata apenas de registrar o passado, mas compreender e interpretar os fatos para esta reconstrução. Para isto, tomou-se como partida o esquema figurativo de Magalhães ao trabalhar materialidade, representação e a apropriação.

Com o intuito de entender as bases legais da educação profissional e os fatos sociais que afetaram a organização deste ensino, a pesquisa demonstrou que a educação profissional no Brasil de acordo com os autores Queluz (2000), Romanelli (1986) e Cunha (2000), teve suas raízes nos Liceus, que assim como os patronatos agrícolas tinham o formato de internato para as crianças desvalidas de oportunidades. O discurso era o de preservar e dar assistência às crianças. No entanto, a realidade era evitar os riscos desta condição de marginalização social o que poderia de fato atrapalhar o desenvolvimento do país. Estas instituições serviram ao propósito de formar a mão de obra para o processo de industrialização que ocorria, como para a formação de filhos de pequenos proprietários e de trabalhadores rurais. Os institutos na verdade deixavam muito a desejar pelo seu caráter assistencialista. Pode-se constatar que a educação profissional no início da república foi pensada para formação de mão de obra para serviços manuais, contudo, era vista com preconceito relacionado com à ideia de trabalho escravo.

Observou-se que nos anos de 1930 a educação profissional foi estimulada como instrumento estratégico para o projeto de consolidação do desenvolvimento econômico do Brasil. A Constituição Federal de 1937 foi a primeira a tratar a questão do ensino técnico profissional e industrial. Isto ocorreu porque neste período o mundo passou por uma forte crise econômica afetando vários países, inclusive o Brasil. Estes acontecimentos levaram a uma revisão dos processos de desenvolvimento e expansão econômica, onde a educação foi muito importante. Mas as mudanças ocorreram de fato em 1942, através de reestruturações objetivas dos cursos por meio do Decreto-Lei 4.073/42 que regulamentou e integrou o ensino industrial ao ensino médio. Este decreto transformou os Liceus em Escolas

Indústrias e Técnicas passando a ser oferecida a formação profissional em nível equivalente ao secundário.

Em 1946, o país passou a contar em sua rede federal de ensino industrial com padrões escolanovistas, difundindo os métodos de treinamentos tayloristas e o modelo de treinamento em serviço (*TWI - training within industry*), introduziu a concepção fordista de produção via educação, modelos estes que tinham e tem como base a reprodução ideológica do capitalismo.

O estudo mostrou que a década de 1950, foi um período de grande crescimento industrial atraído pelos baixos salários que, para as empresas, impactaram favoravelmente os custos produtivos. Surgiram diversos sindicatos e novos grupos de influência política com formação técnico-científico.

O processo de desnacionalização da economia dos anos de 1950 levou à imposição de um regime intensivo-extensivo, o que gerou muita insatisfação por parte de vários setores da sociedade: religiosos, políticos, sindicais, estudantis liderados pela UNE, entre outros. Este regime de acumulação do capital através da exploração da mão de obra de forma extensiva, foi e é gerador de exclusão social. Isto levou os grupos a lutarem contra as políticas educacionais elitistas e antidemocráticas, contra políticas de baixos salários mínimos e de baixos salários praticados no mercado.

No governo de Juscelino Kubitschek a educação profissional adquiriu maior liberdade e autonomia através da lei nº 3.552/59, mas ressalta-se que esta autonomia didática tinha de passar pelo órgão de Conselho com os representantes de indústrias que exerciam grande influência decisória, ou seja, toda pedagogia se alinhava a necessidade de mercado e aos interesses da manutenção intensiva do capital. Esta lei foi substituída em pouco tempo pela LDB nº 4.024/61.

Os anos de 1960 e 1980 foram marcados por fatos políticos extremamente complicados que afetaram diretamente o estado democrático. Com o Golpe Militar em 1964 o país passou a ser governado de forma ditatorial, o Estado Militar estabeleceu mudanças profundas na vida política, social e econômica da sociedade. Um período de repressão aos direitos civis, controle dos meios de comunicação, abafando qualquer forma de liberdade de expressão. O governo buscou aumentar a integração do Brasil ao capitalismo internacional com políticas de aceleração da industrialização. Novamente a educação profissional se tornou uma opção para suprir as demandas por mão de obra qualificada.

Durante duas décadas o ensino foi influenciado fortemente por vários acordos com agências internacionais. Estes acordos objetivavam moldar a educação nas ideologias dos países aliados, principalmente os Estados Unidos. Neste período vários decretos-lei foram assinados afetando a educação profissional e sua estrutura. Neste período as Secretarias e os Conselhos Estaduais de Educação passaram serem ocupados por empresários e prepostos de escolas particulares. Prevalecendo os interesses dos grupos privados de educação nas políticas educacionais, situação que não é diferente dos dias atuais.

Foram assinados decretos como os de isenções tributárias às instituições escolares particulares, a reforma do ensino superior, do ensino supletivo, a reforma do ensino de 1º e 2º graus pela Lei nº 5.692/71, que mudou as diretrizes de base e o currículo dos cursos, alterando a LDB 4.024/61. As modalidades de técnicos e auxiliares técnicos foram regulamentadas pela Resolução nº 2 e Parecer nº 45 de 1972, que também delineou a formação profissional no Brasil e estabeleceu categorias em relação à qualificação para o trabalho.

O governo militar traçou a educação de forma linear nos vários estados da União em uma perspectiva taylorista de ensino e saber. O reflexo das políticas privatizantes do governo levou o Estado a investir pouco na educação profissionalizante, provocando a perda da qualidade no ensino de 1º e 2º Graus públicos em todos os estados da União.

Historicamente as políticas públicas para educação no Brasil tiveram objetivos de captação de mão de obra braçal, disciplinada, higiênica, procurando impedir o crescimento da violência e separação de classes sociais. Mas quando o Estado pensou numa educação para uma cidadania emancipada, os interesses dos gestores públicos sempre estiveram em consonância com a manutenção da ordem social e do poder.

Não diferente da realidade federal, em São Paulo o ensino profissional foi pensado como condição ao desenvolvimento industrial e expansionista e de estratégia assistencialista para a diminuição da marginalização dos menos favorecidos. Porém a educação profissional paulista desenvolveu-se de forma diferenciada a partir dos anos de 1930 com a liberdade e a responsabilidade de elaborar seus próprios programas, responsabilidade esta que passou a ser assegurada na Constituição Federal de 1934.

O ensino profissional no estado de São Paulo foi configurado através do Código de Educação do estado pelo Decreto nº 5.884/33, que estabeleceu as competências do serviço de ensino secundário geral e profissional. O mesmo decreto caracterizou as escolas profissionais mantidas pelo estado como instituições de ensino regular secundário, mas sem serem equivalentes às escolas secundárias do ensino regular. E a partir do Decreto 15.040/45 mudaram-se as denominações das escolas primárias e secundárias, femininas, masculinas ou mistas do estado. Elas passaram a serem chamadas escolas industriais.

As escolas industriais durante as décadas de 1940 a 1960 foram perdendo prestígio. Com a grande quantidade de evasão, reprovações, estruturas insuficientes, corpo docente improvisado, insuficiência de recursos, entre outros motivos, levou nos anos de 1950, a mudanças no modelo de ensino profissional, adequando-o à realidade da demanda. As mudanças foram implantadas através da Lei nº 3.552/59, que denominou parte das escolas industriais estaduais e federais como escolas técnicas e escolas agrotécnicas.

Em 1961 a LDB 4.024/61 determinou que o ensino médio constituir-se-ia em dois ciclos, o 1º seria chamado de ginásio e o do 2º colégio, neste último seria garantindo aos concluintes o direito de prosseguirem em seus estudos em nível superior. A mesma lei determinou que o curso industrial básico chamar-se-ia Ginásio Industrial. Neste mesmo ano com a autonomia dada aos estados o governo paulista assinou a Lei nº 6.052/61 que legislou sobre o sistema educacional dos ensinos Industrial, economia doméstica e artes aplicadas. Esta lei organizou e promoveu construções de novas escolas industriais no estado. Machado (2014) em sua visão afirma que na década de 1960 a educação no estado de São Paulo deixou de ter um caráter assistencialista. Mas não há como confirmar tal afirmação: o fato de garantir a continuidade do ensino em nível superior, construir novas escolas, ampliar o número de vagas, entre outras ações, não significa que o estado deixou o pensamento assistencialista. Suprir as necessidades de demandas para a educação poderá mascarar as reais intenções. A educação nunca é para todos, e quando o é são propostas educações diferentes, cindindo privilégios.

Com a Lei Estadual nº 10.125/67 o governo do estado de São Paulo tornou público o objetivo de transformar os ginásios industriais em colégios técnicos. O governador Roberto Costa de Abreu Sodré traçou novos rumos para o ensino técnico no estado. Implantou uma reforma descentralizadora que ficou conhecida

com “Ulhôa Cintra”, no qual revogou vários atos que compunha a legislação acumulada desde a década de 1930. De certa forma democratizou o ingresso na escola pública, em São Paulo, de excelente qualidade, reservada a poucos. Mas o fato é que dar a condição de acesso não significa dar ensino de qualidade, ao expandir a oferta e não investir proporcionalmente no atendimento às necessidades, a educação paulista veio a perder esta excelência.

Sodré tinha o objetivo de valorizar o ensino profissional e elevar o curso técnico ao nível superior. Em 6 de outubro de 1969 assinou o Decreto-Lei criando a autarquia Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, denominado pelo decreto 1.418/73 Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, delegando a ela a responsabilidade de articular, e desenvolver a educação tecnológica nos ensinos médio e superior no estado. A autarquia aproximou a educação de nível técnico médio ao nível tecnológico superior, o que foi fundamental para atender às exigências do desenvolvimento socioeconômico e o modelo mecanicista de modernização do Estado.

O estado de São Paulo sempre esteve na vanguarda do desenvolvimento e crescimento econômico no Brasil. Com a disponibilização do capital da atividade cafeeira para atividade industrial, somado à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado e, os incentivos à imigração europeia, favoreceram a efetivação da industrialização no estado. Com o fluxo dos rendimentos dos trabalhadores assalariados foi possível a ampliação da produção manufatureira para o consumo interno, o que levou o estado a adquirir uma posição proeminente durante a industrialização. Assim grandes empresas como a do segmento metal-mecânica, metalurgia e a automobilística, se instalaram na região metropolitana de São Paulo.

A expansão rápida da região metropolitana provocou uma situação de mobilidade urbana complexa, além de uma exploração imobiliária elevada, o que aumentou os custos para as empresas, entre outros problemas. Levando nos anos de 1970 o governo paulista, com apoio do governo federal, a criar projetos e ações de descentralização industrial, buscando desenvolver as regiões do interior do estado, entre as cidades que poderiam sido prestigiadas estava Sorocaba, o que não ocorreu.

Sorocaba apesar de estar entre as principais cidades de polo têxtil, considerada um centro industrial tradicional no segmento não obteve os mesmos

resultados de outros municípios no final dos anos de 1950. O declínio do setor têxtil em Sorocaba nos anos de 1960 foi por causa do período que os autores Negri; Gonçalves e Cano (1988) chamaram de a industrialização restringida, era impossível, na visão deles, com a fragilidade das bases financeiras e tecnológicas do setor manter-se em crescimento.

A crise dos anos de 1960 levou a grandes dificuldades de receitas, com o declínio da secular indústria têxtil, a administração de Sorocaba teve de criar a Comissão de Desenvolvimento Municipal Industrial - CDMI, com o objetivo de pensar e desenvolver um plano de modernização produtiva para a cidade. Esta comissão elaborou um projeto de desenvolvimento urbano com a criação de uma nova zona industrial, porém não implantada de imediato.

Em 1966 foi tomada a decisão de instalar a nova zona industrial, no Distrito do Éden, que junto com incentivos fiscais, passou a atrair várias empresas de diversos segmentos. Com tantos benefícios e uma localização privilegiada, favorecendo a logística estratégica, o resultado não poderia ser outro, um período de rápida expansão industrial, o que provocou o aumento da demanda de mão de obra qualificada. Concomitantemente houve um aumento gradativo da população, as pessoas vinham de várias regiões e estados, em busca de melhores condições de vidas, oportunidade de crescimento financeiro. Provavelmente impulsionadas por Sorocaba ser conhecida como “Manchester Paulista”, apesar de que muitos vieram transferidos com as empresas que se instalaram no município.

Sorocaba, neste período inicial de industrialização, contava com apenas uma instituição pública de formação profissional o Ginásio Industrial Coronel Fernando Prestes, que habilitava os alunos para a iniciação profissional, com formação de 1º ciclo de ensino; o SENAI que formava aprendizes e outras instituições particulares. Desta forma a mão de obra qualificada deixava a desejar, as indústrias necessitavam de uma capacitação mais técnica do que a do ginásio. Assim a criação do Colégio Técnico de Sorocaba, a Escola Professor Rubens de Faria e Souza veio em um momento favorável para a cidade tendo em vista que o colégio preparava e capacitava à mão de obra necessária ao desenvolvimento industrial.

A criação do Colégio Técnico Industrial de Sorocaba ocorreu a partir do Decreto-Lei nº 52.499/70. A escolha do município para sua instalação foi porque já tinha o Ginásio Industrial de 1º ciclo e a lei determinava que estas instalações fossem usadas para os colégios técnicos de formação de 2º ciclo. Sendo a proposta

do governo do estado de desinstalar os ginásios industriais. Assim, o prédio do Ginásio Industrial Professor Fernando Prestes cedeu espaço ao Colégio Técnico Industrial Professor Rubens de Faria e Souza, desta forma, as duas escolas funcionaram no mesmo prédio por um curto período. A criação dos colégios técnicos foi pensada de forma sistemática e planejada pelo governo, porém ocorreram sem investimento adequado como previa a lei.

A pesquisa mostrou que as primeiras ações para instalação do CTI de Sorocaba ocorreram em 1967 por iniciativa do professor Lázaro do Carmo Prestes Miramontes e o Professor Cícero Seiffert. Apesar de o CTI ser oficialmente instalado em 1970, os primeiros vestibulares para um curso de formação técnica de 2º ciclo ocorreram em 1968, quando duas turmas iniciaram suas atividades. Elas foram montadas com alunos convidados de diversos colégios do estado, e de fora do estado para o curso técnico em Mecânica. Apesar de não explicitado nas entrevistas, pode-se inferir, pelos comentários, que a busca dos alunos, se deu porque se desejava montar o curso com os melhores discentes dos ginásios industrial, alunos considerados diferenciados, provavelmente, para mostrar a cidade que o CTI formaria os melhores para o mercado de trabalho.

Observou-se um fato interessante, quando as entrevistas declararam o empenho e dedicação dos professores e diretor para montar a primeira turma. A partir destas ações do Prof. Miramontes, Sorocaba se antecipou aos acontecimentos que ocorreram em 1970. Isto por causa da proximidade do professor com a Secretaria da Educação do Estado. De certa forma, Miramontes estava preparando a cidade de Sorocaba a aceitar o CTI.

Com gestão do Prof. Deluno em 1969 as demais turmas foram formadas por vestibulares por causa da grande procura, sendo que em 1970 passaram a ser unificados por força da legislação. Percebeu-se nas falas dos entrevistados um entusiasmo com a mistura de sentimento de saudosismo e orgulho pelos trabalhos desenvolvidos.

Quanto à relação do Colégio Técnico Industrial com a comunidade, a pesquisa levantou que em seu início ela foi de certa forma indiferente, não porque a comunidade não queria o modelo de ensino, mas por causa da falta de informações sobre do que se tratava o colégio. Para a população o ginásio já atendia à expectativa da formação, afinal o Ginásio Industrial Coronel Fernando Prestes tinha construído uma história junto à comunidade sorocabana. Desta forma, houve certa

resistência por parte de alguns políticos da cidade, que não queriam o fim do mesmo. A divergência por parte de alguns políticos se deu por motivos ideológicos, eles não acreditavam no modelo de ensino apresentado, acreditavam que Sorocaba tinha de defender a manutenção do Ginásio Industrial, que tinha uma história constituída. Tanto que estes lutaram fervorosamente nos bastidores da Câmara do estado junto aos deputados para que o ginásio não fosse fechado. Não se pode tirar o mérito deste grupo que, junto com outros articularam manobras para que isto não ocorresse, favorecendo muito à educação profissional no município.

A resistência foi de no declinando no decorrer dos primeiros anos e a procura pelos cursos se intensificou, a comunidade começou a perceber a qualidade do ensino. Com o crescimento da população e a expansão do seguimento industrial e conseqüentemente, com a necessidade de melhores qualificações, a escola passou a ser procurada. Assim a comunidade passou a vê-la como uma oportunidade de desenvolvimento financeiro. A escola mostrava sua qualidade com a maioria dos alunos ali formados ingressando nas melhores universidades públicas e faculdades no Brasil. Ou seja, uma oportunidade do filho da classe operária de ascender a um curso universitário, fato antes impensado por esta classe. As universidades públicas eram para poucos, os ingressos eram filhos da burguesia, dos detentores de poder político e econômico.

Mesmo quando o aluno não ingressava no curso superior ele ainda obtinha boas posições de trabalho em grandes empresas, conseqüentemente melhores salários. Muitos eram contratados por montadoras da capital, gerando um grande estímulo aos alunos.

Talvez o fato dos professores imprimirem uma dedicação sem precedentes que ultrapassavam suas obrigações, esteja vinculado ao surpreendente número de alunos formados para mão de obra técnica do mercado de trabalho ingressando em níveis superiores.

É importante salientar que, segundo os entrevistados, a escola se manteve afastada da comunidade, no que diz respeito às relações de trabalho. Isto fica claro na fala Prof. José Eduardo “[...] Ficava dentro, no caso, das paredes [...] não havia esta abertura para a comunidade [...]”. No entanto, os entrevistados não souberam explicar por qual motivo ocorria. Pode ter sido porque o modelo de pensar a educação era hierarquizado, não compreendia a dimensão participativa da comunidade nas diretrizes da educação. O modelo era mecanicista direcionando a

preparação aos moldes que a indústria necessitava. Além do que este período foi marcado pela ditadura, a imposição de cima para baixo.

Já quanto aos empresários, após o trabalho dos professores Miramontes, Deluno entre outros, passaram a ver o Colégio Técnico Industrial com muito entusiasmo. Os alunos eram encaminhados a estágios nas empresas, eles detinham um grande conhecimento teórico e prático, o que fortalecia cada vez mais esta parceria. Segundo os entrevistados houve uma relação próxima entre escola e empresa, seja com a participação de técnicos e empresários ministrando palestras de diversos assuntos, ou pelo encaminhamento dos alunos para estágios. Isto não poderia ter sido diferente, afinal de contas a educação ministrada no Colégio Técnico condizia com o modelo taylorista e o TWI protagonizado pela CBAI na década de 1950, que se mantém até hoje.

O que de fato ocorreu foi que a comunidade sorocabana, aos poucos, foi reconhecendo o papel importante do CTI na formação profissional dos seus adolescentes e, no decorrer dos anos a escola foi se tornando referência na formação técnica da cidade e região.

De que forma os professores reagiram ao processo de transição? As entrevistas demonstraram que a instalação do Colégio Técnico Rubens de Faria e Souza, junto ao Ginásio Industrial provocou apreensão nos professores que lá lecionavam e, muitos não tinham a qualificação necessária para ministrar aulas no Colégio Técnico. Para os entrevistados o pensamento de que o colégio encerraria suas atividades trouxe muitas preocupações. Afinal o curso técnico em Mecânica já estava ocorrendo desde 1968, e parte dos conteúdos era ministrada por eles. Com a oficialização da criação do CTI isto mudou e novos professores foram contratados para substituir aqueles que não tinham formação superior.

As apreensões não criaram relações de disputa, o clima era harmonioso entre os docentes do Colégio Técnico e do Ginásio Industrial durante o período que os dois ocuparam o mesmo espaço. Houve sim, no início, certo mal estar mas porque eles não recebiam o mesmo salário. Os docentes eram dedicados e se envolviam com a escola, se colocavam à disposição de qualquer atividade, fosse ela intelectual ou braçal.

Segundo as entrevistas a tensão maior se deu na Administração da escola, que se manteve por um período curto com dois diretores e duas secretárias, isto

provocou certo desconforto e, conseqüentemente muitas divergências nestes setores.

Quando o Centro Paula Souza assumiu a escola, houve uma mudança cultural, o regime de professor efetivo passou para celetista (CLT), no qual os docentes perderiam direitos adquiridos e teriam de iniciar um novo plano de carreira. Assim muitos professores não aceitaram permanecer no colégio e solicitaram a transferência para outras instituições de ensino do estado. Transferências estas que a autarquia e estado facilitaram, sendo que os professores escolhiam a instituição em que queriam ministrar aulas. Muitos deles foram para a EEPG Antônio Padilha de Sorocaba, mantendo-se no regime efetivo do estado por questões de plano de carreira. As entrevistas trouxeram estes fatores como decisão para a permanência ou não na instituição. Mas há de se levar em conta que entre eles havia aqueles que não acreditavam ou não aceitavam por motivos ideológicos o modelo de ensino do CTI.

Outra questão que preocupou muito os professores estava relacionada à parte pedagógica dos cursos. Enquanto o CTI estava sobre a administração da Secretaria da Educação o pensamento pedagógico partia da necessidade local e, após integração do Centro Paula Souza as diretrizes eram determinadas, vinham prontas e engessadas. Mas como os professores relataram nas entrevistas após este processo de adaptação, os trabalhos e as relações sempre foram harmoniosos dentro da escola. O engessamento se deu pelo fato do governo buscar com a autarquia Centro Paula Souza a unificação do ensino da escola técnica de acordo com o Decreto Estadual nº 5.540/69. A imposição dos planos de ensino, não possibilitando a adequação das realidades locais e ou regionais, culturas, situações sócio econômicas, entre outros fatores, se tornaram armadilhas, para a formação integral do aluno.

Esta pesquisa de reconstrução histórica da criação do Colégio Técnico Rubens de Faria e Souza apresentou informações importantes para o entendimento de seu papel para a cidade. Como observado, apesar da sua criação ter ocorrido de forma imposta por força de lei, a escola foi importante no desenvolvimento de mão de obra qualificada para as indústrias que aqui se instalavam. A história do Colégio Técnico Industrial se entrelaça a história de desenvolvimentos industrial da cidade de Sorocaba.

A pesquisa obteve informações orais, levantadas por entrevistas, porém não encontrou documentos escritos do período que mencionassem tais fatos, registrando a escassez de documentação ou dificuldades para acessá-lo por motivo de causa desconhecida, não podendo afirmar que tais documentos existiram ou foram destruídos.

Assim, esta pesquisa realizou levantamentos históricos sobre a educação brasileira, paulista e sorocabana e, conceitos acerca da educação para compreender a história da Escola Técnica Estadual Rubens de Faria e Souza desde sua fundação, quando tinha outro nome. Esta trajetória resultou em descobertas sobre as concepções e intenções para a educação, disputas de poder, poder de influência, representações ideológicas na educação, e a fragilidade da capacidade de preservação de documentos. A educação é um ideal de transformação da humanidade, uma ideologia de emancipação, um projeto de socialização, doutrinação, formação para o trabalho e, quantos motivos desejar atribuir-lhe acreditando que possa cumprir. Aqui ficam abertas as possibilidades de novas descobertas, aprimoramentos, buscas por documentos perdidos, pessoas não encontradas, reflexões novas ou aprofundamentos exigidos pelo exame atento da história.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **O Brasil e a economia mundial, 1930-1945**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ALMEIDA, Aluisio. Memória Histórica sobre Sorocaba (I). **Revista História de São Paulo**, n. 60. São Paulo. 1964.

_____, **Vida e Morte do Tropeiro**. Editora Martins – EDUSP. São Paulo. 1981.

ALMEIDA, Alberto Carlos. A trajetória política de João Goulart: Os gabinetes parlamentaristas, FGVCPDOC, 2016. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_gabinetes_parlamentaristas. Acesso em: 15 mar. 2016.

ALVES, Sandra Cristina Santos. A educação profissionalizante durante o estado ditatorial. In: **CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO V**, 2010, Alagoas. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/.../598.>> Acesso em: 15 de jan. 2015.

ANDREOTTI, Alzine Lina. ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NA ERA VARGAS E NO NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO (1930 - 1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art8_22e.pdf.> Acesso em: 20 jan. 2016.

BEM, Arim Soares do. A CENTRALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ARTICULAÇÃO ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE BRASILEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006. Disponível em: Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br.>> Acesso em: 20 out. 2015.

BOMENY, Helena M. B. **A educação no segundo governo Vargas**. CPDOC-FGV, S/D. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao.>> Acesso em: 10 nov. 2016.

BOSCHETTI, Vânia Regina. A UNIVERSIDADE BRASILEIRA DO PÓS-64. **Tese Doutorado**. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, São Paulo, 1993.

BRASIL. Constituição do Brasil (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html.>> Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. Constituição (1946) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html>> Acesso em: 05 jan. 2015.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em: 19 fev. 2015.

_____. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitais dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf.> Acesso em: 26 mai. 2016.

_____. **Decreto-Lei Nº 194, 24 de fev. de 1967**. Dispõe sobre a aplicação da legislação, sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0194.htm.> Acesso em: 26 mai. 2016.

_____. **Decreto-Lei Nº 574, de 24 de fev. de 1969**. Dispõe sobre o aumento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=574&tipo_norma=DEL&data=19690508&link=s.> Acesso em: 26 mai. 2016.

_____. **Decreto nº 47.038, de 16 de out. de 1959**. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47038-16-outubro-1959-386194-publicacaooriginal-1-pe.html>.> Acesso em: 01 dez. 2016.

_____. **Decreto nº 8.319, de outubro de 1910**. Créa o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/417045.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 4.048, de 2 de Janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm.> Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fev, de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>.> Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 19.560, 05 de janeiro de 1931**. Aprova o regulamento que organiza a Secretaria de Estado do Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19560-5-janeiro-1931-515777-publicacaooriginal-1-pe.html>.> Acesso em: 10 de jan. 2016.

_____. **Decreto nº 12.893, 28 de fevereiro de 1918**. Autoriza o Ministro da Agricultura a criar patronatos agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. Acesso em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html>.> Acesso em: 25 fev. 2016.

BRASIL. **Decreto Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Dispõe sobre as bases para a organização do ensino industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm> Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. **Decreto Lei nº 55.551, de 12 de Janeiro de 1965.** Que institui o salário educação e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55551-12-janeiro-1965-395895-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 19 fev. 2015.

_____. **Ementa Constitucional nº 26, de 28 de Junho de 1985.** Convoca a Assembléia Nacional Constituinte. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24932/emenda-constituicional-n-26-1985-a-constituicao-federal-de-1967-manifestacao-do-poder-constituente-ou-evolutivo/2>> Acesso em: 19 out. 2015.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540compilada.htm> Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Lei nº 35.522, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm> Acesso em: 19 out. 2015.

_____. **Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.** Dispões sobre Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm> Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964.** Institui o Salário - Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4440.htm>> Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. **Lei nº 4.917, de 17 de dezembro de 1965.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4917.htm> Acesso 12 jan. 2015.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/>> Acesso em: 15. Mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CFE 45/72**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Ensino de 1º e 2º Graus. Legislação e normas básicas para sua implantação. São Paulo: IMESP, 1983, p. 146-168.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes. Dispenários de Puericultura: Escola Profissional Feminina na assistência e proteção à infância. **VI Congresso LUSO-BRASILEIRO de História da Educação**. Uberlândia-MG, abril de 2006. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/144MariaLucia%20MendesCarvalho.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2016.

CAVALHEIRO NETO, Afonso. A ESCOLA COMO EXPRESSÃO E RESPOSTA ÀS EXIGÊNCIAS DOS MODELOS DE PRODUÇÃO DO CAPITAL. **Dissertação de Mestrado**. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PROGRAMA, Maringá, PR, 2006. Disponível em: < http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2006-Afonso_Cavalheiro_Neto.pdf. > Acesso em: 10 dez. 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 295-316.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura militar e da abertura; Brasil 1964-1985**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora RECORD. 1998.

_____, Ronaldo Costa. **Jucelino Kubitschek**. Brasília: *Câmara dos Deputados, Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas*, 2011. 523 p. (Série obras em parceria; n. 2) disponível em: <file:///G:/DOCTORADO%20TESES%20DE%20ALUNO/JK_couto%20observat%C3%B3ry-elites.org.pdf > Acesso em: 15 jan. 2015.

CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino dos ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

_____, **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980.

_____, **Política Educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação e a Primeira Constituinte Brasileira. In: FAVERO, Osmar et al. **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1928**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. 68-107p.

ENGE, Rita Beatriz. Planejamento de rede física escolar. **Dissertação**. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. 203 f.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento Tenentista: um debate historiográfico. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 108, maio de 2010. Disponível em: <www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/.../5604. > Acesso em: 15 dez. 2015.

FALCÃO, Luciane Quintanilha; CUNHA, Luiz Antônio. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). **Revista Contemporânea de educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 148-173, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-10_ideologia_politica_e_educacao_falcao_e_cunha.pdf. > Acesso em: 05 jan. 2015.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MESQUITA, Claudia. Os anos JK no acervo da Biblioteca Nacional. In: **BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil)**. Brasileira da Biblioteca Nacional de fontes sobre o Brasil/Organização Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001. II. P. 329-368. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fvg.br/dspace/handle/10438/6788?show=full>.> Acesso em: 19 jan. 2015.

FREITAG, Barbara. **ESCOLA, ESTADO E SOCIEDADE**. São Paulo, SP: Art., 1978.

FURTADO, C. **CEM ANOS DE JK**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/apresentacao>> Acesso em: 15 out. 2015.

_____, **Análise do 'modelo' brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____, **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª ed.: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG, 2002, p. 3-24.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)**. 2º ed. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1994.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. As ideias de racionalização do trabalho e a formação de trabalhadores: o ensino profissional no estado de São Paulo na primeira metade do século XX. **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia – MG, abril de 2006. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/500PauloCelso.pdf>> Acesso em: 19 ago. de 2015.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KORITIAKE, Luiz Antônio et al. **FORMAÇÃO PROFISSIONAL ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL “FERNANDO PRESTES” – ontem & hoje**. São Roque, SP: Editora Página Dez, 2011.

LAURINDO, Arnaldo. **50 Anos do Ensino Profissional. Estado de São Paulo. 1911-1961**. 1ª ed. São Paulo: Editora Gráfica Irmão Andrioli S.A, 1962.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LEVINE, Robert M. **Pais dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Cia das Letras. 2001.

LIRA, Alexandre T. do Nascimento. A LEGISLAÇÃO DE EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A DITADURA MILITAR (1964 -1985): UM ESPAÇO DE DESPUTAS. **Tese Doutorado**. Instituto de Ciência e Humans e Filosofía, dep. História, UFF, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[www.historia.uff.br/strict.td 1265.pdf](http://www.historia.uff.br/strict.td%201265.pdf)> Acesso em: 12 jan. 2015.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. O ENSINO PROFISSIONAL ESTADUAL PAULISTA DOS ANOS DE 1940 A 1970: TRAJETÓRIA NA CIDADE DE ORLÂNDI. **Tese Doutorado**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciência e Letras, Araraquara, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115648/000810041.pdf?sequenc e=1>> Acesso em: 18 set. 2015.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, p. 67-72, 1999. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?isbn=8585701811>> Acesso em: 31 mar. 2016.

_____, **Tecendo nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5924>>Acesso em: 10 jan. 2016.

MATEUS, Ari.**Sorocaba: em tempo de desenvolvimento: administração de José Crespo Gonzales: 1969/1973**. Sorocaba, SP: Para Todos, 2006.

_____, **Sorocaba: em tempo de desenvolvimento: administração de Armando Pannunzio: 1964/1969 e 1973/1977**. Sorocaba, SP: O Clássico, 2007.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES Júlia Falivene. **ESCOLAS PROFISSIONAIS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA HISTÓRIA EM IMAGENS (Álbum Fotográfico)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: <[file:///E://DOUTORADO%20TESES%20DE%20ALUNO/Nova%20pasta/Albumfoto1 104pb%20ESCOLA%20PROFISSIONAL.pdf](file:///E:/DOUTORADO%20TESES%20DE%20ALUNO/Nova%20pasta/Albumfoto1104pb%20ESCOLA%20PROFISSIONAL.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2016.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Ensino médio e qualificação profissional: uma perspectiva histórica. In BRUNO, Lúcia (org). **Educação e Trabalho no capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996.

NEGRI, Sarjas; GONÇALVES, M. Flora e CANO, Wilson. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de SP. In: CANO, Wilson (Coord). **A interiorização do desenvolvimento econômico do estado de SP** (1920- 1980). São Paulo, Fundação SEADE (1988).

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, p. 25-32 jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2201/1872>.> Acesso em: 02 dez. 2016.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Universidade de São Paulo; Escola de Engenharia de São Carlos; os primeiros tempos: 1948-1971**. São Carlos: EdUFSCar, 2000.

OLIVEIRA, Lauro de Carvalho. FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SOROCABA: DA GÊNESE À CONSOLIDAÇÃO. **Tese Doutorado**. Universidade de Sorocaba, Sorocaba, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.educacao.uniso.br/prod_cientifica/alunos/Teses.../Lauro_Carvalho_de_Oliveira.pdf.> Acesso em: 18 set. 2016.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas**. São Paulo: Santa Clara Editora, 2005.

PINTO, Davi Souza de Paula. Parlamentarismo: surgimento e características gerais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 54, jun. 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2949.> Acesso em: 25 fev. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

QUELUZ, L. G. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha**: publicação do Programa de Pós-graduação em Tecnologia – PPGTE/CEFET – PR, Curitiba: CEFET – PR, 2000.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org). **Economia brasileira**. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REIS, José Roberto Franco. **O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela democratização do país**. Disponível em: <http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/local/File/na-corda-bamba-cap_7.pdf.> Acesso em: 20 de out. 2015.

REZENDE FILHO, C. B. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (1930/1973)**. 8ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1986

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M.I.M. [et.al.], (orgs) **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2006. Coleção memória da educação, p. 75-94.

SÃO PAULO. (SÃO PAULO). **Lei nº 1.214, de 24 de outubro de 1910**. AUTORIZA O GOVERNO A REALIZAR UMA OPERAÇÃO DE CRÉDITO ATÉ A QUANTIA DE 10.500:000\$000, DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=65370>.> Acesso em: 10 dez. 2016

_____. **Decreto nº. 2118-A, de 28 de setembro de 1911**. *Organiza as Escolas de Artes e Ofícios de Amparo e Jacarehy e dá lhes regulamento*. Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2118B-28.09.1911.html>.> Acesso em: 16 jan. 2016.

SÃO PAULO (SÃO PAULO). Decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911. Organiza as Escolas Profissionais da Capital de acôrdo com a Lei n. 1214 de outubro de 1910 e da-lhes regulamento. In: **DIARIO OFICIAL**. nº 4216 , ano 05 nov. 1911 . Acesso em:
<<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19111105&Caderno=DO&NumeroPagina=4216>.> Disponível em: 16 jan. 2016.

_____. **Decreto nº 6.604, 13 de agosto de 1934**. *Crea a superintendencia de educação profissional e domestica*. Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6604-13.08.1934.html>> Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Decreto nº 8.896, de 03 de janeiro de 1938**. *Organiza o quadro do pessoal da Superintendencia da Educação Profissional e Domestica, que passa a denominar-se Superintendencia do Ensino Profissional*. Disponível em:
< <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-8896-03.01.1938.html>.> Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Decreto nº 5.884, 21 de abril de 1933**. Código de educação do estado de São Paulo. Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>> Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. **Decreto Lei nº 15.040, 19 de setembro de 1945**. *Dispõe sôbre reorganização do ensino profissional e transferência de cargos*. Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1945/decreto.lei-15040-19.09.1945.html>.>Acesso em: 16 de nov. 2016.

_____. **Decreto Lei nº 16.108, de 19 de setembro de 1946**. Dispõe sobre criação de Cursos Práticos de Ensino Profissional. Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1946/decreto.lei-16108-14.09.1946.html>.>Acesso em: 10 dez. 2015.

SÃO PAULO (SÃO PAULO). **Decreto nº 17.698, de 26 de novembro 1947.** *Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto-17698-26.11.1947.html>> Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Decreto nº. 23.227, de 24 de março de 1954.** *Dispõe sobre concessão da gratificação prevista no artigo 8.º do Decreto-lei n. 14.865, de 13 de julho de 1945.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1954/decreto-23227-24.03.1954.html>> Acesso em: 15 dez. 2015

_____. **Lei nº 6.052, de 03 de fevereiro de 1961.** *Dispõe sobre o sistema estadual de Ensino Industrial e de Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=41092>> Acesso em: 16 Jan. 2016.

_____. **Decreto Lei nº 6, de 06 de março de 1969.** *Institui a Comissão Estadual de Investigações, para os fins do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968.* Acesso em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-6-06.03.1969.html>> Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. **Decreto Lei de 6 de outubro de 1969.** Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-0-06.10.1969.html>> Acesso em: 17 set. 2015.

_____. **Decreto nº 52.499, de 23 de julho de 1970.** *Cria Colégios Técnicos Industriais na rede estadual de ensino e dá providências correlatas.* Disponível em: <www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1970/decreto-52499-23.07.1970.html> Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Decreto nº 1.418, de 10 de abril de 1973.** *Dá denominação ao Centro Estadual de Educação Tecnológica e altera a constituição de seus cursos.* Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/13334858/artigo-2-do-decreto-n-1418-de-10-de-abril-de-1973-de-sao-paulo>> Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. **Decreto nº 16.309, de 4 de dezembro de 1980.** *Integra unidades escolares no Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” e dá providências correlatas.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1980/decreto-16309-04.12.1980.html>> Acesso em: 16 de Nov. 2016.

SAVIANI, Dermeval. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, A QUESTÃO FEDERATIVA E OS MUNICÍPIOS: O REGIME DE COLABORAÇÃO E AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. In: **FÓRUM DE EDUCAÇÃO**, 1º, 2011. PAULÍNIA. Disponível em: <http://www.adufpi.org.br/arquivos4/analise_Demerval_Saviani.pdf> Acesso em: 05 Jan. 2015.

_____, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. Ed. rev. e amp. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Ana Maria. Formação Profissional em Sorocaba. In.: KORITIAKE, Luiz A. (org). **FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Escola Técnica Estadual “Fernando Preste,” ontem & hoje.** São Roque-SP: Editora Pagina Dez, 2011.

SILVA, Jair Militão da. O Ensino médio e a educação profissional. In: MENEZES, João Gualberto. **Estrutura e funcionamento da educação básica.** São Paulo: Pioneira, 1998.

SILVA, João Carlos da et al. **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica.** Campinas, SP: Alínea, 2013.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **ABC da lei de diretrizes e bases da Educação.** São Paulo: Unimarco, 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: historia oral** – Trad. Lolio Lorenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANA, Nildo. Acumulação Capitalista e Golpe de 1964. **Revista História & Luta de Classes,** Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p. 19-27, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Pedagogia,** Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/agosto. 2007. Disponível em:
<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/498/508>> Acesso em: 18 fev. 2015.

XAVIER, Maria Elizabete. RIBEIRO, Maria Luísa. NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: a escola no Brasil.** São Paulo: FDT, 1994.

JORNAIS

CRUZEIRO DO SUL, Sorocaba, ano LXV, n. 18136, p. 1, quarta-feira, 24 jan. 1968.

_____, ano LXV, n. 18136, p. 4, quarta-feira, 24 jan. 1968.

APÊNDICE A

Fotos dos fornos usados na pequena fundição da ETEC Rubens de Faria e Souza, remanescente do Ginásio Técnico Industrial. Hoje está desativado e infelizmente encontra-se em um estado precário de manutenção.

Figura 38. Forno 2



Fonte: Elaboração própria

Figura 39. Forno Central.



Fonte: Elaboração própria

Figura 40. Base do Forno Central



Fonte: Elaboração própria

Figura 41. Frente do Forno Central



Fonte: Elaboração própria

Figura 45. Visão das paredes do espaço do Forno



Fonte: Elaboração própria

Figura 46. Frente do Forno



Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE A (continuação)

Figura 47. Parede interna das área dos fornos



Fonte: Elaboração própria.

Figura 48. Chaminé do forno



Fonte: Elaboração própria

Figura 49. Chaminé do forno



Fonte: Elaboração própria

Figura 50. Chaminés dos fornos



Fonte: Elaboração própria

Figura 51. Chaminé do forno central



Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B

Fotos dos Pisos em Mármore importados. A escola tinha pisos nobres no salão principal e nas escadarias. As fotos aqui apresentadas são de 2016, e foram tiradas das escadas que sobem para o andar superior que dão acesso às salas e ao auditório central.

Figura 52. Pisos cerâmicos com rodapés em mármore.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 53. Degraus revestido em mármore



Fonte: Elaboração própria.

Figura 54. Corre mão das escadas internas



Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE C

Quanto ao plano escolar da escola Estadual de 2º Grau “Professor Rubens de Faria e Souza” para as habilitações Plenas em técnico em Mecânica, Eletrotécnica, Eletromecânica e Alimentos no plano escolar no que diz respeito a Educação geral os cursos ficaram estruturados da seguinte forma:

Educação Geral com previsão de uma carga horária total prevista mínima de 1.900 horas. Este plano era ministrado em todos os cursos. Além dos conteúdos a seguir nos cursos tinham aulas de Educação Física e Estudo Religioso.

Núcleo Comum	Área de Estudos ou Disciplinas
Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Inglês Educação Artística
Estudos Sociais	Geografia História Química Física Educação Moral e Cívica Organização Social e Política do Brasil (OSP)
Ciências	Matemática Ciências Físicas e Biológicas Biologia e Programas de Saúde
Estágios	Com duração de 720 horas no mercado de trabalho.

A Formação especial, ou seja, de competência técnica estava estruturada de acordo com cada curso, como demonstrado a seguir com carga mínima 1.900 horas a . 2.400 horas

Educação especial Técnico em Eletrotécnica

Matérias	Disciplinas	Séries aplicadas
Organização e Normas.	Organização e Normas	3º
Eletricidade.	Eletrotécnica.	1º e 2º
	Eletrônica Industrial.	3º
	Medidas e Ensaios.	3º
	Gerenciamento de transmissão e Distribuição Industrial e Elétrica.	3º
	Práticas Profissional	1º, 2º e 3º
Desenho.	Desenho Técnico	1º, 2º e 3º
Mecânica.	Mecânica técnica	2º
Maquinas e Instalações Elétricas.	Maquinas Elétricas	2º e 3º
	Instalações	3º
	Física Aplicada	1º
	Química Aplicada	2º

Educação especial Técnico em Eletromecânica

Matérias	Disciplinas	Séries aplicadas
Organização e Normas.	Organização e Normas	3º
Eletricidade	Eletrotécnica.	3º
Mecânica.	Elementos de Máquinas.	1º, 2º e 3º
	Metrologia	1º e 2º
	Resistência dos Materiais.	2º
	Produção Mecânica	3º
	Projetos de Máquinas	3º
	Ensaio tecnológicos dos materiais	3º
	Práticas Profissional em Mecânica	1º, 2º e 3º
	Materiais, Máquinas, Ferramentas e Dispositivos	1º e 2º
Máquinas e Instalações Elétricas	Máquinas Elétricas	3º
	Instalações Elétricas.	3º
	Práticas Profissional em Mecânica	1º, 2º e 3º
Produção Mecânica.	Produção Mecânica	3º

Educação especial Técnico em Mecânica

Matérias	Disciplinas	Séries aplicadas
Organização e Normas.	Organização e Normas	3º
Eletricidade.	Eletrotécnica.	1º e 2º
	Eletrônica Industrial.	3º
	Medidas e Ensaios.	3º
	Gerenciamento de transmissão e Distribuição Industrial e Elétrica.	3º
	Práticas Profissionais	1º, 2º e 3º
Desenho.	Desenho Técnico	1º, 2º e 3º
Mecânica.	Mecânica técnica	2º
Maquinas e Instalações Elétricas.	Maquinas Elétricas	2º e 3º
	Instalações	3º
	Física Aplicada	1º
	Química Aplicada	2º

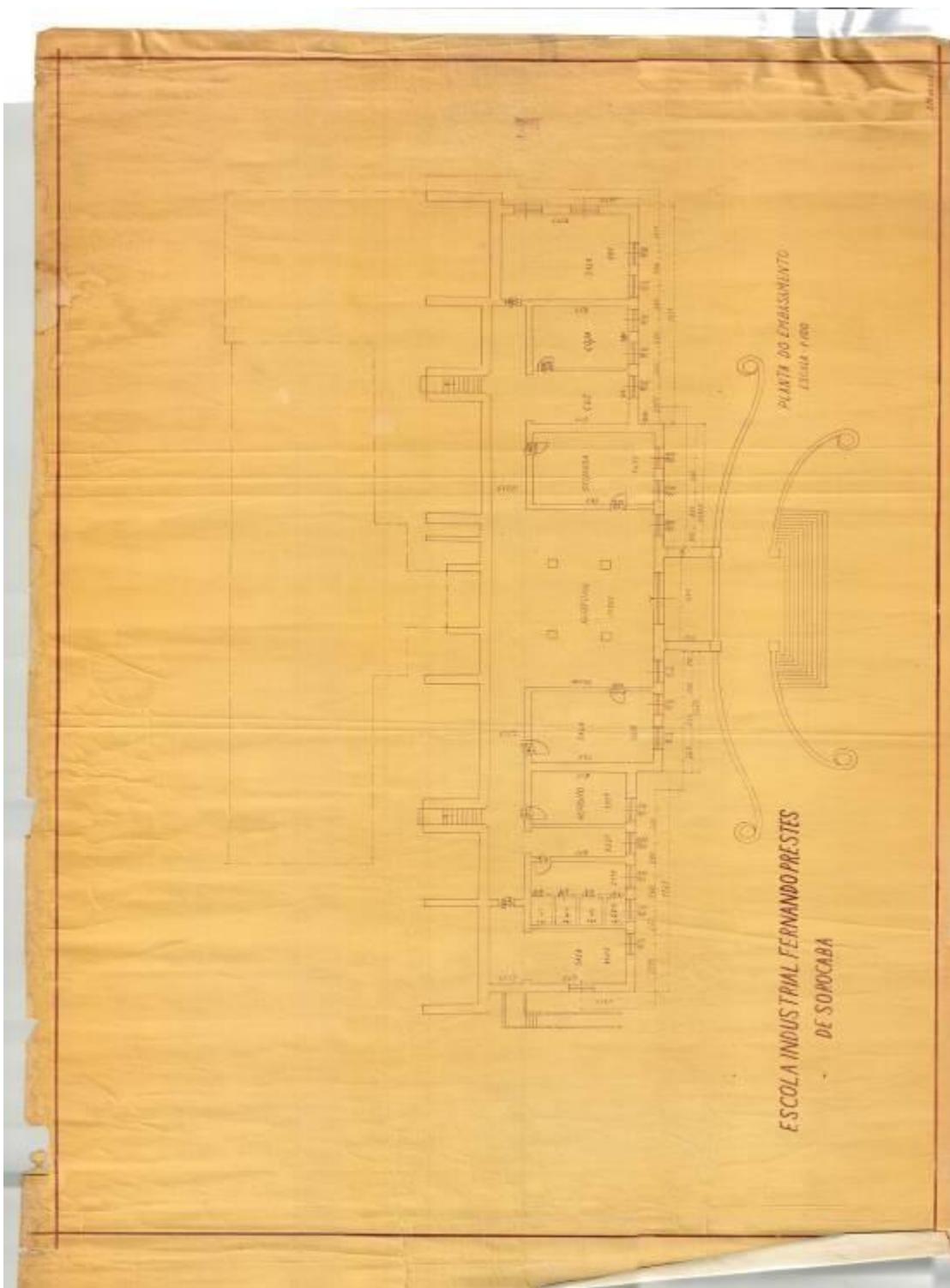
Educação especial Técnico em Alimentos

Matérias	Disciplinas	Séries aplicadas
Organização e Normas.	Organização e Normas	3º
Saúde	Bioquímica e Micrologia Higiene e Conservação	1ª, 2º e 3º 1º e 2º
Industrialização	Industrialização	3º
Nutrição	Nutrição e Dietética	1ª, 2º e 3º
	Aramátologia	1ª, 2º e 3º
Práticas Profissionais	Práticas Profissionais	1ª, 2º e 3º

Os cursos no início tinham uma menor carga de horas aulas nas disciplinas, aumentando nos passar do tempo, variando de acordo com os dias de aulas. Mas não alterando os nomes de componentes. Neste caso abrem-se oportunidades de novas pesquisas na linha do cotidiano escolar.

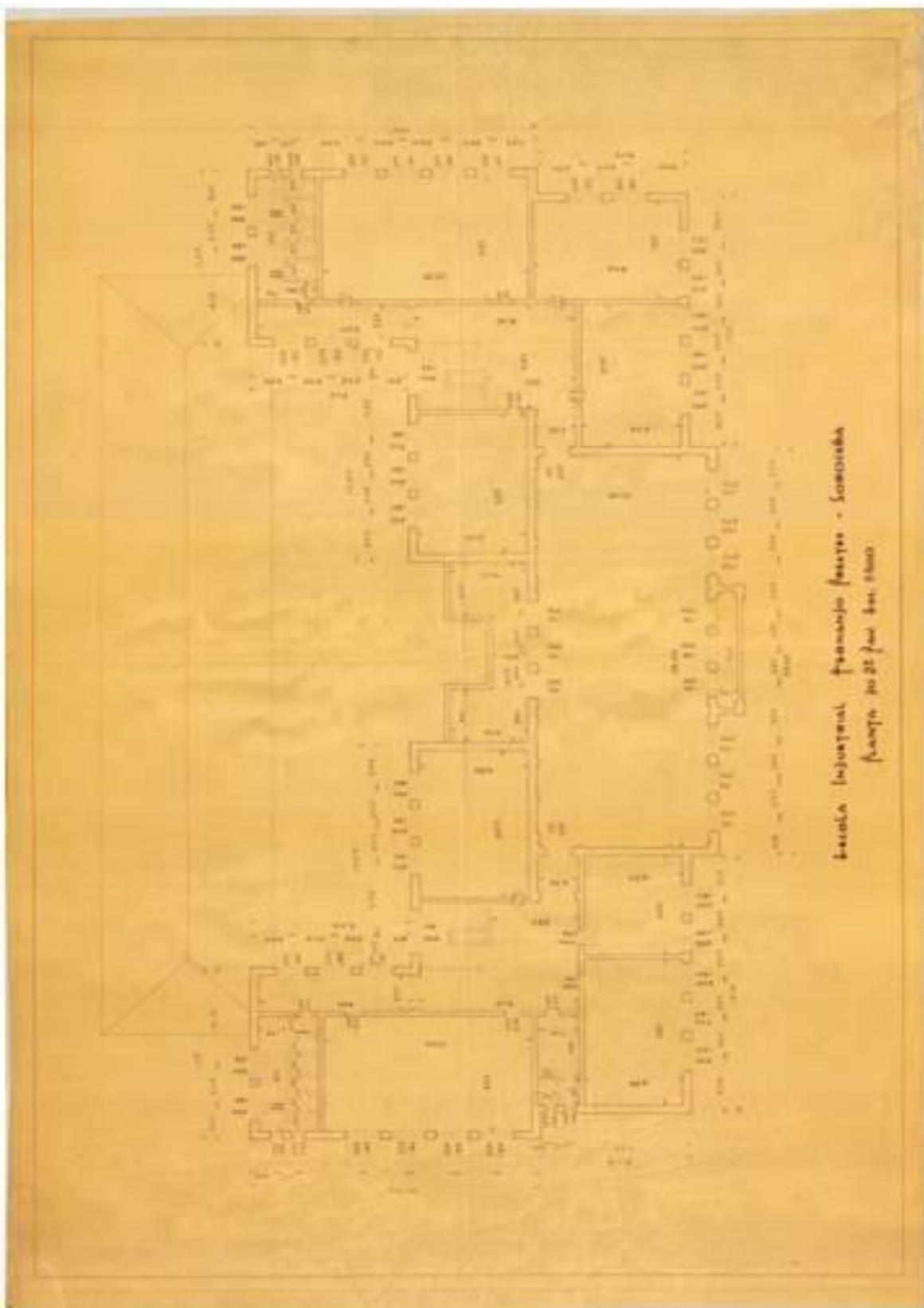
ANEXO A

Planta da estrutura do prédio principal consta o nome do Ginásio Fernando Prestes. A planta a baixo é do subsolo do prédio (embasamento). Acervo do Colégio Técnico Rubens de Faria e Souza. Planta do Primeiro Pavimento do prédio do período de sua construção. Documento do acervo da escola Rubens de Faria e Souza.



ANEXO A (continuação)

Planta do segundo pavimento do prédio do período de sua construção. Documento do acervo da escola Rubens de Faria e Souza



ANEXO B

Fotos do refeitório no início das atividades do Colégio Técnico de Sorocaba - ETEC Professor Rubens de Fária e Souza. Pertencente ao arquivo do Centro Paula Souza cedido pela escola técnica de seu arquivos. O refeitório no sub solo ficou funcionando por alguns anos antes d eser desativado e era usado apenas pelos alunos. As fotos são dos anos de 1960 e foi tirada no periodo que ainda estava funcionando o Ginásio Industrial no local.

Figura 1. Alunos realizando suas refeições



Fonte: Acervo Centro Paula Souza

Figura 2. Vista do refeitório



Fonte: Acervo Centro Paula Souza

ANEXO C

Fotos da fachada e do saguão do Colégio Técnico de Sorocaba - ETEC Professor Rubens de Fária e Souza. Cedidas do acervo pessoal de Márcia Moraes Manzoni Leme Vieira (Agente técnico e administrativo da escola). Sem data, mas a foto se refere ao final dos anos de 1980 e início dos anos 1990. A fachada atualmente permanece a mesma.

Figura 3. Fachada frente do prédio



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 4. Fachada da escadaria principal.



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 5. Fachada vista da rampa lateral direita. (1994)



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 6. Fachada vista da rampa lateral direita (1965) ainda Ginásio Industrial



Fonte: Acervo Escola Rubens de Faria Souza.

ANEXO C (continuação)

Saguão do Colégio Técnico de Sorocaba - ETEC Professor Rubens de Fária e Souza. Cedidas do acervo pessoal de Márcia Moraes Manzoni Leme Vieira (Agente técnico e administrativo da escola). Sem data, mas a foto se refere ao final dos anos de 1980 e início dos anos 1990. A fachada atualmente permanece a mesma.

Figura 6. Saguão visto da entrada dos fundos do prédio.



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 7. Vista Interna saguão de recepção



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

ANEXO D

Fotos da visão dos pátios do Colégio Técnico de Sorocaba - ETEC Professor Rubens de Fária e Souza. Cedidas do acervo pessoal de Márcia Moraes Manzoni Leme Vieira (Agente técnico e administrativo da escola). Sem data, mas segundo a proprietária as fotos se referem ao final dos anos de 1980 e início dos anos 1990.

Figura 8. Entrada do prédio principal pelo fundo vista do pátio central.



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 9. Pátio vista por cima.



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 10. Vista do jardim do pátio central



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 11. Vista do pátio central interna



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

ANEXO D (continuação)

Figura 12. Vista do pátio central



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 13. Jardim do pátio visto da esquerda.



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 14. Visão do fundo da cantina e do prédio principal vista da lateral esquerda.



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 15. Visão do espaço entre as oficinas de mecânica e pátio



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

ANEXO E

Fotos da Fachada do Prédio da oficina mecânica e eletrotécnica do Colégio Técnico de Sorocaba (ETEC). Escola Professor Rubens de Fária e Souza. Cedidas do acervo pessoal de Márcia Moraes Manzoni Leme Vieira (Agente técnico e administrativo da escola). Sem data, mas segundo a proprietária as fotos se referem ao final dos anos de 1980 e início dos anos 1990.

Figura 16. Fachada da frente da Oficina Mecânica.



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 17. Fachada da frente da Oficina vista da lateral direita do prédio.



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

Figura 18. Fachada da frente do Laboratório Eletrotécnica e Eletrônica.



Fonte: Acervo pessoal de Marcia Manzoni

ANEXO F

Fotos do maquinário da oficina Técnico em Mecânica do Colégio Técnico de Sorocaba (ETEC). Escola Professor Rubens de Fária e Souza. Ceadas do acervo pessoal de Márcia Moraes Manzoni Leme Vieira (Agente técnico e administrativo da escola). Atualmente os mesmos maquinários, que estão bem conservados.

Figura 19. Vista parcial interna da oficina



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

Figura 20. Furadeira



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

Figura 21. Furadeira e Retífica



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

Figura 22. Retífica horizontal



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

ANEXO F (continuação)

Figura 23. Fresa Horizontal



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

Figura 44. Vista parcial interna da oficina1



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

Figura 25 – Torno Mecânico 1



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

Figura 26 – Torno Mecânico 2



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

ANEXO G

Fotos do auditório do Colégio Técnico de Sorocaba (ETEC). Escola Professor Rubens de Fária e Souza. O palco era todo trabalhado com madeira nobre, com cortinas verdes, dentro da nave do teatro cadeiras de madeiras maciças. No entanto, atualmente modificado por determinação da fiscalização dos Corpos de Bombeiro de Sorocaba. (acervo pessoal de Márcia Moraes Manzoni Leme Vieira, 2000.)

Figura 27. Vista frontal do palco no fundo do auditório.



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

Figura 28. Vista do palco do centro do auditório



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

Figura 29. Auditório visto do palco.



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

Figura 30. Lustre do auditório central



Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

ANEXO G (continuação)

Figura 31. Teto trabalhado em madeira, já com algumas mudanças na iluminação.



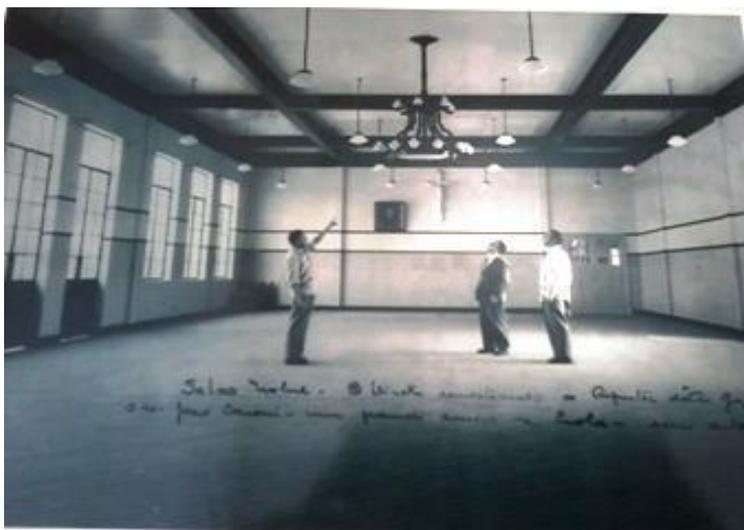
Fonte: Acervo pessoal de Márcia Manzoni

Figura 32. Lâmpadas do auditório originais da época



Fonte: Acervo Escola Rubens de Faria Souza.

Figura 33. Auditório em finalização de acabamento nos anos 1940. Observa-se ao fundo um crucifixo. E no teto as lâmpadas originais da época do início da escola



Fonte: Acervo da Escola Rubens de Faria e Souza.

ANEXO H

Fotos do Acervo do Colégio Técnico Rubens de Faria e Souza, retirada do acervo do Centro Estadual de Estudos Técnico Paula Souza. Imagens registradas na homenagem de nomeação do Colégio Técnico de Sorocaba em Escola Técnica Professor Rubens de Faria e Souza.

Figura 34. Foto do Prof. Rubens de Faria e Souza.



Fonte: Acervo Escola Rubens de Faria e Souza

Figura 35. Auditório visto do palco.



Fonte: Acervo Escola Rubens de Faria e Souza

Figura 36. Auditório visto do palco.



Fonte: Acervo Escola Rubens de Faria e Souza.